

Prospecto Definitivo de Distribuição Pública de Quotas Seniores, Quotas Subordinadas Mezanino e Quotas Subordinadas Junior do
PETRA MERCANTIL I - FUNDO DE INVESTIMENTO EM QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

CNPJ/MF nº 09.589.471/0001-51

Classificação de risco das Quotas Seniores

brAAAf
Código ISIN das Quotas Seniores
BRPMCTCTF 007

Classificação de risco das Quotas Subordinadas Mezanino

brAf
Código ISIN das Quotas Subordinadas Mezanino
BRPMCTCTF 015

Classificação de risco das Quotas Subordinadas Junior

brBBBf
Código ISIN das Quotas Subordinadas Junior
BRPMCTCTF 023

DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE QUOTAS SENIORES, QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO E QUOTAS SUBORDINADAS JUNIOR DO PETRA MERCANTIL I - FUNDO DE INVESTIMENTO EM QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS (A “OFERTA”),
TOTALIZANDO:

R\$140.000.000,00

Registro para distribuição pública das Quotas Seniores CVM/SRE/RFD/2008/053, de 16 de setembro de 2008

Registro para distribuição pública das Quotas Subordinadas Mezanino e das Quotas Subordinadas Junior CVM/SRE/RFD/2008/054, de 16 de setembro de 2008

O PETRA Mercantil I - Fundo de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (o “Fundo”), está realizando uma oferta pública de até 140.000 (cento e quarenta mil) quotas em série única, sendo (i) 122.500 (cento e vinte e duas mil e quinhentas) quotas seniores, com valor unitário de emissão de R\$1.000,00 (um mil Reais) (as “Quotas Seniores” e o “Valor Unitário de Emissão”), perfazendo o montante total de até R\$122.500.000,00 (cento e vinte e dois milhões e quinhentos mil Reais); (ii) 15.050 (quinze mil e cinquenta) quotas subordinadas mezanino, de mesmo Valor Unitário de Emissão, perfazendo o montante total de até R\$15.050.000,00 (quinze milhões e cinquenta mil Reais) (as “Quotas Subordinadas Mezanino”); e (iii) 2.450 (duas mil, quatrocentas e cinquenta) quotas subordinadas junior, de mesmo Valor Unitário de Emissão, perfazendo o montante total de até R\$2.450.000,00 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta mil Reais) (as “Quotas Subordinadas Junior” e, em conjunto com as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas Mezanino, as “Quotas”).

O Fundo foi constituído em 01 de abril de 2008 e seu regulamento e respectivo ato de constituição foram registrados no 4º Cartório de Títulos e Documentos da cidade de Curitiba, sob o nº 462.333, sendo que o regulamento foi alterado através dos Instrumentos Particulares de Primeira, Segunda e Terceira Alteração, registrados em 16 de junho de 2008, 24 de julho de 2008 e em 02 de setembro de 2008, sob os nºs 466.349, 468.366 e 470.371, respectivamente, no mesmo Ofício (o “Regulamento”). O Fundo é administrado pela PETRA – Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade com sede na Rua Pasteur 463, 11 andar, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná (a “Administradora” ou “PETRA”). Os documentos relativos à Oferta foram protocolados na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) em 19 de junho de 2008.

As Quotas do Fundo serão distribuídas publicamente pelo Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, instituição financeira com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 13, 14 e 15 andares, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001-11 (“Deutsche” ou “Coordenador Líder”) e pelo Banco JP Morgan S.A., instituição financeira com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 13 andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.172.537/0001-98 (“Coordenador Contratado” e, em conjunto com o Coordenador Líder, os “Coordenadores da Oferta”). Os Coordenadores da Oferta adotaram o procedimento diferenciado de distribuição, observado o disposto no §3º do artigo 33 da Instrução nº 400, de 29 de dezembro de 2003, e suas alterações posteriores, emitida pela CVM, não havendo lotes máximos ou mínimos, nem reservas antecipadas. Será admitida a distribuição parcial das Quotas emitidas, sendo que, nessa hipótese, as Quotas não colocadas durante o Prazo de Distribuição serão imediatamente canceladas pela Administradora. No caso de distribuição parcial das Quotas, será sempre mantida a proporção entre a quantidade de Quotas Seniores, de Quotas Subordinadas Mezanino e de Quotas Subordinadas Junior estabelecidas neste Prospecto Definitivo e no Regulamento para distribuição total de Quotas, de forma que o cancelamento de 1 (uma) Quota Sênior dará ensejo ao cancelamento de 0,1229 Quotas Subordinadas Mezanino e 0,02 Quotas Subordinadas Junior. A manutenção da presente Oferta está condicionada ao valor mínimo de emissão de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de Reais).

“Os investidores devem ler a **Seção fatores de risco** constante da página 60 deste Prospecto Definitivo”.

“A concessão do registro da distribuição das Quotas não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas neste Prospecto Definitivo ou em julgamento sobre a qualidade do Fundo, das Quotas, da Administradora, da Gestora, do Custodiante e dos demais prestadores de serviços do Fundo.”

Todo Quotista, ao ingressar no Fundo, deverá atestar, por meio de termo de adesão, que recebeu exemplar deste Prospecto Definitivo e do Regulamento do Fundo, que tomou ciência dos objetivos do Fundo, da sua política de investimento, da composição da carteira, da taxa de administração devida à Administradora, dos riscos associados ao investimento no Fundo e da possibilidade de ocorrência de variação e perda do patrimônio líquido do Fundo, e, conseqüentemente, de perda do capital, parcial ou total, investido pelo investidor.

Coordenador Líder e Custodiante



Administradora

Gestora

Assessores Legais

Auditor Independente



SOUZA, CESCON AVEDISSIAN, BARRIEU E FLESCH
Advogados



A data deste Prospecto Definitivo é 17 de setembro de 2008.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

<i>DEFINIÇÕES</i>	7
<i>IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO ADMINISTRADORA, DO COORDENADOR LÍDER, DA GESTORA, DOS CONSULTORES LEGAIS, DA AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO E DOS AUDITORES</i>	16
<i>DESCRIÇÃO DE RELAÇÕES SOCIETÁRIAS OU LIGAÇÕES CONTRATUAIS RELEVANTES</i>	17
<i>DECLARAÇÕES DE VERACIDADE</i>	19
<i>CARACTERÍSTICAS DA OFERTA</i>	20
<i>PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS</i>	23
<i>MONTANTE TOTAL DA OFERTA E REGIME DE DISTRIBUIÇÃO</i>	23
<i>PROCEDIMENTO DE COLETA DE INTENÇÕES DE INVESTIMENTO</i>	23
<i>INÍCIO E ENCERRAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS</i>	23
<i>SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DAS QUOTAS</i>	24
<i>CRONOGRAMA DA OFERTA</i>	24
<i>DEMONSTRATIVO DE CUSTO DE DISTRIBUIÇÃO</i>	24
<i>MODIFICAÇÃO DA OFERTA</i>	25
<i>DISTRIBUIÇÃO PARCIAL</i>	25
<i>DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES AOS QUOTISTAS</i>	26
<i>CARACTERÍSTICAS DO FUNDO</i>	27
<i>O FUNDO</i>	27
<i>BASE LEGAL</i>	27
<i>PERÍODO DE INVESTIMENTO</i>	27
<i>PERÍODO DE AMORTIZAÇÃO</i>	27
<i>OBJETIVO DE INVESTIMENTO</i>	28
<i>PÚBLICO ALVO</i>	28
<i>POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA</i>	28
<i>CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE</i>	28
<i>LIMITES DE CONCENTRAÇÃO</i>	29
<i>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</i>	30
<i>ORDEN DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS</i>	30
<i>ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA</i>	31
<i>TAXA DE ADMINISTRAÇÃO</i>	31
<i>DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO</i>	31
<i>ESTRUTURA DA OPERAÇÃO</i>	32
<i>REFORÇO DE CRÉDITO</i>	33
<i>CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS DO FUNDO</i>	35
<i>FORMA E ESPÉCIE</i>	35
<i>EMIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS</i>	35

<i>AMORTIZAÇÃO E RESGATE DE QUOTAS.....</i>	<i>37</i>
<i>POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS</i>	<i>38</i>
<i>PAGAMENTO DOS VALORES DEVIDOS PELO FUNDO AOS QUOTISTAS.....</i>	<i>38</i>
<i>METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS.....</i>	<i>38</i>
<i>SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS FIRMADOS PELO FUNDO.....</i>	<i>40</i>
<i>CONTRATO DE COLOCAÇÃO DAS QUOTAS DE EMISSÃO DO FUNDO.....</i>	<i>40</i>
<i>CONTRATO DE CUSTÓDIA.....</i>	<i>40</i>
<i>CONTRATO DE GESTÃO</i>	<i>40</i>
<i>CONTRATO DE SERVIÇOS DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO</i>	<i>41</i>
<i>CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE</i>	<i>41</i>
<i>ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO.....</i>	<i>42</i>
<i>INDICADORES DE PERFORMANCE DA ADMINISTRADORA</i>	<i>44</i>
<i>HISTÓRICO DA ADMINISTRADORA EM OPERAÇÕES DE SECURITIZAÇÃO</i>	<i>44</i>
<i>INFRA-ESTRUTURA UTILIZADA PELA PETRA NA ADMINISTRAÇÃO DOS FIDCs</i>	<i>45</i>
<i>PROCEDIMENTOS QUE SERÃO EMPREGADOS NA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO</i>	<i>45</i>
<i>PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO.....</i>	<i>46</i>
<i>CUSTODIANTE E COORDENADOR LÍDER.....</i>	<i>46</i>
<i>GESTORA.....</i>	<i>46</i>
<i>AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO</i>	<i>46</i>
<i>AUDITORIA</i>	<i>47</i>
<i>SUBSTITUIÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇO.....</i>	<i>49</i>
<i>LIQUIDAÇÃO DO FUNDO.....</i>	<i>47</i>
<i>EVENTOS DE AVALIAÇÃO.....</i>	<i>48</i>
<i>EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO.....</i>	<i>48</i>
<i>ASSEMBLÉIA GERAL.....</i>	<i>51</i>
<i>COMPETÊNCIA.....</i>	<i>51</i>
<i>PROCEDIMENTO DE CONVOCAÇÃO.....</i>	<i>51</i>
<i>REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO.....</i>	<i>53</i>
<i>IOF</i>	<i>53</i>
<i>IMPOSTO DE RENDA.....</i>	<i>53</i>
<i>POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES.....</i>	<i>56</i>
<i>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....</i>	<i>56</i>
<i>PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS.....</i>	<i>56</i>
<i>ATENDIMENTO AOS POTENCIAIS INVESTIDORES E AOS QUOTISTAS</i>	<i>56</i>
<i>FATORES DE RISCO</i>	<i>58</i>
<i>SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCO</i>	<i>61</i>

<i>SUMÁRIO DE FIDCS ELEGÍVEIS.....</i>	<i>62</i>
<i>SUMÁRIO DO FIDC MULTISSETORIAL EMPRESARIAL</i>	<i>62</i>
<i>HISTÓRICO DA CONSULTORA DEL MONTE FACTORING LTDA.....</i>	<i>62</i>
<i>SUMÁRIO DO FIDC MULTISSETORIAL REDFACTOR.....</i>	<i>65</i>
<i>HISTÓRICO DA CONSULTORA REDFACTOR FACTORING FOMENTO MERCANTIL S.A.</i>	<i>68</i>
<i>SUMÁRIO DO FIDC MULTISSETORIAL HOPE</i>	<i>68</i>
<i>HISTÓRICO DA CONSULTORA HOPE FOMENTO MERCANTIL LTDA.....</i>	<i>71</i>
<i>SUMÁRIO FIDC MULTISSETORIAL LEGO</i>	<i>71</i>
<i>HISTÓRICO DA CONSULTORA LEGO FOMENTO MERCANTIL LTDA.</i>	<i>74</i>

ANEXOS

Anexo	Documento	Página
Anexo I	Regulamento do Fundo	75
Anexo II	Suplemento das Quotas Seniores	126
Anexo III	Suplemento das Quotas Subordinadas Mezanino	128
Anexo IV	Relatório Preliminar de Classificação de Risco	130
Anexo V	Declaração da Administradora, nos termos do Artigo 56 da ICVM 400	140
Anexo VI	Declaração do Coordenador Líder, nos termos do Artigo 56 da ICVM 400	142

DEFINIÇÕES

Os termos iniciados em letra maiúscula e utilizados neste Prospecto Definitivo (estejam no singular ou no plural), têm o significado a eles atribuído nesta seção.

Administradora	PETRA – Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur nº 463, 11º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.317.692/0001-94, ou sua sucessora a qualquer título;
Agência de Classificação de Risco	Standard & Poor's Rating Services, sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18º andar, Pinheiros, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.295.585/0001-40, ou sua sucessora, a qualquer título;
Agente Escriturador	PETRA – Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., ou seu sucessor a qualquer título;
Alienação das Quotas de FIDC	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 49 do Regulamento;
Amortização	É o pagamento, aos Quotistas, de parcela do valor de suas Quotas, sem redução do número total de Quotas em circulação;
Anexos	São os anexos integrantes deste Prospecto Definitivo e do Regulamento;
Artigo	É cada artigo do Regulamento;
Assembléia Geral	É a Assembléia Geral de Quotistas, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do Capítulo XXI do Regulamento;
Ativos Financeiros	São os títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional e do BACEN, ou os títulos de emissão de Instituições Financeiras Autorizadas, em qualquer dos casos, que sejam remunerados com base na Taxa DI ou na Taxa Selic, que compõem o Patrimônio Líquido do Fundo;
BACEN	Banco Central do Brasil;
Boletim de Subscrição	É o instrumento pelo qual os Quotistas subscreverão a quantidade de Quotas indicada no seu Compromisso de Investimento;
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo;
Capítulo	É cada Capítulo do Regulamento;
Carteira	É a carteira de investimentos do Fundo;
CCB	Cédula de Crédito Bancário, instituída pela Lei 10.931, de 02 de agosto de 2004;

CDI	É a taxa média diária dos depósitos interfinanceiros de um dia (CDI Extra-Grupo), apurada e divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual e calculada diariamente, sob a forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis;
CETIP	É o CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos;
Classificação de Risco	É a atribuição pela Agência de Classificação de Risco de uma nota em uma escala própria de análise, que considera a probabilidade de não pagamento pontual (default) de uma operação estruturada. Essa atribuição decorre de análise que utiliza técnicas quantitativas - como análise de fluxo de caixa e estatística - e elementos qualitativos, como ambiente externo, questões jurídicas e percepções sobre o emissor e seus processos;
CMN	Conselho Monetário Nacional;
COFINS	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social;
Consultora Del Monte	É a Consultora Del Monte Factoring Ltda.;
Consultora Hope	É a Consultora Hope Fomento Mercantil Ltda.;
Consultora Lego	É a Consultora Lego Fomento Mercantil Ltda.;
Consultora Redfactor	É a Consultora Redfactor Factoring Fomento Mercantil S.A.;
Compromisso de Investimento	É o Instrumento Particular de Subscrição de Quotas e Compromisso de Integralização, por meio do qual os investidores se obrigam a integralizar o valor das Quotas do Fundo que vierem a subscrever;
Comunicação de Renúncia	É a comunicação a ser enviada aos Quotistas pela Administradora em caso de sua renúncia à sua função;
Conta do Fundo	É a conta corrente a ser aberta e mantida pelo Fundo junto ao Custodiante, que será utilizada para todas as movimentações de recursos pelo Fundo, inclusive o recebimento da totalidade dos recursos oriundos da amortização e resgate das Quotas de FIDCs e pagamento das Obrigações do Fundo;
Contrato de Colocação	É o contrato de coordenação em regime de melhores esforços de colocação de quotas seniores, quotas subordinadas mezanino e de quotas subordinadas junior do Petra Mercantil I Fundo de Investimento em Quotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, firmado entre a Administradora e o Coordenador Líder, para efetuar a distribuição das Quotas, em regime de melhores esforços;
Contrato de Custódia	É o contrato de prestação de serviços de custódia qualificada de valores mobiliários e Ativos Financeiros, firmado entre a Administradora e o Custodiante, em nome do Fundo;

Contrato de Gestão	É o contrato de gestão de carteira de títulos e valores mobiliários, firmado entre a Administradora e a Gestora, em nome do Fundo;
Contrato de Serviços de Auditoria Independente	É o contrato de prestação de serviços de auditoria, firmado entre a Empresa de Auditoria e a Administradora, em nome do Fundo;
Contrato de Serviços de Classificação de Risco	É o contrato para elaboração de classificação de risco das Quotas do Fundo, firmado entre a Agência de Classificação de Risco e a Administradora;
Coordenador Contratado	É o Banco JP Morgan S.A.;
Coordenadores da Oferta	É o Coordenador Líder e o Coordenador Contratado, considerados em conjunto;
Coordenador Líder	É o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão;
Crítérios de Elegibilidade	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 7º do Regulamento;
Custodiante	É o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.900, 13º, 14º e 15º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001-11, ou seu sucessor a qualquer título;
CVM	Comissão de Valores Mobiliários;
Data de Aquisição	É a data de aquisição das Quotas de FIDCs;
Data de Emissão	É a data de emissão das Quotas, conforme indicada no Suplemento;
Data de Pagamento	É cada data em que o Fundo realize a Amortização das Quotas, ou seja, todo vigésimo quinto dia do mês, durante o Período de Amortização;
Data de Resgate	Data em que se dará o resgate integral de Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino;
Despesas Incorridas	É qualquer taxa, encargo, despesa ou provisão incorrida ou registrada pelo Fundo, que não tenha sido paga;
Dia Útil	Significa segunda a sexta-feira, exceto feriados de âmbito nacional;
Direitos Creditórios	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 5º do Regulamento;
Diretor Designado	É o diretor estatutário da Administradora, responsável pela gestão, supervisão, acompanhamento e prestação de informações do Fundo;
Documentos da Operação	É o Regulamento, o Prospecto, o Termo de Adesão, o Boletim de Subscrição e o

	Compromisso de Investimento;
Empresa de Auditoria	KPMG Auditores Independentes, com sede à Rua Dr. Renato Pares de Barros 33, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29, ou sua sucessora a qualquer título;
Empresas de Consultoria	São as seguintes empresas: Consultora Del Monte, Consultora Redfactor, Consultora Hope e a Consultora Lego, consideradas em conjunto;
Encargos do Fundo	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 52 do Regulamento;
Eventos de Avaliação	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 45 do Regulamento;
Eventos de Liquidação	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 47 do Regulamento;
FIDC	São os fundos de investimento em direitos creditórios, cujas quotas serão adquiridas pelo Fundo, observados os Critérios de Elegibilidade e a política de diversificação e composição da carteira estabelecidos no Regulamento;
FIDC Empresarial	É o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Empresarial LP;
FIDCs Elegíveis	São os Fundos: FIDC Empresarial, FIDC Redfactor, FIDC Hope e o FIDC Lego, considerados em conjunto;
FIDC Hope	É o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Hope LP;
FIDC Lego	É o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Lego LP;
FIDC Redfactor	É o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Redfactor LP;
Fundo	É o PETRA Mercantil I – Fundo de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios;
FGC	Fundo Garantidor de Créditos, conforme indicado no Artigo 53 da Instrução CVM 356;
Gestora	É a PETRA – Personal Trader Administração e Consultoria Ltda;
Instituições Financeiras Autorizadas	São os bancos Banco Bradesco S.A., Banco Citibank S.A., Banco Itaú S.A., Banco Itaú BBA S.A., Banco Santander S.A., HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo , Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A., Banco do Brasil S.A., ou qualquer outra instituição financeira que obtenha classificação de risco igual a brAAA em escala nacional, conforme classificação de risco atribuída pela Agência de Classificação de Risco;
Instrução CVM 356	Instrução nº 356 da CVM, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada;

Instrução CVM 409	Instrução nº 409 da CVM, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada;
Investidores Qualificados	São todos os investidores autorizados nos termos da regulamentação em vigor a investir em fundos de investimento em quotas de fundos de investimento em direitos creditórios;
Liquidação Antecipada	É a situação desencadeada pela ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, nos termos do Artigo 47 do Regulamento, em que a Administradora deverá iniciar os procedimentos para determinar a liquidação do Fundo, antes do término do Prazo de Duração;
Média Ponderada das Rentabilidades Alvo	das É a somatória do Valor das Quotas de FIDCs de cada série de Quotas de FIDCs integrante da carteira do Fundo, multiplicado pela rentabilidade alvo da respectiva série, dividido pelo montante total do Valor das Quotas de FIDCs integrantes da carteira do Fundo;
Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Seniores	É a meta de rentabilidade prioritária das Quotas Seniores, apurada mediante o Procedimento de <i>Bookbuilding</i> ;
Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Subordinadas Mezanino	É a meta de rentabilidade prioritária das Quotas Subordinadas Mezanino, apurada mediante o Procedimento de <i>Bookbuilding</i> ;
IOF	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e Relativas a Títulos e Valores Mobiliários;
IR	Imposto de Renda;
Obrigações do Fundo	São todas as obrigações do Fundo previstas no Regulamento e nos demais Documentos da Operação, incluindo, mas não se limitando ao pagamento dos Encargos do Fundo, da remuneração, da Amortização e do resgate das Quotas;
Oferta	Distribuição Pública das Quotas Seniores, Quotas Subordinadas Mezanino e Quotas Subordinadas Junior do PETRA Mercantil I – Fundo de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios;
Partes Relacionadas	São (i) as pessoas físicas e jurídicas controladoras de determinada pessoa; (ii) as sociedades direta ou indiretamente controladas por tal pessoa; (iii) as sociedades coligadas com tal pessoa; e/ou (iv) sociedades sob controle comum com tal pessoa;
Patrimônio Líquido	É o valor das Disponibilidades, acrescido do Valor dos Ativos Financeiros, acrescido do Valor das Quotas de FIDC, reduzido das Despesas Incorridas e reduzido do Valor Provisionado;
Percentual de Provisão	É o percentual de provisão a ser aplicado sobre os Ativos Financeiros e as demais modalidades operacionais da carteira do Fundo antes da dedução de qualquer Valor Provisionado, nos termos do parágrafo 1º do Artigo 44 do Regulamento;

Periódico	É o jornal Valor Econômico, utilizado para divulgação das informações relativas ao Fundo;
Período de Investimento	É o período de 180 (cento e oitenta) dias, contados da Primeira Data de Subscrição, ou até que as Quotas tenham sido totalmente integralizadas e o Valor Total Comprometido tenha sido integralmente utilizado pelo Fundo na aquisição de Quotas de FIDC, dentre os quais, aquele que ocorrer primeiro;
Período de Amortização	É o período em que o Fundo deverá realizar a Amortização de Quotas, que se inicia no primeiro Dia Útil subsequente ao término do Período de Investimento e termina ao final do Prazo de Duração;
PIS	Contribuição ao Programa de Integração Social;
Plano Contábil	Plano Contábil das instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), criado pela Circular nº 1.273, do BACEN, de 29 de dezembro de 1987, ou qualquer outro plano contábil aplicável aos fundos de investimento em direitos de crédito que venha a substituí-lo nos termos da legislação aplicável;
Prazo de Duração	É o período de no máximo 48 (quarenta e oito) meses, contados da Primeira Data de Subscrição, ou até a data em que todas as Quotas do Fundo tenham sido integralmente amortizadas e resgatadas, dentre os quais, aquele que ocorrer primeiro;
Preço de Aquisição:	Com relação a cada Quota de FIDC, é o valor divulgado pela administradora do FIDC na respectiva Data de Aquisição;
Primeira Data de Integralização	É a data em que os Quotistas realizarem a primeira integralização de Quotas, nos termos do Compromisso de Investimento;
Primeira Data de Subscrição	É a primeira data em que os Investidores Qualificados assinarem Boletins de Subscrição, relativos ao investimento no Fundo;
Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	É o procedimento de coleta de intenções de investimento, nos termos do Artigo 44 da Instrução CVM 400, para definição da meta de rentabilidade prioritária das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, emitidas em uma única série, com as características estabelecidas nos Artigos 29 e 30 do Regulamento;
Prospecto Definitivo	É o presente Prospecto, elaborado nos termos da regulamentação aplicável;
Quotas	São as Quotas Seniores, as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior consideradas em conjunto;
Quotas de FIDCs	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 2º do Regulamento;
Quotas Seniores	São as quotas de classe sênior, emitidas pelo Fundo na forma do Artigo 30 do Regulamento;

Quotas Subordinadas	São as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior, consideradas em conjunto;
Quotas Subordinadas Mezanino	São as quotas subordinadas mezanino, emitidas pelo Fundo na forma do Artigo 30 do Regulamento;
Quotas Subordinadas Junior	São as quotas subordinadas junior, emitidas pelo Fundo na forma do Artigo 30 do Regulamento;
Quotistas	São os titulares das Quotas;
Razão de Garantia das Quotas Seniores	É a Relação entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores do Fundo, verificada todo Dia Útil, nos termos do Artigo 50 do Regulamento;
Razão de Garantia das Quotas Subordinadas Mezanino	É a Relação entre o valor do Patrimônio Líquido, reduzido do valor total das Quotas Seniores, dividido pelo valor total das Quotas Subordinadas Mezanino, verificada todo Dia Útil, nos termos do Artigo 51 do Regulamento;
Recursos Líquidos	É o somatório dos recursos (i) mantidos em moeda corrente nacional e (ii) recebidos pelo Fundo decorrentes (a) da integralização de Quotas; e (b) do recebimento de valores de principal, juros e outros valores relativos às Quotas de FIDCs e aos Ativos Financeiros;
Regulamento	É o Regulamento do Fundo e suas alterações posteriores;
Reserva de Liquidez	É a parcela correspondente a 0,715% (setecentos e quinze milésimos por cento) dos recursos depositados na Conta do Fundo em cada data de integralização, que será destinada exclusivamente ao pagamento dos Encargos do Fundo; os eventuais valores constantes da Reserva de Liquidez após o término do Prazo de Duração do Fundo serão distribuídos aos Quotistas, a título de Amortização de suas Quotas, após o pagamento de todos os Encargos do Fundo até então devidos;
Resolução CMN 2.907	Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 29 de novembro de 2001;
SDT	Sistema de Distribuição de Títulos;
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia;
Taxa de Administração	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 25 do Regulamento;
Termo de Adesão ao Regulamento	É o documento por meio do qual o Quotista adere ao Regulamento e que deve ser firmado quando de seu ingresso no Fundo;
Tesouro Nacional	É o órgão responsável pela emissão de títulos da dívida pública federal;

Valor da Chamada de Capital	Significa o valor integralizado pelos Quotistas, se existente, de acordo com os termos dos Compromissos de Investimento;
Valor das Quotas de FIDCs	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 44(a) do Regulamento;
Valor de Amortização das Quotas Seniores	É o valor correspondente aos recursos disponíveis na Conta do Fundo em cada Data de Pagamento, após o pagamento das obrigações previstas nos itens (a) e (b) do Artigo 40 do Regulamento;
Valor de Amortização das Quotas Subordinadas Junior	É o valor correspondente aos recursos disponíveis na Conta do Fundo em cada Data de Pagamento, após o pagamento das obrigações previstas nos itens (a), (b), (c) e (d) do Artigo 40 do Regulamento;
Valor de Amortização das Quotas Subordinadas Mezanino	É o valor correspondente aos recursos disponíveis na Conta do Fundo em cada Data de Pagamento, após o pagamento das obrigações previstas nos itens (a), (b) e (c) do Artigo 40 do Regulamento;
Valor dos Ativos Financeiros	Com relação a cada Ativo Financeiro, é o menor dentre os seguintes valores: (i) valor de mercado do Ativo Financeiro, se houver, calculado pela Gestora; (ii) valor de principal do Ativo Financeiro, acrescido dos juros incidentes sobre o referido Ativo Financeiro; ou (iii) o valor contábil do Ativo Financeiro, calculado de acordo com as disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis;
Valor Mínimo de Venda	Tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 49 do Regulamento;
Valor do Montante Total das Quotas Seniores	É o valor em reais, resultante da multiplicação do Valor Unitário das Quotas Seniores pelo número de Quotas Seniores em circulação;
Valor do Montante Total das Quotas Subordinadas Mezanino	É o valor em reais, resultante da multiplicação do Valor Unitário das Quotas Subordinadas Mezanino pelo número de Quotas Subordinadas Mezanino em circulação;
Valor Provisionado	Em relação a cada Quota de FIDC adquirida pelo Fundo, é o saldo do respectivo Valor da Quota de FIDC, multiplicado pelo percentual de provisionamento estabelecido segundo as regras e os procedimentos definidos no COSIF – Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, editado pelo Banco Central do Brasil, verificado todo Dia Útil, nos termos do Artigo 43 do Regulamento;
Valor Recuperado	É qualquer recurso recebido pelo Fundo em decorrência do pagamento de amortizações das Quotas de FIDC devidas e não pagas, observado que tais recursos somente devem ser contabilizados pelo Fundo na medida em que tenham sido depositados na Conta do Fundo, verificado todo Dia Útil, nos termos do Artigo 43 do Regulamento;
Valor Total Comprometido	É o valor total dos Compromissos de Investimento celebrados pelos Quotistas;
Valor Total Integralizado	Em cada data de apuração, é o somatório dos valores já integralizados por todos os Quotistas, nos termos dos Compromissos de Investimento;

Valor Unitário de Emissão	É o valor unitário de emissão das Quotas na Data de Emissão, nos termos do Artigo 30 do Regulamento.
Valor Unitário da Quota Sênior	É o valor resultante da fórmula estabelecida no Artigo 36 do Regulamento;
Valor Unitário da Quota Subordinada Junior	É o valor resultante da fórmula estabelecida no Artigo 37(b) do Regulamento;
Valor Unitário da Quota Subordinada Mezanino	É o valor resultante da fórmula estabelecida no Artigo 37(a) do Regulamento.

IDENTIFICAÇÃO DA ADMINISTRADORA, DO COORDENADOR LÍDER, DO COORDENADOR CONTRATADO, DA GESTORA, DOS CONSULTORES LEGAIS, DA AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO E DOS AUDITORES

Administradora		Coordenador Líder	
PETRA – Personal Trader CTVM S.A. Rua Pasteur, nº 463, 11 andar Curitiba - PR Tel.: (41) 3074-0909 Fax: (41) 3074-0930		Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 13, 14 e 15 andares São Paulo – SP Tel.: (11) 2113-5000 Fax: (11) 2113-5110	
Coordenador Contratado		Gestora	
Banco JP Morgan S.A. Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 13 andar São Paulo – SP Tel.: (11) 3048-3416 Fax: (11) 3048-3407		PETRA – Personal Trader Administração e Consultoria Ltda. Avenida Paulista, nº 2.001, conjuntos 1403 a 1408 São Paulo – SP Tel.: (11) 3526-9001 Fax: (11) 3526-9031	
Consultores Legais		Agência de Classificação de Risco	
Souza, Cescon Avedissian, Barrieu e Flesch Advogados Rua Funchal, nº 418, 11 andar São Paulo - SP Tel.: (11) 3089-6529 Fax: (11) 3089-6565		Standard & Poor's, uma divisão da Mcgraw-Hill Interamericana do Brasil Ltda. Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18 andar São Paulo – SP Tel.: (11) 3039-9700 Fax: (11) 3039-9701	
Auditores Contratados			
KPMG Auditores Independentes Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33 São Paulo – SP Tel.: (11) 2183-3000 Fax: (11) 2183-3001			

DESCRIÇÃO DE RELAÇÕES SOCIETÁRIAS OU LIGAÇÕES CONTRATUAIS RELEVANTES

Relação entre a Administradora e o Custodiante

Na data deste Prospecto Definitivo, a Administradora é responsável pela administração de 2 (dois) fundos de investimentos que são custodiados pelo Custodiante (Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Ásia LP e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Daniele LP), sendo que a contratação e remuneração paga ao Custodiante é efetuada, individualmente, por cada um desses fundos, com vigência pelo prazo de duração do fundo.

Pela prestação dos serviços de custódia aos fundos referidos acima e ao Fundo, o Custodiante receberá uma remuneração fixa mensal, por fundo, correspondente a:

- R\$ 10.000,00 (dez mil reais), caso o fundo tenha patrimônio líquido de até R\$ 17.000.000,00 (dezessete milhões de reais);
- R\$ 12.000,00 (doze mil reais), caso o fundo tenha patrimônio líquido superior a R\$ 17.000.000,00 (dezessete milhões de reais) e inferior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais);
- R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), caso o fundo tenha patrimônio líquido superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais).

O valor dessa remuneração será anualmente revisto e reajustado pelo IGP-M/FGV, ou, na extinção deste, pelo índice que vier a substituí-lo. Os serviços de custódia serão pagos até o 5º dia útil do mês seguinte ao da prestação dos serviços.

Relação entre a Administradora e a Gestora

Na data deste Prospecto Definitivo, a Administradora e a Gestora pertencem ao mesmo grupo econômico. A Administradora e a Gestora mantêm uma política de segregação de suas atividades, de forma que a prestação dos serviços de administração e gestão da Carteira do Fundo pela Administradora e pela Gestora não conflita de nenhuma maneira com os interesses do Fundo e dos Quotistas.

Relação entre a Administradora e a Empresa de Auditoria

Na data deste Prospecto Definitivo, a Administradora é responsável pela administração de mais de 6 (seis) fundos de investimentos que são auditados pela Empresa de Auditoria.

A tabela abaixo relaciona cada um dos fundos de investimento administrados pela Administradora e auditados pela Empresa de Auditoria e a remuneração anual paga por tais fundos à Empresa de Auditoria:

Fundo	Remuneração Anual
Petra Mercantil I – FIQ FIDC	R\$3.000,00
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial SM LP	R\$17.000,00
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Lego LP	R\$17.000,00
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Empresarial LP	R\$17.000,00
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Hope LP	R\$17.000,00
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios RedFactor LP	R\$17.000,00
Total dos Honorários	R\$88.000,00

Os honorários descritos acima serão pagos em 4 (quatro) parcelas mensais, com vencimento entre 20 de setembro e 20 de dezembro de 2008.

A contratação da Empresa de Auditoria tem seu prazo limitado pelas regras de rodízio de auditores independentes, pelo que em nenhuma hipótese se dá por prazo contínuo superior a 04 (quatro) anos.

Não há nenhuma outra relação comercial relevante entre os prestadores de serviços contratados pelo Fundo ou que poderia de alguma forma resultar em um conflito de interesses entre tais prestadores de serviços ou entre estes e o Fundo e seus Quotistas.

DECLARAÇÕES DE VERACIDADE

O Coordenador Líder, neste ato representado por seus diretores estatutários, os Srs. Marcello Peccinini De Chiaro e Luis Flávio Muzzi Mendes, na qualidade de Coordenador Líder da Oferta de Quotas do Fundo, nos termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que: (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão para assegurar que as informações prestadas pela Administradora são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, e (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e que venham a integrar o presente Prospecto Definitivo, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (iii) o presente Prospecto Definitivo foi elaborado de acordo com as normas pertinentes.

A Administradora, devidamente autorizada pela CVM a realizar o exercício profissional de administração de carteiras, neste ato representada na forma de seu estatuto social, na qualidade de instituição administradora do Fundo, nos termos Artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que: (i) o presente Prospecto Definitivo da Oferta contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Quotas, do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes; (ii) o Prospecto Preliminar e o presente Prospecto Definitivo foram elaborados de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400; e (iii) as informações prestadas por ocasião do arquivamento do Prospecto Preliminar e do presente Prospecto Definitivo, fornecidas ao mercado durante o período de distribuição, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

Este sumário não contém todas as informações sobre a Oferta que devem ser analisadas pelo investidor antes de tomar sua decisão de investimento no Fundo. Este Prospecto Definitivo deve ser lido integralmente e de forma cuidadosa, inclusive o disposto na Seção “FATORES DE RISCO”, bem como o Regulamento do Fundo, constante do Anexo I a este Prospecto Definitivo.

Emissor	PETRA Mercantil I - Fundo De Investimento em Quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.
Coordenador Líder	Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão.
Coordenador Contratado	Banco JP Morgan S.A.
Valor total da emissão	Até R\$140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de Reais).
Valor mínimo da emissão	R\$30.000.000,00 (trinta milhões de Reais). No caso de distribuição parcial das Quotas, será sempre mantida a proporção entre a quantidade de Quotas Seniores, de Quotas Subordinadas Mezanino e de Quotas Subordinadas Junior estabelecidas neste Prospecto Definitivo e no Regulamento para distribuição total de Quotas, de forma que o cancelamento de 1 (uma) Quota Sênior dará ensejo ao cancelamento de 0,1229 Quotas Subordinadas Mezanino e 0,02 Quotas Subordinadas Junior. Atingido o valor mínimo de emissão, as Quotas não subscritas até a data de encerramento da distribuição serão imediatamente canceladas pela Administradora, nos termos do Artigo 9º, II da Instrução CVM 356. Para tanto, fica autorizado o cancelamento do saldo não colocado das Quotas emitidas pelo Fundo. Caso não seja atingido o Valor Mínimo de Emissão, a Oferta será cancelada.
Data de Emissão das Quotas	1º de setembro de 2008.
Número de séries	Série única.
Prazo de distribuição das Quotas	180 (cento e oitenta) dias, contados da data de publicação do anúncio de início relativo à oferta pública das Quotas.
Valor Unitário de Emissão das Quotas	R\$1.000,00 (um mil Reais).
Quantidade de Quotas Seniores	Até 122.500 (cento e vinte e duas mil e quinhentas) quotas.
Quantidade de Quotas Subordinadas Mezanino	Até 15.050 (quinze mil e cinquenta) quotas.
Quantidade de Quotas Subordinadas Junior	Até 2.450 (duas mil, quatrocentos e cinquenta) quotas.
Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas	117% (cento e dezessete por cento) do CDI, percentual definido em Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , nos termos do artigo 44 da Instrução da CVM 400, conforme o disposto no Contrato de Colocação.

Seniores	
Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Subordinadas Mezanino	135% (cento e trinta e cinco por cento) do CDI, percentual definido em Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , nos termos do artigo 44 da Instrução da CVM 400, conforme o disposto no Contrato de Colocação.
Amortizações das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino	Na forma do Artigo 38, Parágrafo 1º do Regulamento, observada a ordem de alocação de recursos estabelecida no Artigo 40 do Regulamento.
Data de Resgate das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino	Na forma do Artigo 38, Parágrafo 3º do Regulamento, observada a ordem de alocação de recursos estabelecida no Artigo 40 do Regulamento.
Integralização	A integralização das Quotas ocorrerá em até 180 (cento e oitenta) dias, contados da Primeira Data de Subscrição, exclusivamente em moeda nacional, conforme chamados da Administradora e respeitados os termos do Compromisso de Investimento firmado pelo Quotista.
Forma de distribuição das Quotas	Pública, a ser realizada pelos Coordenadores da Oferta sob o regime de melhores esforços, com a utilização de Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , de acordo com os termos e condições previstos no Contrato de Colocação.
Registro de distribuição das Quotas	As Quotas serão registradas para negociação na CETIP.
Classificação de Risco das Quotas	Quotas Seniores: brAAAf Quotas Subordinadas Mezanino: brAf Quotas Subordinadas Junior: brBBBf
Público Alvo	Investidores Qualificados.
Valor Mínimo de Investimento	R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil Reais).
Divulgação de Informações	Os atos, fatos, decisões ou assuntos relacionados aos interesses dos Quotistas serão divulgados por meio (i) de anúncio publicado, em forma de aviso, no jornal Valor Econômico ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente; e (ii) de correio eletrônico enviado ao representante de cada Quotista, especificado no Boletim de Subscrição.
Negociação das Quotas	<p>As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão registradas para negociação na CETIP, a qual efetuará a liquidação da distribuição e custódia eletrônica das Quotas, observado que: (i) os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas; e (ii) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados.</p> <p>Na hipótese de negociação de Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas, a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo Quotista e o respectivo pagamento do preço será processado pelo Agente Escriturador somente após a verificação, pelo intermediário que representa o adquirente, da condição de Investidor Qualificado do novo Quotista.</p>

Maiores Informações

Para informações adicionais a respeito da Oferta e do Fundo, bem como para obtenção de cópias do Regulamento e deste Prospecto Definitivo, os interessados deverão dirigir-se à sede da Administradora, da Gestora, do Coordenador Líder, do Coordenador Contratado, da CVM e da CETIP, nos endereços a seguir indicados:

ADMINISTRADORA**PETRA – PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Rua Pasteur 463, 11 andar, CEP 80250-080

Curitiba – PR

Tel.: (55 41) 3074 0909

Fax: (55 41) 3074 0930

www.personaltrader.com.br

GESTORA**PETRA – PERSONAL TRADER ADMINISTRAÇÃO E CONSULTORIA LTDA.**

Avenida Paulista, 2001, conjuntos 1403 a 1408

São Paulo - SP

Tel.: (55 11) 3526-9600

Fax: (55 11) 3526-9600

www.personaltrader.com.br

COORDENADOR LÍDER**DEUTSCHE BANK S.A. - BANCO ALEMÃO**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 13, 14 e 15 andares

São Paulo – SP

Tel.: (55 11) 2113 5743

Fax: (55 11) 2113 5110

www.db.com/brazil

COORDENADOR CONTRATADO**BANCO JP MORGAN S.A.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 13 andar

São Paulo – SP

Tel.: (11) 3048-3416

Fax.: (11) 3048-3407

[www.jpmorgan.com/pages/jpmorgan/investbk/brasil/prospecto/petramercantil
Ificfide](http://www.jpmorgan.com/pages/jpmorgan/investbk/brasil/prospecto/petramercantil>Ificfide)

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM

Rua Sete de Setembro, nº 111

Rio de Janeiro - RJ

ou

Rua Cincinato Braga, 340, 2º, 3º e 4º andares

São Paulo - SP

www.cvm.gov.br

CETIP S.A. – BALCÃO ORGANIZADO DE ATIVOS E DERIVATIVOS

Avenida República do Chile, nº 230, 11 andar, Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (55 21) 2276-7474 / 2223-6464

Fax: (55 21) 2276-7435 / 2223-6435

ou

Rua Libero Badaró, nº 425, 24 andar, São Paulo – SP

Tel.: (55 11) 3111-1400 / 3365-4925

Fax: (55 11) 3111-1563

www.cetip.com.br

PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, os Coordenadores da Oferta deverão realizar a distribuição pública das Quotas, conforme plano de distribuição adotado em conformidade com o disposto no §3º do Artigo 33 da Instrução CVM 400, fixado nos seguintes termos:

MONTANTE TOTAL DA OFERTA E REGIME DE DISTRIBUIÇÃO

O Fundo está realizando uma oferta para distribuição pública de até 140.000 (cento e quarenta mil) quotas, sendo (i) até 122.500 (cento e vinte e duas mil e quinhentas) Quotas Seniores, (ii) até 15.050 (quinze mil e cinquenta) Quotas Subordinadas Mezanino, e (iii) até 2.450 (duas mil, quatrocentas e cinquenta) Quotas Subordinadas Junior, em série única, com Valor Unitário de Emissão de R\$1.000,00 (um mil Reais) na Data de Emissão, perfazendo o montante total de até R\$140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de Reais). As Quotas serão distribuídas publicamente pelos Coordenadores da Oferta, em regime de melhores esforços, com a utilização do Procedimento de *Bookbuilding*, de acordo com os termos e condições previstos no Contrato de Colocação.

PROCEDIMENTO DE COLETA DE INTENÇÕES DE INVESTIMENTO

O rendimento-alvo das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino foi fixado por meio de Procedimento de *Bookbuilding*, realizado entre os dias 18 de agosto de 2008 e 29 de agosto de 2008, que consistiu na verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Quotas Seniores e Quotas Subordinadas Mezanino em diferentes níveis de fator spread. O rendimento-alvo final das Quotas Seniores foi fixado em 117% (cento e dezessete por cento) do CDI e o rendimento-alvo final das Quotas Subordinadas Mezanino foi fixado em 135% (cento e trinta e cinco por cento) do CDI. Não houve estipulação de parâmetro de rentabilidade para as Quotas Subordinadas Júnior.

No contexto da Oferta, foi adotado o procedimento diferenciado de distribuição, sem o recebimento de reservas antecipadas para subscrição das Quotas Seniores, das Quotas Subordinadas Mezanino e das Quotas Subordinadas Junior, não havendo lotes máximos ou mínimos, sendo atendidos prioritariamente os clientes do Coordenador Líder, do Coordenador Contrato e da Administradora, levando em consideração o relacionamento prévio do Coordenador Líder, do Coordenador Contratado e da Administradora com tais investidores.

Após a apresentação de informações acerca do rendimento-alvo final das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino à CVM, incluindo os respectivos Suplementos devidamente formalizados, foi obtido o registro da Oferta na CVM e publicado o Anúncio de Início da Oferta.

Para mais informações, ver seção “Cronograma da Oferta” deste Prospecto Definitivo.

INÍCIO E ENCERRAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO DAS QUOTAS

A colocação e subscrição das Quotas somente terá início após: (i) o registro da Oferta na CVM; (ii) a publicação do Anúncio de Início; e (iii) a divulgação do Prospecto Definitivo aos investidores.

As Quotas serão distribuídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados da data de publicação do anúncio de início relativo à Oferta. A distribuição das Quotas será encerrada ao final do prazo de colocação, quando se dará a publicação do Anúncio de Encerramento. O prazo de colocação poderá ser prorrogado, mediante aprovação da CVM, nos termos do artigo 9º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 356.

SUBSCRIÇÃO E INTEGRALIZAÇÃO DAS QUOTAS

No ato de subscrição de Quotas, o Quotista (i) assinará o Compromisso de Investimento e o Boletim de Subscrição (que também será assinado pela Administradora); (ii) se comprometerá a integralizar as Quotas subscritas, conforme o previsto no Compromisso de Investimento, respeitadas as demais condições previstas no Regulamento; e (iii) assinará o Termo de Adesão constante do Anexo II do Regulamento, indicando um representante responsável e seu respectivo endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações que lhe sejam enviadas pela Administradora ou pelo Custodiante nos termos do Regulamento.

Nos termos do Compromisso de Investimento, o investidor se comprometerá, durante o Período de Investimento, a integralizar as Quotas subscritas do Fundo, mediante chamadas de capital a serem realizadas pela Administradora. O número de Quotas a serem integralizadas pelo investidor a cada chamada de capital será determinado de acordo com o volume de recursos necessários às atividades do Fundo e será atribuído ao investidor de forma proporcional em relação ao valor de todos os demais Compromissos de Investimento firmados pelo Fundo até o momento de cada chamada de capital.

Ainda, o compromisso de integralização das Quotas perdurará durante o Período de Investimento do Fundo, cancelando-se ao final deste período ou na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, nos termos previstos no Regulamento.

CRONOGRAMA DA OFERTA

A Oferta terá o seguinte cronograma tentativo:

Evento	Data Estimada ⁽¹⁾
Protocolo do Pedido de Registro do Fundo e da Oferta na CVM	19 de junho de 2008
Disponibilização do Prospecto Preliminar	31 de julho de 2008
Publicação do Aviso aos Investidores	18 de agosto de 2008
Início do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	18 de agosto de 2008
Encerramento do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	29 de agosto de 2008
Obtenção do registro da Oferta	16 de setembro de 2008
Publicação do Anúncio de Início	17 de setembro de 2008
Disponibilização do Prospecto Definitivo	17 de setembro de 2008
Liquidação Financeira ⁽²⁾	22 de setembro de 2008
Prazo Máximo para Encerramento da Distribuição e Publicação do Anúncio de Encerramento ⁽³⁾	17 de março de 2009

⁽¹⁾ As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, sem aviso prévio, a critério da Administradora.

⁽²⁾ Data estimada da primeira integralização de quotas do Fundo, a ser realizada mediante chamada de capital da Administradora, nos termos do Regulamento.

⁽³⁾ Ocorrerá em até 180 (cento e oitenta) dias a partir de publicação do Anúncio de Início da distribuição pública das Quotas do Fundo.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO DE DISTRIBUIÇÃO

Os custos de distribuição das Quotas, referentes à comissão de colocação, custo de classificação de risco, assessores legais e despesas com publicações e divulgação da Oferta, dentre outros, serão suportados exclusivamente pela Administradora.

A tabela a seguir demonstra os custos estimados da distribuição das Quotas:

Custos da Distribuição	Montante (R\$)	% em relação ao valor Total da Oferta
Comissão de Colocação*	1.400.000,00	1,00%
Taxa de registro na CVM	181.420,00	0,1296%
Assessoria Jurídica	100.000,00	0,0714%
Custos de Classificação de Risco	13.600,00	0,0097%
Custos com Cartório	600,00	0,0004%
Publicações e Material Publicitário	40.000,00	0,0286%
Total	1.735.620,00	1,2397%

*Nos termos do Contrato de Colocação, a Comissão de Colocação devida ao Coordenador Líder será de (a) 1% sobre o valor das Quotas efetivamente colocadas pelo Coordenador Líder junto a seus clientes e (b) 0,75% sobre o valor das Quotas efetivamente colocadas pela Administradora junto a seus clientes. O Coordenador Contratado será remunerado por meio de repasse, pelo Coordenador Líder, de parte da Comissão de Colocação, conforme o estabelecido no Termo de Adesão do Coordenador Contratado.

MODIFICAÇÃO DA OFERTA

Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM 400, havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta, que acarrete aumento relevante dos riscos assumidos pelo Fundo e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de modificação ou revogação da Oferta. É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos investidores. Em caso de revogação da Oferta os atos de aceitação anteriores ou posteriores tornar-se-ão sem efeito, sendo que os valores eventualmente depositados pelos investidores serão devolvidos pela Administradora sem juros ou correção monetária, no prazo de 3 (três) Dias Úteis, contados da referida comunicação.

A modificação será divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação do anúncio de início da Oferta. A Administradora deverá acautelar-se e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

Tendo sido deferida a modificação da Oferta, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do Fundo, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 (noventa) dias.

Na hipótese de modificação ou revogação da Oferta, a Administradora comunicará diretamente os investidores que já tiverem aderido à Oferta a respeito da modificação efetuada. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão confirmar seu interesse em manter a sua aceitação da Oferta no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da comunicação da Administradora. A manutenção da aceitação da Oferta será presumida em caso de silêncio do investidor.

Em caso de desistência da aceitação da Oferta pelo investidor, os valores eventualmente depositados pelos investidores serão devolvidos pela Administradora sem juros ou correção monetária, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da referida comunicação.

DISTRIBUIÇÃO PARCIAL

Será admitida a distribuição parcial das Quotas, sendo que a manutenção da Oferta está condicionada à subscrição da quantidade mínima de 30.000 (trinta mil) Quotas, perfazendo o montante de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de Reais).

No caso de distribuição parcial das Quotas, será sempre mantida a proporção entre a quantidade de Quotas Seniores, de Quotas Subordinadas Mezanino e de Quotas Subordinadas Junior estabelecidas neste Prospecto Definitivo e no Regulamento para distribuição total de Quotas, de forma que o cancelamento de 1 (uma) Quota Sênior dará ensejo ao cancelamento de 0,1229 Quotas Subordinadas Mezanino e 0,02 Quotas Subordinadas Junior.

Caso ocorra a distribuição parcial aqui referida, as Quotas que não forem efetivamente subscritas e integralizadas durante o Prazo de Distribuição das Quotas serão canceladas pela Administradora.

Não sendo realizada a distribuição da quantidade mínima de Quotas, a Oferta será imediatamente cancelada pela Administradora, que deverá comunicar imediatamente os investidores sobre o cancelamento da Oferta, mediante publicação de aviso no Periódico. Nesse caso, os valores até então integralizados pelos Quotistas serão devolvidos pela Administradora, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data da publicação do aviso, sem nenhum acréscimo ou correção.

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES AOS QUOTISTAS

Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas seja expressamente previsto no Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos, de qualquer forma relacionados aos interesses dos Quotistas deverão ser ampla e imediatamente divulgados, às expensas do Fundo, por meio (a) de anúncio publicado, na forma de aviso, no jornal “Valor Econômico”, edição nacional, caso a publicação de anúncio seja expressamente exigida nos termos da legislação aplicável; (b) de correspondência enviada ao representante do Quotista; ou (c) correio eletrônico, nesses dois últimos casos nas demais hipóteses de comunicações entre a Administradora e os Quotistas. As publicações referidas acima deverão ser mantidas à disposição dos Quotistas na sede da Administradora.

CARACTERÍSTICAS DO FUNDO

As informações contidas nesta Seção foram extraídas do Regulamento anexo ao presente Prospecto Definitivo. Recomenda-se ao potencial investidor a leitura cuidadosa do Regulamento antes de tomar qualquer decisão de investimento no Fundo. Os investimentos do Fundo se subordinarão aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos no Regulamento.

O FUNDO

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, com Prazo de Duração de no máximo 48 (quarenta e oito) meses, contados da Primeira Data de Subscrição, ou até a data em que todas as Quotas do Fundo tenham sido integralmente amortizadas e resgatadas, nos termos do Capítulo XII do Regulamento, dentre os quais, aquele que ocorrer primeiro. O Prazo de Duração do Fundo poderá ser alterado pelos Quotistas reunidos em Assembléia Geral.

O Regulamento do Fundo foi registrado no 4º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de Curitiba, em 01 de abril de 2008, sob o nº 462.333, sendo que o Regulamento foi alterado através dos Instrumentos Particulares de Primeira, Segunda e Terceira Alteração, registrados em 16 de junho de 2008, 24 de julho de 2008 e 02 de setembro de 2008, sob os nºs 466.349, 468.366 e 470.371, respectivamente, no mesmo Ofício.

BASE LEGAL

O Fundo tem como base legal a Resolução CMN 2.907, a Instrução CVM 356 e as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

PERÍODO DE INVESTIMENTO

O Fundo terá (a) um período de 180 (cento e oitenta) dias contados da Primeira Data de Subscrição, inclusive, ou (b) até que as Quotas tenham sido totalmente integralizadas e o Valor Total Comprometido tenha sido integralmente utilizado pelo Fundo, dentre os quais, aquele que ocorrer primeiro (“Período de Investimento”), para investir em quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (“FIDCs”), observado o disposto no Capítulo IV do Regulamento (“Quotas de FIDCs”).

Durante o Período de Investimento, observada a ordem de alocação de recursos definida no Capítulo XIV do Regulamento, todos os recursos recebidos pelo Fundo decorrentes da amortização das Quotas de FIDCs e das integralizações das Quotas subscritas serão utilizados para aquisição de novas Quotas de FIDCs e/ou Ativos Financeiros, de acordo com os Artigos 5º e 6º do Regulamento, exceto os recursos da Reserva de Liquidez, que serão depositados na Conta do Fundo na Primeira Data de Integralização e somente serão utilizados para pagamento dos Encargos do Fundo.

PERÍODO DE AMORTIZAÇÃO

Findo o Período de Investimento, o Fundo (i) não poderá realizar novos investimentos em Quotas de FIDCs, (ii) não poderá emitir novas Quotas, e (iii) deverá, nos anos subsequentes antes do término do seu Prazo de Duração (“Período de Amortização”), receber os recursos decorrentes das amortizações das Quotas de FIDCs integrantes da sua carteira e realizar a Amortização das Quotas do Fundo, nos termos do Capítulo XII do Regulamento.

Durante o Período de Amortização, os recursos recebidos pelo Fundo decorrentes da amortização das Quotas de FIDCs somente poderão ser utilizados para pagamento das Amortizações das Quotas do Fundo, observada a ordem de alocação de recursos definida no Capítulo XIV do Regulamento, em cada Data de Pagamento, nos termos do Capítulo XII do Regulamento. Enquanto não sejam utilizados para Amortização das Quotas, tais recursos poderão ser investidos em Ativos Financeiros, conforme o Artigo 6º do Regulamento.

OBJETIVO DE INVESTIMENTO

O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus quotistas a valorização de suas quotas, acima das taxas de juros praticadas pelo mercado interbancário (CDI) no longo prazo, por meio da aquisição de Quotas de FIDC.

PÚBLICO ALVO

O Fundo é destinado exclusivamente a Investidores Qualificados, conforme definição constante da Instrução CVM 409, conforme alterada.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Os investimentos do Fundo se subordinarão aos requisitos de composição e de diversificação estabelecidos no Regulamento, sempre observado o disposto no Capítulo IV do Regulamento e na legislação e regulamentação aplicáveis.

O Fundo deverá aplicar, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) de seu Patrimônio Líquido na subscrição ou aquisição de Quotas de FIDCs fechados, cujas políticas de investimento estabeleçam que parte preponderante do patrimônio líquido do FIDC seja investida em duplicatas comerciais, cheques ou quaisquer outros títulos decorrentes de operações nos segmentos comercial industrial ou de prestação de serviços (os “Direitos Creditórios”).

O Fundo poderá aplicar a parcela correspondente aos 5% (cinco por cento) remanescentes de seu Patrimônio Líquido exclusivamente em títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do BACEN, ou em títulos de emissão de Instituições Financeiras Autorizadas, em qualquer dos casos, que sejam remunerados com base na Taxa DI ou na Taxa SELIC (“Ativos Financeiros”). Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu Patrimônio Líquido.

Os Ativos Financeiros a serem adquiridos pelo Fundo poderão contar com prazos de vencimento superiores ao Prazo de Duração do Fundo, desde que apresentem elevada liquidez.

CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

O Fundo somente adquirirá Quotas de FIDCs que atendam, na Data de Aquisição, aos seguintes critérios de elegibilidade (“Critérios de Elegibilidade”):

- (a) a sua subscrição tenha sido aprovada pela Gestora, mediante comunicação escrita enviada ao Custodiante com 2 (dois) Dias Úteis de antecedência, em forma e conteúdo aprovado pelo Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia;
- (b) sejam denominadas e pagas em moeda corrente nacional;
- (c) tenham rendimento mínimo de 121% (cento e vinte e um por cento) do CDI, conforme estabelecido no regulamento ou no suplemento da respectiva série;
- (d) tenham Classificação de Risco de no mínimo “brBBBf” na escala local atribuída pela Agência de Classificação de Risco;
- (e) tenham sido submetidas a registro ou dispensa de registro junto à CVM há, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias da data em que sejam subscritas pelo Fundo;
- (f) tenham prazo máximo de amortização e resgate de 42 (quarenta e dois) meses, contados da data de emissão estabelecida no regulamento do FIDC ou no suplemento da respectiva série;

- (g) tenham meta de rentabilidade atrelada ao CDI estabelecida no regulamento do FIDC ou no suplemento da respectiva série;
- (h) sejam emitidas por FIDCs cuja política de investimento estabeleça que parte preponderante do patrimônio líquido do FIDC seja investida em Direitos Creditórios;
- (i) tenham sido emitidas por FIDC que seja administrado pela PETRA – Personal Trader CTVM S.A.; e
- (j) não tenham data de amortização programada e/ou resgate estabelecida no regulamento do FIDC ou no suplemento da respectiva série superiores ao Prazo de Duração do Fundo.

O Fundo somente adquirirá Quotas de FIDCs que atendam ainda, na Data de Aquisição, às seguintes condições de cessão, a serem verificadas pela Administradora:

- (a) tenham sido emitidas por FIDC que não esteja inadimplente no pagamento de amortizações aos quotistas, encargos do fundo ou no cumprimento de quaisquer outras obrigações e encargos; e
- (b) não tenha ocorrido e/ou esteja pendente nenhum evento de avaliação ou evento de liquidação do FIDC cujas quotas sejam oferecidas para aquisição pelo Fundo.

A verificação dos Critérios de Elegibilidade será de responsabilidade do Custodiante e será realizada exclusivamente na Data de Aquisição, sendo que, a partir deste momento, será considerada definitiva.

LIMITES DE CONCENTRAÇÃO

Adicionalmente aos Critérios de Elegibilidade dispostos acima, a Gestora e o Custodiante deverão respeitar as seguintes políticas de investimento e limites de concentração na aquisição de Quotas de FIDCs:

- (a) as aplicações do Fundo em quotas de um mesmo FIDC não poderão representar mais do que 36% (trinta e seis por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (b) no mínimo 87,5% (oitenta e sete e meio por cento) das aplicações do Fundo em Quotas de FIDCs deverá ter Classificação de Risco igual ou superior a “brAAf” atribuída pela Agência de Classificação de Risco; e
- (c) a Média Ponderada das Rentabilidades Alvo das Quotas de FIDC integrantes da carteira do Fundo deverá ser igual ou superior a 124% (cento e vinte e quatro por cento) do CDI.

As políticas de investimento e limites de concentração estabelecidos acima serão verificados pela Gestora e pelo Custodiante em cada Data de Aquisição, considerados pro forma depois de computada a aquisição de Quotas de FIDC pretendida em relação ao Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior, observado que o valor das Quotas de FIDC será aquele divulgado pela administradora do FIDC na Data de Aquisição (“Preço de Aquisição”).

É vedado ao Fundo realizar operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo. O Fundo não realizará operações em mercados derivativos.

O Fundo somente adquirirá Quotas de FIDCs mediante subscrição, no mercado primário, observados os Critérios de Elegibilidade e os limites de concentração estabelecidos no Regulamento.

É permitido ao Fundo realizar operações nas quais a Administradora atue na condição de contraparte, sem qualquer limite ou restrição, observadas as normas e disposições aplicáveis.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido do Fundo (“Patrimônio Líquido”) será calculado todo Dia Útil conforme a fórmula abaixo:

$$\text{Patrimônio Líquido} = \text{Recursos Líquidos} + \text{Valor dos Ativos Financeiros} + \text{Valor das Quotas de FIDC} - \text{Despesas Incorridas} - \text{Valor Provisionado}.$$

Onde:

Recursos Líquidos: é o somatório em cada Dia Útil dos recursos (i) mantidos em moeda corrente nacional e (ii) recebidos pelo Fundo decorrentes (a) da integralização das Quotas do Fundo; e (b) do recebimento de valores de principal, juros e outros valores relativos às Quotas de FIDCs integrantes da carteira do Fundo;

Valor dos Ativos Financeiros: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 44(b) do Regulamento;

Valor das Quotas de FIDC: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 44(a) do Regulamento;

Despesas Incorridas: são quaisquer taxas, encargos, despesas ou provisões incorridas pelo ou registradas no Fundo, que ainda não tenham sido pagas; e

Valor Provisionado: em relação a cada Quota de FIDC adquirida pelo Fundo, é o saldo do respectivo Valor da Quota de FIDC, multiplicado pelo percentual de provisionamento estabelecido, conforme as regras e procedimentos definidos na Resolução do CMN 2.682, de acordo com o Percentual de Provisão.

ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Em cada Data de Pagamento, a Administradora deverá utilizar os Recursos Líquidos do Fundo, calculados em cada Dia Útil, para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência, sendo certo que, caso haja Encargos do Fundo não previstos que devam ser pagos antes da próxima Data de Pagamento, tais Encargos do Fundo poderão ser pagos com recursos da Reserva de Liquidez, mediante aprovação da Gestora:

- (a) pagamento dos Encargos do Fundo;
- (b) durante o Período de Investimento apenas, pagamento do Preço de Aquisição das Quotas de FIDCs;
- (c) durante o Período de Amortização apenas, pagamento aos titulares das Quotas Seniores do Valor de Amortização das Quotas Seniores até a Amortização integral e resgate das Quotas Seniores;
- (d) durante o Período de Amortização apenas, pagamento aos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino do Valor de Amortização das Quotas Subordinadas Mezanino até a Amortização integral e resgate das Quotas Subordinadas Mezanino; e
- (e) durante o Período de Amortização apenas, pagamento aos titulares das Quotas Subordinadas Junior do Valor de Amortização das Quotas Subordinadas Junior até a Amortização integral e resgate das Quotas Subordinadas Junior.

ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA

Desde a Primeira Data de Subscrição de Quotas Seniores até a última Data de Resgate, a Administradora verificará, todo Dia Útil, se a relação, expressa em valores percentuais, entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores em circulação do Fundo (“Razão de Garantia das Quotas Seniores”) é igual ou superior a 113,71% (cento e treze inteiros e setenta e um centésimos por cento).

Caso a Razão de Garantia seja inferior a 113,71% (cento e treze inteiros e setenta e um centésimos por cento) por 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos, deverão ser observados os procedimentos estabelecidos no Capítulo XVII do Regulamento.

Desde a Primeira Data de Subscrição de Quotas Subordinadas Mezanino até a última Data de Resgate, a Administradora verificará, todo Dia Útil, se a relação, expressa em valores percentuais, entre o valor do Patrimônio Líquido reduzido do valor total das Quotas Seniores, dividido pelo valor total das Quotas Subordinadas Mezanino em circulação (“Razão de Garantia das Quotas Subordinadas”) é igual ou superior a 111,57% (cento e onze inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento).

Caso a Razão de Garantia das Quotas Subordinadas seja inferior a 111,57% (cento e onze inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento) por 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos, deverão ser observados os procedimentos estabelecidos no Capítulo XVII do Regulamento.

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

Pelos serviços de administração do Fundo, a Administradora fará jus a uma taxa de administração (“Taxa de Administração”) de 0,10% (um décimo por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, reduzido do valor dos Recursos Líquidos e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo.

A Taxa de Administração será apropriada diariamente, à base de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos) sobre o Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior, e será paga mensalmente à Administradora até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao vencido, como despesa do Fundo.

A Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviço contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração. O Fundo somente poderá contratar prestadores de serviços que tenham sido previamente aprovados pela Gestora.

DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO

Constituem Encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas (“Encargos do Fundo”):

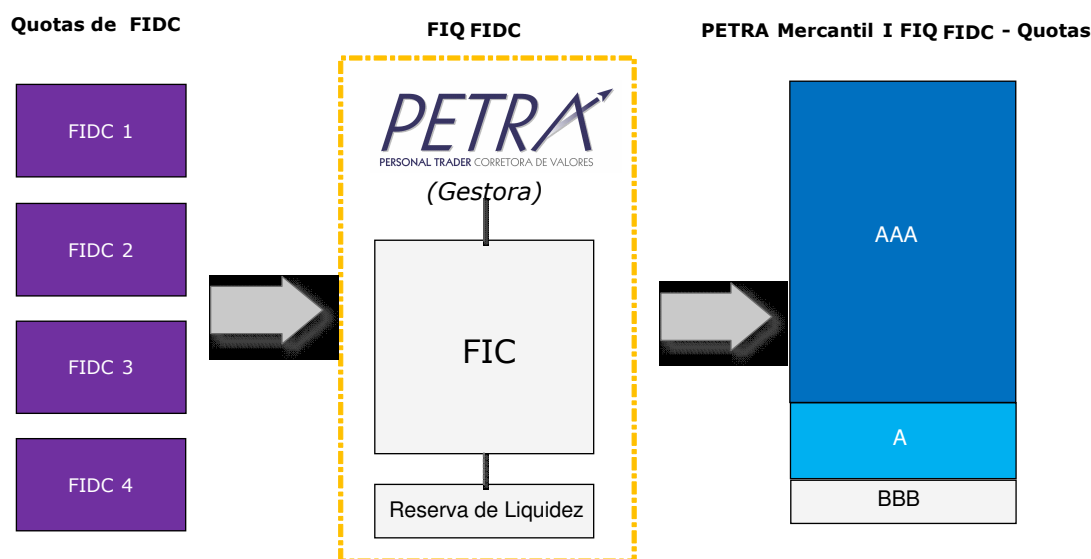
- (a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no presente Regulamento ou na legislação pertinente;
- (c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- (e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;

- (f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo, incluindo, mas não se limitando ao valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- (g) quaisquer despesas inerentes à liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral de Quotistas;
- (h) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- (i) despesas de registro e contribuição anual devida à bolsa de valores ou mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação;
- (j) despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas, na forma do inciso I, do Artigo 31, da Instrução CVM 356; e
- (k) despesas com a Agência de Classificação de Risco.

As despesas não previstas no Regulamento como Encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

ESTRUTURA DA OPERAÇÃO

A ilustração abaixo demonstra um panorama das operações do Fundo.



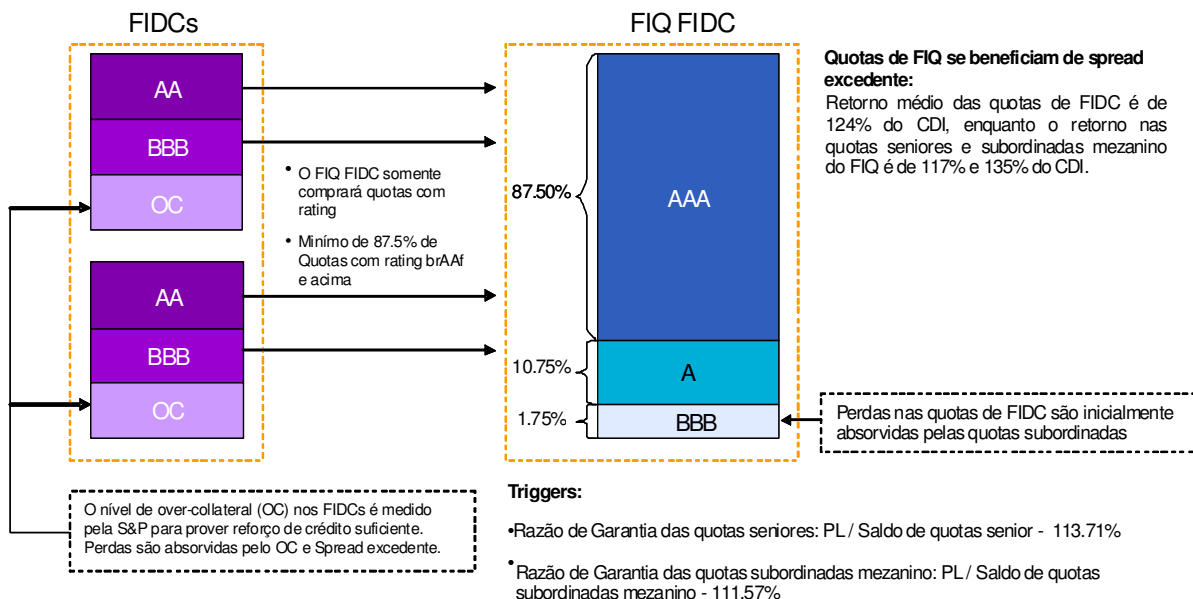
O Fundo emitirá Quotas Seniores, Quotas Subordinadas Mezanino e Quotas Subordinadas Junior lastreadas nos fluxos das Quotas de FIDCs elegíveis.

Para informações sobre os FIDCs elegíveis para receber investimento do Fundo, vide Seção “Sumário dos FIDCs Elegíveis” deste Prospecto Definitivo.

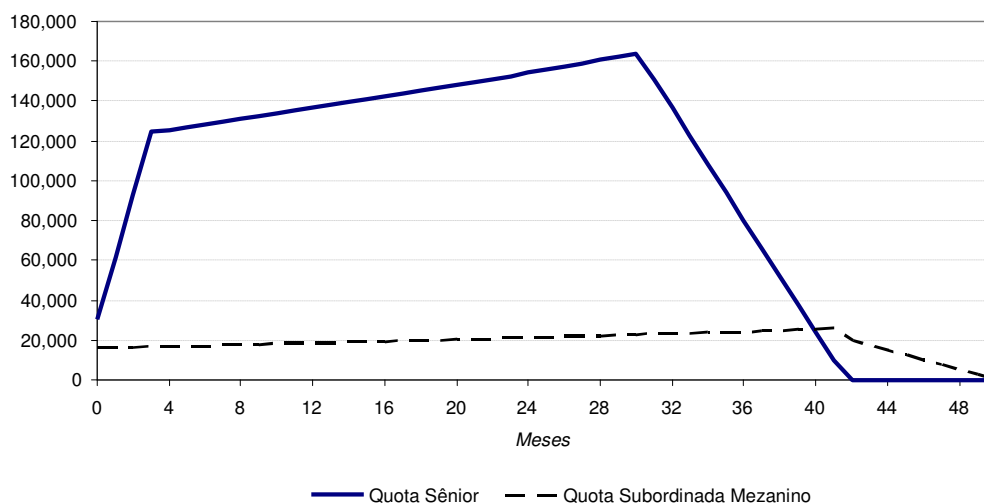
Durante o Período de Investimento, a Administradora utilizará os recursos captados no mercado por meio da Oferta das Quotas para a aquisição de Quotas de FIDCs e Ativos Financeiros, observado o disposto na regulamentação aplicável, no Regulamento do Fundo e neste Prospecto Definitivo.

REFORÇO DE CRÉDITO

Com o objetivo de cobrir os riscos relativos às carteiras de recebíveis, diante das especificidades do ambiente de fundos de recebíveis de crédito no Brasil, os FIDCs cujas quotas serão adquiridas pelo Fundo deverão apresentar uma estrutura de reforço de crédito compatível com a categoria de *rating* “brAAf” para quotas seniores e “brBBBf” para quotas subordinadas mezanino. O reforço de crédito promoverá o suporte necessário às Quotas dos FIDCs, na forma de subordinação estrutural, conforme a ilustração abaixo:



O gráfico abaixo demonstra um panorama dos investimentos e desinvestimentos do Fundo.



Alocação dos recursos: Durante o período de 6 meses contados da data da publicação do anúncio de início da Oferta, a Administradora aplicará os recursos captados com a emissão das Quotas do Fundo para adquirir Quotas de FIDCs elegíveis.

Revolvência: Durante o período de revolvência (o qual corresponde ao período de revolvência dos FIDCs elegíveis), o Patrimônio Líquido do Fundo aumentará, de acordo com a meta de rentabilidade das Quotas.

Distribuições não foram estimadas, mas qualquer fluxo de caixa advindo dos FIDCs será utilizado para amortizar as Quotas do Fundo.

Amortização: O fluxo de caixa recebido decorrente de amortizações das Quotas de FIDCs será utilizado para a amortização das Quotas Seniores do Fundo, até que tais Quotas sejam integralmente amortizadas, e depois para a amortização das Quotas Subordinadas Mezanino, até que tais Quotas sejam integralmente amortizadas, observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Regulamento.

CARACTERÍSTICAS DAS QUOTAS DO FUNDO

FORMA E ESPÉCIE

As Quotas corresponderão a frações ideais do patrimônio do Fundo, serão transferíveis e terão a forma escritural, permanecendo em contas de depósito em nome de seus titulares.

As Quotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns: (a) prioridade de Amortização e/ou resgate em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto no Regulamento; (b) Valor Unitário de Emissão fixado no Artigo 30 do Regulamento; (c) valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, amortização ou resgate, de acordo com os critérios definidos no Artigo 36 do Regulamento; e (d) direito de votar todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que a cada Quota Sênior corresponderá 1 (um) voto.

O valor total das Quotas Seniores é equivalente ao somatório do valor das Quotas Seniores, ou o produto da divisão do Patrimônio Líquido pelo número de Quotas Seniores, dentre os dois o que for menor.

É autorizado o cancelamento do saldo não colocado das Quotas Seniores emitidas pelo Fundo.

As Quotas Subordinadas serão divididas em Quotas Subordinadas Mezanino e Quotas Subordinadas Junior.

As Quotas Subordinadas Mezanino têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns: (a) subordinam-se às Quotas Seniores e têm prioridade em relação às Quotas Subordinadas Junior para fins de Amortização e/ou resgate, observado o disposto no Regulamento; (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores em circulação; (c) Valor Unitário de Emissão fixado no Artigo 30 do Regulamento; (d) valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, Amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 37(a) do Regulamento; e (e) direito de votar em todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que a cada Quota Subordinada Mezanino corresponderá 1 (um) voto.

As Quotas Subordinadas Junior têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns: (a) subordinam-se às Quotas Seniores e às Quotas Subordinadas Mezanino para efeito de Amortização e/ou resgate, observado o disposto no Regulamento; (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino em circulação, admitindo-se o resgate em Quotas de FIDC; (c) Valor Unitário de Emissão fixado no Artigo 30 do Regulamento; (d) valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, Amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 37(b) do Regulamento; e (e) direito de votar em todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que a cada Quota Subordinada Junior corresponderá 1 (um) voto.

As Quotas poderão ser objeto de resgate antecipado, na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação.

EMIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS

As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão emitidas por seu valor calculado na forma dos Artigos 36 e 37 do Regulamento, respectivamente, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados à disposição do Fundo (valor da Quota de D + 0), por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação.

A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura, pelo Agente Escriturador, de conta de depósito em nome do respectivo Quotista. Os Investidores Qualificados poderão efetuar aplicações de recursos no Fundo diretamente com a Administradora, observado o disposto no parágrafo acima e as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

No ato de subscrição de Quotas do Fundo, o subscritor (i) assinará o Compromisso de Investimento e o Boletim de Subscrição (que também será assinado pela Administradora); (ii) se comprometerá a integralizar

as Quotas subscritas, conforme o previsto no Compromisso de Investimento, respeitadas as demais condições previstas no Regulamento; e (iii) assinará o Termo de Adesão constante do Anexo II do Regulamento, indicando um representante responsável e seu respectivo endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações que lhe sejam enviadas pela Administradora ou pelo Custodiante, nos termos do Regulamento.

O extrato da conta de depósito emitido pelo Agente Escriturador será o documento hábil para comprovar (i) a obrigação da Administradora, perante o Quotista, de cumprir as prescrições constantes do Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e (ii) a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista.

Não serão cobradas taxas de ingresso ou de saída pela Administradora.

A partir da Primeira Data de Integralização das Quotas Seniores, seu valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, Amortização ou resgate, devendo corresponder ao menor dentre os seguintes valores: (i) o Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas Seniores em circulação; ou (ii) o valor unitário da Quota Sênior resultante da seguinte fórmula:

$$VUQS_t = \frac{[VQS_{t-1} - VAQS_{t-1} + VCCS_{t-1}] * (1 + RQS)}{NQS_{t-1}}$$

Sendo:

VUQSt	Valor Unitário da Quota Sênior, na data “t”, calculado a cada Dia Útil de acordo com a fórmula acima.
VQSt-1	Valor Total das Quotas Seniores no Dia Útil imediatamente anterior à data “t”, antes de deduzidas as amortizações e acrescidas as integralizações.
VAQSt-1	Valor de Amortização das Quotas Seniores, pago aos Quotistas a título de amortização, se existente, no Dia Útil imediatamente anterior à data “t”.
VCCS t-1	Valor da Chamada de Capital das Quotas Seniores, que significa o valor integralizado pelos Quotistas, se existente, de acordo com os termos dos Compromissos de Investimento e as chamadas de capital da Administradora, conforme previsto no Artigo 30 do Regulamento, no Dia Útil imediatamente anterior à data “t”.
RQS	Meta de Rentabilidade da Quota Sênior diária auferida da data “t-1” até a data “t”.
NQSt-1	Número de Quotas Seniores em circulação no Dia Útil imediatamente anterior à data “t”, consideradas as Quotas Seniores integralizadas pelos Quotistas naquela data.

Os critérios de determinação do valor das Quotas Seniores, definidos acima, têm como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores na hipótese de Amortização e/ou resgate de suas Quotas, e não representam e nem devem ser considerados, em hipótese alguma, como promessa ou obrigação legal ou contratual de remuneração por parte da Administradora, do Fundo ou do Custodiante. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão jus, em hipótese alguma, quando da Amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor de tais Quotas, na respectiva Data de Pagamento, o que representa o limite máximo de remuneração possível para essa classe de Quotas.

Em todo Dia Útil, após a incorporação dos resultados às Quotas Seniores de acordo com a Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da Carteira do Fundo no período será incorporado às Quotas Subordinadas.

A partir da Primeira Data de Integralização das Quotas Subordinadas, seu valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, Amortização ou resgate, devendo corresponder ao que segue:

- (a) O valor unitário das Quotas Subordinadas Mezanino corresponderá ao menor dentre os seguintes valores: (i) o Patrimônio Líquido, deduzido do valor das Quotas Seniores em circulação, dividido pelo número de Quotas Subordinadas Mezanino em circulação; ou (ii)

o valor unitário da Quota Subordinada Mezanino resultante da seguinte fórmula:

$$VUQSM_t = \frac{[VQSM_{t-1} - VAQSM_{t-1} + VCC_{t-1}] * (1 + RQSM)}{NQSM_{t-1}}$$

Sendo:

VUQSM _t	Valor Unitário da Quota Subordinada Mezanino, na data “t”, calculado a cada Dia Útil de acordo com a fórmula acima.
VQSM _{t-1}	Valor Total das Quotas Subordinadas Mezanino no Dia Útil imediatamente anterior à data “t”, antes de deduzidas as amortizações e acrescidas as integralizações.
VAQSM _{t-1}	Valor de Amortização das Quotas Subordinadas Mezanino, pago aos Quotistas a título de amortização, se existente, no Dia Útil imediatamente anterior à data “t”.
VCCSM _{t-1}	Valor da Chamada de Capital das Quotas Subordinadas Mezanino, que significa o valor integralizado pelos Quotistas, se existente, de acordo com os termos dos Compromissos de Investimento e as chamadas de capital da Administradora, conforme previsto no Artigo 30 do Regulamento, no Dia Útil imediatamente anterior à data “t”.
RQSM	Meta de Rentabilidade da Quota Subordinada Mezanino diária auferida da data “t-1” até a data “t”.
NQSM _{t-1}	Número de Quotas Subordinadas Mezanino em circulação no Dia Útil imediatamente anterior à data “t”, consideradas as Quotas Subordinadas Mezanino integralizadas pelos Quotistas naquela data.

- (b) O valor unitário das Quotas Subordinadas Junior corresponderá ao valor resultante da seguinte fórmula:

$$VUQSJ_t = \frac{PL \text{ Fundo}_t - MTS_t - MTSM_t}{NQSJ_t}$$

Sendo:

VUQSJ _t	Valor Unitário da Quota Subordinada Júnior, na data “t”, calculado de acordo com a fórmula acima.
PL Fundo _t	Valor do Patrimônio Líquido do Fundo na data “t”.
MTS _t	Valor do Montante Total das Quotas Seniores na data “t”.
MTSM _t	Valor do Montante Total das Quotas Subordinadas Mezanino na data “t”.
NQSJ _t	Número de Quotas Subordinadas Junior em circulação na data “t”.

AMORTIZAÇÃO E RESGATE DE QUOTAS

Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Capítulo XIV do Regulamento, e desde que o Fundo possua Recursos Líquidos na Conta do Fundo, o Fundo realizará a Amortização das Quotas, no vigésimo quinto dia de cada mês (“Data de Pagamento”), durante o Período de Amortização.

Caso a Data de Pagamento não seja um Dia Útil, a Administradora efetuará o pagamento no Dia Útil imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.

A Amortização compreenderá todos os recursos recebidos pelo Fundo até o vigésimo quarto dia do mesmo mês, decorrentes de amortização e resgate das Quotas de FIDCs e dos Ativos Financeiros, excluído o valor constante da Reserva de Liquidez, que será utilizado para pagamento dos Encargos do Fundo.

As Quotas serão resgatadas por ocasião da sua amortização integral ou do término do Prazo de Duração do Fundo, dentre os quais o que ocorrer primeiro.

Os titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas não poderão, sob nenhuma hipótese, exigir do Fundo a Amortização ou o resgate de suas Quotas em termos outros que não os expressamente previstos no Regulamento.

POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu patrimônio, de maneira diferenciada para cada classe de Quotas conforme as regras estabelecidas neste Prospecto Definitivo e no Regulamento do Fundo.

O descumprimento de qualquer obrigação originária das Quotas de FIDCs e dos demais ativos integrantes da Carteira do Fundo será atribuído às Quotas Subordinadas Junior, até o limite equivalente à somatória do valor total destas. Uma vez excedida a referida somatória, a inadimplência dos ativos integrantes da Carteira do Fundo será atribuída às Quotas Subordinadas Mezanino, até o limite equivalente à somatória do valor total destas.

Por outro lado, caso o Fundo atinja a meta de rentabilidade definida para as Quotas Seniores e para as Quotas Subordinadas Mezanino, toda a rentabilidade excedente será atribuída somente às Quotas Subordinadas Junior, razão pela qual estas poderão apresentar valores diferentes dos das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino.

PAGAMENTO DOS VALORES DEVIDOS PELO FUNDO AOS QUOTISTAS

Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 40 do Regulamento, a Administradora deverá transferir ou creditar os recursos financeiros do Fundo correspondentes (i) aos titulares das Quotas Seniores, em cada Data de Pagamento, nos montantes apurados conforme o Artigo 36 do Regulamento, (ii) aos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino após o resgate integral das Quotas Seniores, nos montantes apurados conforme o Artigo 37(a) do Regulamento, e (iii) aos titulares das Quotas Subordinadas Junior, após o resgate integral das Quotas Subordinadas Mezanino, nos montantes apurados conforme o Artigo 37(b) do Regulamento.

A Administradora efetuará o pagamento das Amortizações ou resgates de Quotas por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN.

Os recursos depositados na Conta do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das Quotas Seniores, quando de sua Amortização ou resgate, nas respectivas Datas de Pagamento.

Caso a Data de Pagamento dos valores devidos aos Quotistas não seja um Dia Útil, ou seja feriado na cidade de São Paulo, a Administradora efetuará o pagamento no Dia Útil imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS

Observadas as disposições legais aplicáveis, as Quotas de FIDCs e os Ativos Financeiros devem ser registrados no Fundo conforme segue:

- (a) Quotas de FIDCs: serão registradas em cada Dia Útil pelo seu valor diário, conforme divulgado pela Administradora, na qualidade de administradora dos FIDC (“Valor das Quotas de FIDC”); e
- (b) Ativos Financeiros: serão registrados pelo menor dentre os seguintes valores: (i) valor de mercado do Ativo Financeiro, se houver, calculado pela Gestora; (ii) valor de principal do Ativo Financeiro, acrescido dos juros incidentes; ou (iii) o valor contábil do Ativo Financeiro, calculado de acordo com as disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis

(“Valor dos Ativos Financeiros”);

As perdas e provisões com os Ativos Financeiros e as demais modalidades operacionais integrantes da carteira do Fundo serão suportados única e exclusivamente pelo Fundo e serão reconhecidas no resultado do período, conforme as regras e procedimentos definidos na Resolução do CMN 2.682, de acordo com os percentuais a seguir indicados (“Percentual de Provisão”) em cada Dia Útil:

Período de Atraso	% de Provisionamento sobre os Ativos Financeiros e as demais modalidades integrantes da Carteira do Fundo (antes de ser reduzido qualquer Valor Provisionado)
atraso entre 15 e 30 dias	1%
atraso entre 31 e 60 dias	3%
atraso entre 61 e 90 dias	10%
atraso entre 91 e 120 dias	30%
atraso entre 121 e 150 dias	50%
atraso entre 151 e 180 dias	70%
atraso superior a 180 dias	100%

O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão das perdas, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os ajustes aos valores dos ativos e das modalidades operacionais integrantes da Carteira do Fundo decorrentes da aplicação dos critérios estabelecidos no Regulamento serão registrados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos no COSIF.

SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS FIRMADOS PELO FUNDO

CONTRATO DE COLOCAÇÃO DAS QUOTAS DE EMISSÃO DO FUNDO

Por meio do Contrato de Colocação, a Administradora contratou o Coordenador Líder para efetuar, em conjunto com a Administradora, a colocação das Quotas do Fundo, em regime de melhores esforços, com a utilização do Procedimento de *Bookbuilding*, junto a Investidores Qualificados, sendo facultado, outrossim, de comum acordo, a contratação de outras instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários para execução conjunta de tal serviço.

Pelos serviços descritos no Contrato de Colocação, o Coordenador Líder fará jus ao recebimento de uma comissão de colocação, no valor percentual de (a) 1% (um por cento) sobre o montante total das Quotas efetivamente colocadas pelo Coordenador Líder junto a seus clientes, e (b) 0,75% sobre o valor das Quotas efetivamente colocadas pela Administradora junto a seus clientes.

A comissão de colocação do Coordenador Líder, deverá ser paga pela Administradora, em seu próprio nome, no prazo de até 1 (um) dia útil, contado da efetiva integralização das Quotas, em moeda corrente nacional, por meio de Transferência Eletrônica Disponível (TED) para a conta-corrente indicada pelo Coordenador Líder

CONTRATO DE CUSTÓDIA

Por meio do Contrato de Custódia, a Administradora contratou o Custodiante para a prestação dos serviços de custódia das Quotas de FIDCs e Ativos Financeiros, incluindo os serviços de que trata o Artigo 38 da Instrução CVM 356.

O serviço de custódia qualificada compreende a liquidação física e financeira dos ativos, sua guarda e responsabilidade, bem como a administração e informação de eventos associados a esses ativos. A custódia qualificada compreenderá também a liquidação financeira de derivativos, contratos de permuta de fluxos financeiros – swap e operações a termo, bem como o pagamento das taxas relativas ao serviço prestado, tais como, mas não limitadas a, taxa de movimentação e registro dos depositários e câmaras e sistemas de liquidação.

Pela prestação dos serviços de custódia, o Custodiante receberá uma remuneração fixa mensal de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), a ser paga pelo Fundo até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao da prestação dos serviços. O valor desta remuneração será anualmente revisto e reajustado pelo IGP-M/FGV ou, na extinção deste, pelo que vier a substituí-lo.

CONTRATO DE GESTÃO

Por meio do Contrato de Gestão, a Administradora contratou a Gestora para realizar a gestão da carteira do Fundo.

Os principais deveres e obrigações estabelecidos no Contrato de Gestão são (i) a análise e seleção da Quotas de FIDCs e dos Ativos Financeiros a serem adquiridos pelo Fundo; e (ii) quaisquer outros serviços inerentes à atividade de gestão da Carteira do Fundo.

Pela prestação dos serviços objeto do Contrato de Gestão, a Gestora fará jus a uma remuneração anual de R\$1.000,00 (um mil reais), a ser paga todo dia 31 de março de cada ano.

CONTRATO DE SERVIÇOS DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Por meio do Contrato de Serviços de Classificação de Risco, a Agência de Classificação de Risco foi contratada para a prestação dos serviços de classificação de risco das Quotas Seniores, das Quotas Subordinadas Mezanino e das Quotas Subordinadas Junior.

Pela prestação dos serviços objeto do Contrato de Serviços de Classificação de Risco, a Agência de Classificação de Risco fará jus a uma remuneração anual no valor de R\$ 13.700,00 (treze mil e setecentos reais) a ser paga pelo Fundo.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE

Por meio do Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria Independente, a Empresa de Auditoria foi contratada pelo Fundo para realizar a revisão anual das demonstrações financeiras e das contas do Fundo.

Como resultado dos trabalhos realizados pela Empresa de Auditoria, serão emitidos os seguintes documentos:

- (i) Relatório sobre as demonstrações financeiras do Fundo para o período a findar-se em 31 de dezembro de 2008, compreendendo:
 - Demonstrações da composição e diversificação das aplicações;
 - Demonstrações das evoluções do Patrimônio Líquido; e
 - Notas explicativas às demonstrações financeiras;
- (ii) Parecer dos auditores independentes; e
- (iii) Relatório de recomendações e descumprimento de normas incluindo aspectos relacionados aos controles internos, práticas contábeis utilizadas e o não-cumprimento de leis e regulamentação, se aplicável.

Pelos serviços descritos na Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria Independente, a Empresa de Auditoria fará jus ao recebimento de honorários, no valor certo e ajustado de R\$3.000,00 (três mil reais), a ser pago pelo Fundo em 4 parcelas mensais iguais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 20 de setembro de 2008.

ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

O Fundo é administrado pela PETRA – Personal Trader Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., sociedade devidamente autorizada pela CVM a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur 463, 11º andar, e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.317.692/0001-94.

A Administradora deverá administrar o Fundo cumprindo com suas obrigações de acordo com os mais altos padrões de diligência e correção do mercado, entendidos no mínimo como aqueles que todo homem ativo e probo deve empregar na condução de seus próprios negócios, praticando todos os seus atos com a estrita observância (i) da lei e das normas regulamentares aplicáveis, (ii) do Regulamento, (iii) das deliberações da Assembléia Geral, e (iv) dos deveres fiduciários, de diligência e lealdade, de informação e de preservação dos direitos dos Quotistas.

A Administradora poderá ser substituída, a qualquer tempo, por deliberação dos titulares das Quotas do Fundo reunidos em Assembléia Geral, na forma do Capítulo XXI do Regulamento, sem qualquer multa ou penalidade de qualquer natureza para o Fundo.

A Administradora, por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista (“Comunicação de Renúncia”), sempre com aviso prévio de 90 (noventa) dias corridos, pode renunciar à administração do Fundo, desde que a Administradora convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral para decidir sobre a sua substituição, devendo ser observado o quorum de deliberação de que trata o Capítulo XXI do Regulamento.

Nas hipóteses de substituição da Administradora e de liquidação antecipada do Fundo, aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria Administradora.

Em caso de decretação de intervenção, administração especial temporária, liquidação extrajudicial, insolvência, ou falência da Administradora, o liquidante, o administrador temporário ou o interventor adotarão as medidas necessárias a fim de nomear nova instituição administradora para o Fundo ou decidir sobre sua liquidação.

Na hipótese de renúncia da Administradora e nomeação de nova instituição administradora em Assembléia Geral, a Administradora continuará obrigada a prestar os serviços de administração do Fundo até que a nova instituição administradora venha a lhe substituir, o que deverá ocorrer no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses contados da data de realização da respectiva Assembléia Geral.

A Administradora deverá, sem qualquer custo adicional para o Fundo, colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da data da deliberação da sua substituição, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo, e sua respectiva administração, que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora, ou por qualquer terceiro envolvido diretamente na administração do Fundo, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, com os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos do Regulamento.

Para informações sobre as atribuições, obrigações e responsabilidades da Administradora, vide o Capítulo VI do Regulamento.

Histórico

Em 1999, a PETRA iniciou suas atividades, com foco na intermediação do acesso ao mercado de capitais para os investidores pessoas físicas. A PETRA é uma corretora com 9 (nove) anos de atuação no mercado de valores mobiliários, e conta com uma equipe de mais de 50 (cinquenta) profissionais experientes e especializados no mercado financeiro - operadores de mesa, *controllers*, *middle officers*, entre outros. Com matriz em Curitiba, mantém filiais em São Paulo e no Rio de Janeiro.

O objetivo da PETRA é oferecer aos seus clientes as melhores alternativas de portfólio, desde investimentos diretos, seja através de títulos ou ações, carteiras administradas, fundos de investimento em ações e multimercados e clubes de investimento (de terceiros ou próprios), buscando uma fórmula sob medida para cada caso. A PETRA conta atualmente com mais de 11.000 (onze mil) clientes em carteira, dos quais mais de 1.000 são empresas.

Em 2001, a PETRA tornou-se membro da BOVESPA, atuando como uma corretora orientada ao mercado de varejo.

Em 2005, a PETRA iniciou suas atividades na área de FIDCs – Fundos de Investimento de Direitos Creditórios, sendo hoje Administradora de 17 (dezessete) Fundos.

Citamos abaixo o destaque da PETRA no mercado nacional:

- (a) atua na distribuição de títulos do governo brasileiro para investidores pessoas físicas (Tesouro Direto);
- (b) instituição não pertencente a conglomerado bancário a receber autorização da CVM para escriturar quotas de fundos de investimento (Instrução CVM 89/88)¹; e
- (c) primeiro lugar na estruturação de fundos de investimento em direitos creditórios nos anos de 2005 e 2007², com um montante total de R\$145.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de Reais) de patrimônio líquido sob administração (junho de 2008).

Apresentamos abaixo uma breve descrição da qualificação e atuação dos executivos da PETRA:

Ricardo Binelli:

- Experiência no mercado de capitais brasileiro de mais de 18 anos;
- Co-fundador da PETRA;
- Graduação em Economia pela Universidade de São Paulo – USP;
- MBA em Finanças pela Universidade de São Paulo – USP;
- Conhecimentos avançados em (i) *Valuation*, (ii) Gerenciamento de Fluxos de Caixa, e (iii) Análises de Investimento Técnica e Fundamentalista;
- Analista de mercado certificado pela APIMEC e registrado na CVM.

Fernando Marques de Marsillac Fontes:

- Atua no mercado de capitais brasileiro desde 1987;
- Co-fundador da PETRA;
- Responsável na PETRA pela área de finanças estruturadas;
- Referência no mercado de finanças estruturadas brasileiro, tendo participado como palestrante em diversos eventos:
 - Eventos da ANFAC - Associação Nacional das Factorings em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul;

1 – Fonte: CVM. Consulta a participantes do mercado via website: www.cvm.gov.br

2 – Fonte: Relatórios Uqbar de 2005 e 2007 (www.uqbar.com.br)

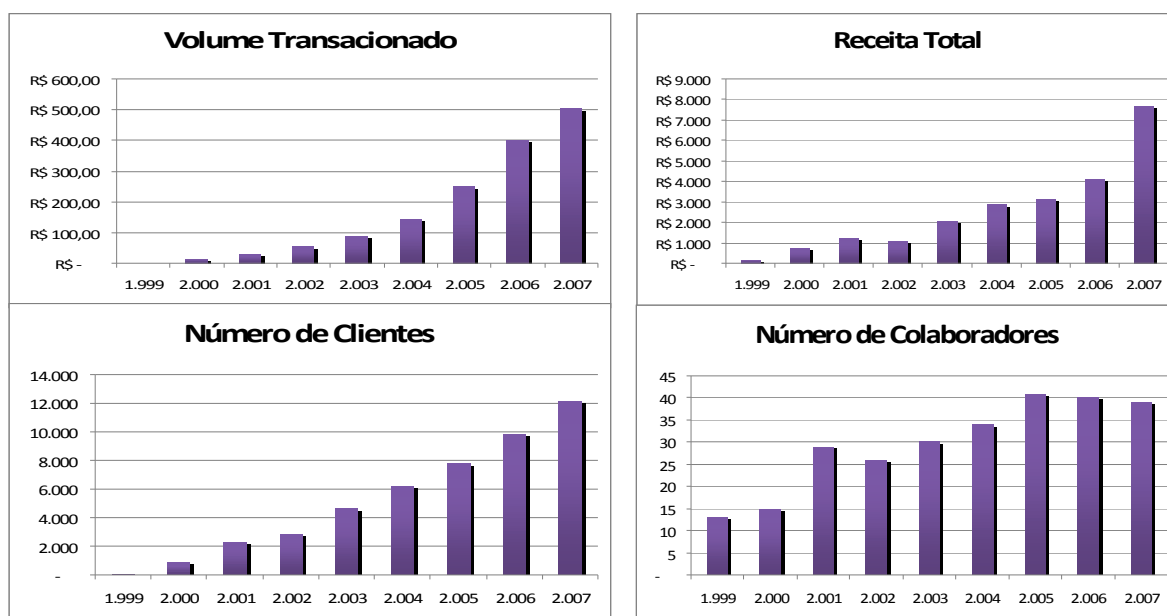
- Coordenou painel sobre securitização no 8º Congresso de Fomento Mercantil Brasileiro, com mais de 600 participantes; e
- Conduziu palestra/treinamento sobre “Aspectos Práticos na Estruturação de FIDCs” para advogados e executivos no 3º Congresso Nacional de Securitização – o maior evento anual do setor no país.

Edilberto Pereira:

- Graduação em engenharia pela Universidade Federal do Paraná;
- Experiência no mercado de capitais de mais de 25 anos em administração e controladoria de fundos de investimento;
- Administrador de carteiras e de fundos registrado na CVM; e
- Diretor responsável pela área de administração de FIDCs da PETRA.

INDICADORES DE PERFORMANCE DA ADMINISTRADORA

Conforme demonstrado nos gráficos abaixo, desde o ano de 1999, o crescimento da Administradora tem se mostrado positivo:



HISTÓRICO DA ADMINISTRADORA EM OPERAÇÕES DE SECURITIZAÇÃO

Em 2005, a PETRA iniciou suas atividades no mercado de securitização, com foco específico no mercado de FIDCs. No referido ano a PETRA estruturou 5 (cinco) FIDCs, colocando-se em primeiro lugar no ranking de estruturadores do Brasil³.

Em 2007, a PETRA estruturou mais 7 (sete) FIDCs, mantendo o posto de líder na estruturação de operações.

A PETRA possui capacidade técnica e operacional para administrar FIDCs com multi-cedentes, administrando recebíveis de mais de 430 (quatrocentos e trinta) empresas-cedentes, processando uma média de 80 (oitenta) aquisições diárias de recebíveis para o conjunto de FIDCs sob sua administração.

³ Fonte: Relatórios Uqbar de 2005 (www.uqbar.com.br)

INFRA-ESTRUTURA UTILIZADA PELA PETRA NA ADMINISTRAÇÃO DOS FIDCs.

A PETRA possui mais de 50 (cinquenta) colaboradores em Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro, 16 (dezesseis) deles trabalhando exclusivamente na divisão de FIDCs. A área de administração de FIDCs da PETRA é segregada das demais áreas, dispondo de ferramentas de controle de acesso. Toda área é monitorada por câmeras e sensores de movimento, contando com cópias de imagem dos discos rígidos dos computadores utilizados no processamento. A PETRA utiliza sistema desenvolvido internamente para administração de FIDCs (SAF System – direitos de copyright e códigos fonte são propriedades da PETRA).

Além disso, a PETRA combina essa tecnologia própria com plataformas líderes nas áreas de controladoria, contabilidade e escrituração contábil (YMF – líder em sistemas de fundos na América Latina – e ATT/PS).

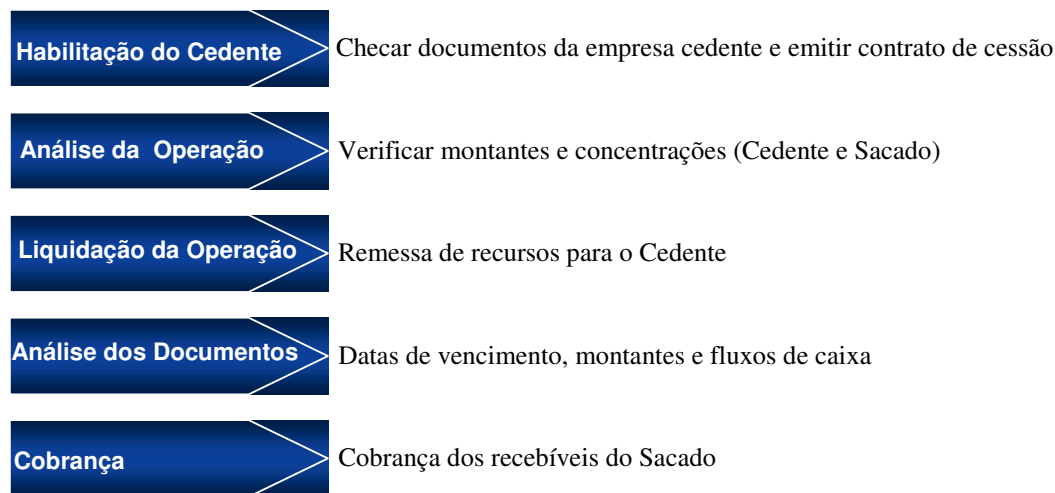
Infra - estrutura de informações e tecnologia localizada em Curitiba:

- Data Center com piso elevado;
- Servidores Dell e IBM com alta capacidade;
- Links redundantes e conexão entre matriz e filial feita pela Primesys (mesma empresa que administra as redes de comunicação do Bradesco, Unibanco, BOVESPA e BM&F);
- *No-Breaks* de 3 KVAs para os servidores e gerador *stand by* de 120 KVAs;
- Backups em equipamentos SAN e fitas de 100 GB; e
- Site de contingência localizado em São Paulo.

PROCEDIMENTOS QUE SERÃO EMPREGADOS NA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

A política de investimento do Fundo estabelece que o Fundo somente adquirirá Quotas de FIDCs administrados pela PETRA. Tal restrição resulta da necessidade de confirmação de que os procedimentos descritos abaixo estão sendo aplicados adequadamente, e de que os Critérios de Elegibilidade estão sendo observados, considerando as próprias políticas da PETRA e as demais disposições definidas nos regulamentos dos FIDCs.

A PETRA conduzirá processo de análise nos FIDCs cujas quotas serão adquiridas pelo Fundo, que englobará uma checagem das informações da empresa cedente (conforme a demonstração abaixo). Uma vez verificada toda documentação e performance da empresa, serão tomadas as medidas abaixo.



PRESTADORES DE SERVIÇOS DO FUNDO

CUSTODIANTE E COORDENADOR LÍDER

Para a prestação dos serviços de custódia qualificada, de forma a cumprir com o artigo 38 da Instrução CVM 356, o Fundo contratou o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão.

Para a prestação dos serviços de distribuição das Quotas do Fundo, a Administradora também contratou o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão, instituição financeira devidamente autorizada a prestar os serviços de distribuição de valores mobiliários.

Histórico

O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão está presente no Brasil há quase 100 anos. Com sede em São Paulo e atuando nas áreas de Corporate & Investment Banking, Sales & Trading e Global Transaction Banking, o banco oferece uma grande variedade de produtos e serviços, que se estendem desde financiamentos de curto, médio e longo prazos em moeda local e estrangeira, assessoria especializada e integral de compra e venda de ações, derivativos, estruturas de financiamento, fusões e aquisições, serviços de custódia, entre outros.

Com aproximadamente 77.920 empregados em 76 países, o grupo Deutsche Bank compete pela liderança global em soluções de financiamento de clientes e é uma das maiores instituições financeiras do mundo, tendo sido eleito o melhor banco por três anos consecutivos pela revista Euromoney. O grupo Deutsche Bank é um dos líderes em investimentos no mundo, ocupando a posição de liderança na Alemanha e Europa, e em constante crescimento na América do Norte, Ásia e nos principais países emergentes.

O Brasil possui um importante papel para o grupo Deutsche Bank em termos de estratégia em mercados emergentes. Dentre todos os países da América Latina em que está presente, o Brasil é atualmente o maior mercado de atuação do grupo Deutsche Bank, com mais de 230 empregados contratados.

GESTORA

O Fundo contratou a PETRA – Personal Trader Administração e Consultoria Ltda. para responder pelos serviços de gestão da Carteira do Fundo previstos no inciso II do Artigo 39 da Instrução CVM 356. Todas as Quotas de FIDCs a serem adquiridas pelo Fundo deverão ser previamente analisadas pela Gestora.

Histórico

Constituída em 2004, a PETRA – Personal Trader Administração e Consultoria Ltda. é autorizada pela CVM para prestar serviços de administração de carteiras de valores mobiliários e gestão profissional de recursos ou valores mobiliários, nos termos da Instrução CVM 306. A PETRA – Personal Trader Administração e Consultoria Ltda. presta serviços de gestão a pessoas físicas, jurídicas não financeiras e a investidores coletivos, tais como clubes e fundos de investimento em renda fixa e variável, respondendo pela gestão de mais de 250 diferentes portfólios.

AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

As Quotas do Fundo têm classificação de risco atribuída pela Standard & Poor's, agência de classificação de risco contratada pelo Fundo. A Agência de Classificação de Risco será responsável pela elaboração e atribuição de Classificação de Risco às Quotas Seniores e às Quotas Subordinadas. O referido relatório de Classificação de Risco deverá ser atualizado, no mínimo, trimestralmente, e ficar à disposição dos Quotistas na sede da Administradora.

Qualquer alteração da classificação de risco das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas constitui fato relevante para fins de comunicação aos Quotistas. Dessa forma, havendo o rebaixamento da classificação de risco para uma nota inferior à inicialmente obtida, a Administradora comunicará imediatamente tal fato aos

Quotistas e enviará, através de correspondência registrada, o material emitido pela Agência de Classificação de Risco com a nova nota e justificativa do rebaixamento.

Histórico

A Agência de Classificação de Risco é uma divisão da The McGraw-Hill Companies (NYSE:MHP), sendo a maior provedora mundial de *ratings*, índices, avaliação de risco, pesquisas de investimento, dados e avaliações. Com mais de 6.000 (seis mil) funcionários localizados em 21 (vinte e um) países, a Standard & Poor's é parte essencial da infra-estrutura financeira mundial e tem desempenhado um papel de liderança por mais de 140 (cento e quarenta) anos na provisão de "benchmarks" independentes para que investidores em todo o mundo possam tomar decisões financeiras e de investimento com mais confiança. A Standard & Poor's tem um longo histórico na criação de benchmarks para o setor financeiro, sendo a primeira a atribuir *ratings* a financiamentos securitizados; transações com títulos garantidas por seguro; cartas de crédito; solidez financeira de seguradoras não americanas; holdings bancárias; e empresas de garantias financeiras.

Fundada em 1.888, a The McGraw-Hill Companies é uma provedora global de serviços de informações que atende às necessidades mundiais de serviços financeiros, treinamento e informação sobre negócios e mercados, por intermédio de marcas importantes como Standard & Poor's, Business Week e McGraw-Hill Education. A corporação tem mais de 280 (duzentos e oitenta) escritórios em 37 (trinta e sete) países. Suas vendas atingiram US\$5,3 bilhões em 2004.

AUDITORIA

Para prestação de serviços de auditoria das contas do Fundo foi contratada a KPMG Auditores Independentes.

Histórico

A KPMG Auditores Independentes tem sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, 13º andar, e está inscrita no CNPJ/MF sob o nº 057.755.217/0001-29.

A KPMG é uma empresa formada no Brasil em 1º de julho de 1987, com presença mundial, prestando serviços da mais alta qualidade em diversas áreas, por meio de seus departamentos de Serviços de Auditoria, Assessoria Tributária, Assessoria em Serviços Financeiros e Assessoria em Gestão de Recursos Humanos. Para tanto, possui infra-estrutura e base de conhecimentos globais para oferecer aos seus clientes de médio e grande portes estratégias específicas às suas necessidades.

SUBSTITUIÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇO

A Administradora pode, a qualquer tempo, contratar outras instituições credenciadas pela CVM para prestação dos serviços de custódia, gestão, classificação de risco e de auditoria, agindo sempre no interesse dos Quotistas do Fundo, e desde que aprovado pela Assembléia Geral, nos termos da alínea (f) do Artigo 54 do Regulamento.

LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

EVENTOS DE AVALIAÇÃO

São considerados eventos de avaliação do Fundo (“Eventos de Avaliação”) quaisquer dos seguintes eventos:

- (a) caso a Razão de Garantia das Quotas Seniores e a Razão de Garantia das Quotas Subordinadas não sejam atendidas dentro do prazo estabelecido para o reenquadramento nos termos do Capítulo XVIII do Regulamento;
- (b) caso não ocorra a amortização de quaisquer das Quotas de FIDCs de propriedade do Fundo nas datas programadas;
- (c) renúncia da Administradora, do Custodiante, e/ou da Gestora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, sem a substituição dos mesmos dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da renúncia;
- (d) não observância pelo Custodiante dos deveres e das obrigações previstos no Regulamento desde que, notificado para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento da referida notificação;
- (e) inobservância, pela Administradora ou pela Gestora, dos deveres e das obrigações previstos no Regulamento, conforme o caso, verificado pelo Custodiante ou pelos Quotistas, desde que, notificada por estes para sanar ou justificar o descumprimento, não o façam no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da referida notificação;
- (f) na hipótese de serem realizados pagamentos de Amortização de Quotas Subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento; e
- (g) caso a taxa do CDI seja maior ou igual a 130% (cento e trinta por cento) da taxa do CDI do Dia Útil imediatamente anterior.

Ocorrendo qualquer Evento de Avaliação, será convocada Assembléia Geral, nos termos do Capítulo XXI do Regulamento, para avaliar o grau de comprometimento das atividades do Fundo em razão do respectivo Evento de Avaliação, podendo a Assembléia Geral deliberar (i) pela não liquidação do Fundo, ou (ii) que o Evento de Avaliação que deu causa à Assembléia Geral constitui um Evento de Liquidação, estipulando os procedimentos para a liquidação do Fundo, independentemente da convocação de nova Assembléia Geral, e aplicando-se o disposto no Parágrafo 3º do Artigo 47 do Regulamento.

Mesmo que o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembléia Geral prevista no parágrafo acima, a referida Assembléia Geral será instalada e deliberará normalmente, podendo inclusive decidir pela liquidação do Fundo.

EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

Serão considerados eventos de Liquidação Antecipada quaisquer das seguintes ocorrências (“Eventos de Liquidação”):

- (a) ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação que resulte em liquidação do Fundo, observado o disposto acima;
- (b) qualquer violação à política de investimento do Fundo, nos termos do Capítulo IV do Regulamento; e
- (c) se o Patrimônio Líquido do Fundo se tornar igual ou inferior à soma do valor de todas as Quotas Seniores.

Ocorrendo qualquer dos Eventos de Liquidação, a Administradora deverá dar início aos procedimentos de Liquidação Antecipada do Fundo definidos nos itens abaixo:

- (a) Na hipótese de Liquidação Antecipada do Fundo, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral, a fim de que os titulares das Quotas Seniores deliberem sobre os procedimentos que serão adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas, assegurando-se, no caso de decisão assemblear pela interrupção dos procedimentos de Liquidação Antecipada do Fundo, o resgate das Quotas Seniores detidas pelos Quotistas dissidentes;
- (b) Observada a deliberação da Assembleia Geral referida no item “a” acima, o Fundo resgatará todas as Quotas Seniores compulsoriamente, ao mesmo tempo, em igualdade de condições e considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em circulação, observados os seguintes procedimentos:
 - (i) a Administradora liquidará todos os investimentos e aplicações do Fundo, transferindo todos os recursos para a Conta do Fundo;
 - (ii) todos os recursos decorrentes do recebimento, pelo Fundo, dos valores das Quotas de FIDCs, serão imediatamente destinados à Conta do Fundo; e
 - (iii) observada a ordem de alocação dos recursos definida no Capítulo XIV do Regulamento, a Administradora debitará a Conta do Fundo e procederá ao resgate antecipado das Quotas Seniores em circulação até o limite dos recursos disponíveis.

Os recursos auferidos pelo Fundo nos termos do item “b” acima serão utilizados para o pagamento das obrigações do Fundo de acordo a ordem de alocação de recursos prevista no Capítulo XIV do Regulamento. Os procedimentos descritos no item “b” acima somente poderão ser interrompidos após o resgate integral das Quotas Seniores, quando o Fundo poderá promover o resgate das Quotas Subordinadas.

A deliberação pela não liquidação do Fundo, caso o Patrimônio Líquido do Fundo permita, será tomada em primeira convocação pela maioria das Quotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Quotas dos presentes.

Para fins de liquidação dos investimentos e aplicações do Fundo, nos termos do item “b”, a Administradora deverá convocar uma Assembleia Geral a fim de deliberar sobre a alienação das Quotas de FIDCs integrantes da Carteira do Fundo. Na referida Assembleia Geral, a Administradora submeterá aos Quotistas, para aprovação, uma proposta de alienação das Quotas de FIDCs integrantes da carteira do Fundo, por meio de oferta pública ou leilão, bem como o valor mínimo para alienação das referidas quotas (“Valor Mínimo de Venda”). Mediante aprovação da Assembleia Geral, a Administradora realizará a alienação das Quotas de FIDCs, por meio de oferta pública ou leilão, a seu exclusivo critério, que será operacionalizada da seguinte forma (“Alienação das Quotas de FIDCs”):

- (a) a Administradora divulgará a oferta pública ou leilão por meio de publicação no Periódico e, facultativamente, em outros meios que contribuam para o amplo conhecimento da Alienação das Quotas de FIDCs (“Anúncio de Alienação”), com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência da data da realização da oferta pública ou leilão, conforme o caso;
- (b) o Anúncio de Alienação deverá descrever os termos e condições da Alienação das Quotas de FIDCs, incluindo: (i) a modalidade em que se dará a Alienação das Quotas de FIDCs; (ii) se a Alienação das Quotas de FIDCs será realizada em bloco ou separadamente; e (iii) as características gerais de cada série de Quotas de FIDCs, incluindo (a) informações sobre o FIDCs, (b) o valor nominal unitário das Quotas de FIDCs, (c) discriminação dos valores e das datas de pagamento das Quotas de FIDCs, (d) as respectivas metas de rentabilidade; e (iv) demais informações necessárias para a perfeita identificação e avaliação das Quotas de FIDCs pelos potenciais compradores;
- (c) a Alienação das Quotas de FIDCs dar-se-á pelo maior valor oferecido, seja ele qual for,

contanto que igual ou acima do Valor Mínimo de Venda;

- (d) em caso de venda de uma ou mais séries de Quotas de FIDCs em separado, a Administradora poderá condicionar a eficácia da alienação das referidas Quotas de FIDCs à obtenção de um preço mínimo pela alienação separada das referidas Quotas de FIDCs, sendo que tal preço deverá estar estipulado no Anúncio de Alienação;
- (e) as quantias recebidas na alienação das Quotas de FIDCs serão imediatamente depositadas na Conta do Fundo, para pagamento dos Encargos do Fundo e dos valores devidos aos detentores das Quotas Seniores e Subordinadas Mezanino, conforme ordem de alocação de recursos prevista no Capítulo XIV do Regulamento; e
- (f) após o pagamento dos valores mencionados no item precedente, os recursos remanescentes, se houver, serão distribuídos aos detentores das Quotas Subordinadas Junior, nos termos dos Artigos 38 e 39 do Regulamento.

Caso, em 60 (sessenta) dias da data de ocorrência do Evento de Liquidação e observadas as deliberações da Assembléia Geral a respeito, o Fundo não disponha de recursos para o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, a Administradora realizará o resgate do saldo das referidas Quotas mediante dação em pagamento das Quotas de FIDCs integrantes da carteira do Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o Fundo ou co-obrigação deste, sempre considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas em circulação.

Caso envolva a realização de uma oferta pública, nos termos na Instrução CVM 400, a Alienação das Quotas de FIDC será necessariamente precedida de registro junto à CVM.

ASSEMBLÉIA GERAL

COMPETÊNCIA

Sem prejuízo das demais atribuições previstas no Regulamento, compete privativamente à Assembléia Geral, observados os respectivos quoruns de deliberação:

- (a) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- (b) deliberar sobre a substituição da Administradora;
- (c) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração cobrada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (d) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo, observado o procedimento do Capítulo XVII do Regulamento;
- (e) aprovar qualquer alteração do Regulamento e dos demais Documentos da Operação;
- (f) aprovar a substituição do Custodiante, da Gestora, da Empresa de Auditoria e da Agência de Classificação de Risco;
- (g) aprovar a cobrança de taxas e encargos pela Administradora, de qualquer natureza, que não estejam expressamente previstos no Regulamento;
- (h) aprovar o aumento das despesas e encargos ordinários do Fundo, inclusive a contratação de prestadores de serviços e assunção de despesas não expressamente previstas no Regulamento, salvo se o aumento decorrer de exigência legal ou regulamentar; e
- (i) aprovar os procedimentos a serem adotados para o resgate das Quotas do Fundo.

O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos no Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo determinado pelas autoridades competentes.

PROCEDIMENTO DE CONVOCAÇÃO

A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias corridos de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias corridos de antecedência, nas demais convocações, e far-se-á por meio de envio de carta, publicação no Periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo ou por meio de correio eletrônico aos Quotistas, dos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembléia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembléia Geral.

A Assembléia Geral poderá ser convocada (i) pela Administradora ou (ii) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação.

A Assembléia Geral se instalará em primeira convocação com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Quotas Seniores e 51% (cinquenta e um por cento) das Quotas Subordinadas em circulação, e, em segunda convocação, com Quotistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Quotas Subordinadas em circulação. Independentemente das formalidades previstas na lei e no Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os

Quotistas.

A presidência da Assembléia Geral caberá à Administradora.

A Administradora e/ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação poderão convocar representantes do Custodiante, do Auditor Independente, da Gestora, ou quaisquer terceiros, para participar das Assembléias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Independentemente de quem tenha convocado, o representante da Administradora deverá comparecer a todas as Assembléias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral deve realizar-se no local da sede da Administradora, e, quando for realizada em outro local, os anúncios ou as cartas endereçadas aos condôminos devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede.

A cada Quota corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede da Administradora no prazo de 2 (dois) Dias Úteis antes da data de realização da Assembléia Geral.

Observado o previsto na regulamentação aplicável, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis dos titulares da maioria das Quotas presentes à Assembléia Geral.

Sem prejuízo do disposto no parágrafo acima, as deliberações (i) sobre a substituição da Administradora, (ii) sobre a elevação da Taxa de Administração cobrada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução, e (iii) sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo, serão tomadas em primeira convocação pela maioria das Quotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Quotas dos presentes.

A alteração das características, vantagens, direitos e obrigações das Quotas Subordinadas dependerão da aprovação dos titulares da totalidade das Quotas Subordinadas em circulação. Além disso, a alteração das seguintes matérias dependerá da aprovação dos titulares das Quotas Subordinadas:

- (a) as matérias previstas nos letras (a) e de (e) a (i) do item “*Competência*” desta seção do Prospecto Definitivo;
- (b) cobrança de taxas e encargos pela Administradora, de qualquer natureza, que não estejam expressamente previstas no Regulamento; e
- (c) aumento das despesas e encargos ordinários do Fundo, inclusive a contratação de prestadores de serviços e assunção de despesas não expressamente previstas no Regulamento, salvo se o aumento decorrer de exigência legal ou regulamentar.

As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quoruns estabelecidos no Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembléia Geral ou do voto nela proferido.

Os Quotistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse, observados os procedimentos de convocação, instalação e deliberação previstos no Regulamento.

As decisões da Assembléia Geral devem ser divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da sua realização.

REGRAS DE TRIBUTAÇÃO DO FUNDO

O disposto nesta Seção foi elaborado com base na legislação brasileira em vigor na data deste Prospecto Definitivo e tem por objetivo descrever genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas e ao Fundo. Os potenciais investidores devem consultar seus assessores jurídicos para uma orientação mais detalhada a respeito da tributação aplicável nos investimentos realizados no Fundo.

Objetivo de Tratamento Tributário

O Fundo têm como objetivo proporcionar aos seus Quotistas uma estrutura que permita a incidência de uma baixa carga tributária, de acordo com a legislação atualmente aplicável. Para tanto, o Fundo dedicará esforços em buscar enquadramento como Fundo de Investimento de Longo Prazo.

As Amortizações das Quotas do Fundo poderão não ter o mesmo tratamento tributário aplicável ao resgate das Quotas, pois os prazos de amortização são menores que o prazo de resgate, o que implica um tratamento tributário menos favorecido ao Quotista. Ademais, o Fundo não tem como garantir aos seus Quotistas que a legislação atual permanecerá em vigor pelo tempo de duração do Fundo, e não tem como garantir que não haverá alteração da legislação e regulamentação em vigor, e que esse será o tratamento tributário aplicável aos titulares de Quotas Seniores, de Quotas Subordinadas Mezanino e de Quotas Subordinadas Junior à época do resgate ou da amortização das Quotas.

Tributação Aplicável aos Quotistas

IOF

Os investimentos no Fundo estão sujeitos à incidência do Imposto sobre Títulos ou Valores Mobiliários (“IOF/Títulos”). Nos termos da legislação vigente, o IOF/Títulos será cobrado à alíquota de 1% ao dia sobre o valor do resgate (liquidação do Fundo), cessão ou repactuação das Quotas, limitado ao rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto n.º 6.306/07. Segundo esse Decreto, resgates, cessões ou repactuações efetuados em prazo de até 29 dias (inclusive), sujeitam-se ao IOF/Títulos, calculado de forma percentual sobre o rendimento auferido, sendo que quanto maior o prazo da aplicação, menor será o percentual de rendimento sujeito à incidência do imposto (0% a 96%). O IOF/Títulos pode ser deduzido no cálculo do Imposto de Renda Retido na Fonte.

A partir de 17 de março de 2008, os valores aportados no Brasil por parte dos Quotistas residentes ou domiciliados no exterior estão sujeitos ao Imposto sobre Câmbio (“IOF/Câmbio”). Nos termos da legislação em vigor, o imposto será cobrado à alíquota de 1,5% sobre o montante em moeda nacional, recebido, entregue ou posto à disposição, correspondente ao valor, em moeda estrangeira, da operação de câmbio. Vale ressaltar que o IOF/Câmbio incide à alíquota zero nas operações de câmbio para fins de retorno de recursos aplicados pelos Quotistas residentes ou domiciliados no exterior.

Imposto de Renda

Os rendimentos decorrentes da aplicação em fundos de investimento estão sujeitos à incidência de imposto de renda de acordo com as seguintes regras:

- (i) Para o Quotista pessoa física residente no Brasil:
 - os rendimentos auferidos no resgate (liquidação do Fundo) ou amortização das Quotas do Fundo devem ser tributados na fonte pela diferença positiva entre o valor do resgate ou amortização e o respectivo custo de aquisição das Quotas, às alíquotas regressivas abaixo indicadas:

Para fundos com carteira de longo prazo⁴:

⁴ Fundos de longo prazo são aqueles cuja carteira de títulos tenha prazo médio superior a 365 dias.

- 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- 20% em aplicações com prazo de 181 até 360 dias;
- 17,5% em aplicações com prazo de 361 até 720 dias;
- 15% para aplicações com prazo acima de 720 dias.

A Administradora buscará manter a Carteira do Fundo como de longo prazo, de forma a proporcionar aos Quotistas o benefício das alíquotas regressivas acima indicadas até a alíquota mínima de 15%. Todavia, a Carteira do Fundo poderá apresentar variação do seu prazo médio, passando a ser caracterizada como de curto prazo para efeitos tributários.

Para fundos com carteira de curto prazo⁵:

- 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
 - 20% em aplicações com prazo acima de 180 dias.
- os ganhos auferidos na alienação das Quotas devem ser tributados à alíquota de 15%, devendo ser recolhidos pela própria pessoa física.

(ii) Para Quotista pessoa jurídica não-financeira domiciliado no Brasil⁶:

- os rendimentos auferidos no resgate (liquidação do Fundo) ou amortização das Quotas do Fundo devem ser tributados na fonte pela diferença positiva entre o valor do resgate ou amortização e o respectivo custo de aquisição das Quotas, mediante aplicação das alíquotas regressivas supra;
- os ganhos auferidos na alienação (realizada dentro ou fora de bolsa) das Quotas do Fundo devem ser tributados na fonte, como ganhos de renda variável, pela diferença positiva entre o valor da alienação e o custo de aquisição das Quotas à alíquota de 15%;

(iii) Para os Quotistas residentes ou domiciliados no exterior, como regra geral, a tributação segue a regra aplicável ao Quotista pessoa física residente no Brasil. As exceções dizem respeito a: (a) Quotistas sediados em localidades de tributação favorecida, para os quais pode haver uma tributação de 25% e (b) Quotistas registrados de acordo com a Resolução nº 2.689, que não sejam residentes ou domiciliados em país com tributação favorecida. Para essa última situação, as alíquotas aplicáveis no resgate, na amortização e na alienação (realizada em bolsa) de Quotas são de 15%, ou de 0%, no caso de alienação em bolsa de valores.

Na hipótese de alienação de quotas do Fundo em bolsa de valores, sobre o valor da alienação, incidirá IR-Fonte à alíquota de 0,005%, neste caso sendo responsável pelo recolhimento a instituição intermediadora que receber a ordem de alienação do Quotista.

Exceções e Outras Incidências

Existem algumas exceções às incidências tributárias acima relacionadas, bem como poderá haver outras incidências tributárias sobre os rendimentos produzidos pelo Fundo, dependendo da forma de tributação a que cada Quotista estiver sujeito.

Tributação Aplicável ao Fundo

O Fundo não tem personalidade jurídica. Assim, não está sujeito ao pagamento de diversos tributos, tais como: (i) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ; (ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL; (iii) contribuição para o Programa de Integração Social – PIS; e (iv) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS.

⁵ Fundos de curto prazo são aqueles cuja carteira de títulos tenha prazo médio igual ou inferior a 365 dias.

⁶ Como regra, o imposto de renda retido na fonte – IRF será tratado como antecipação do imposto devido e a variação positiva do valor da quota integrará a base de cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica – IRPJ e da contribuição social sobre o lucro – CSLL da pessoa jurídica.

Além disso, o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários – IOF incide sobre as operações do Fundo à alíquota zero.

IOF

A atual legislação fiscal estabelece que os recursos do Fundo estão sujeitos à incidência do IOF/Títulos à alíquota zero.

Imposto de Renda

A atual legislação fiscal estabelece que a Carteira do Fundo é isenta do imposto de renda.

Outras Incidências

Em decorrência das alterações constantes às quais a legislação fiscal brasileira está sujeita, novas obrigações podem ser impostas, no futuro, sobre o Fundo.

POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Fundo terá escrituração contábil própria. As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM e serão auditadas anualmente por Empresa de Auditoria registrada na CVM.

Aplicam-se ao Fundo as disposições do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, editado pelo BACEN.

O exercício social do Fundo terá duração de 1 (um) ano e terminará em 31 de dezembro de cada ano.

PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS

A Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, por meio de publicação no Periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, devendo permanecer à disposição dos condôminos para consulta, na sede e agências da Administradora, de modo a garantir a todos os Quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

A Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Quotistas, em sua sede e dependências, informações sobre: (i) o número de Quotas de propriedade de cada Quotista e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e (iii) o comportamento das Quotas de FIDCs, dos Ativos Financeiros e demais modalidades operacionais integrantes da carteira do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e realizado. As obrigações aqui estabelecidas não prejudicam e não se confundem com as obrigações de divulgação contidas no Artigo 34, inciso IV da Instrução CVM 356.

À Administradora cabe divulgar, no mínimo, anualmente: (i) o valor do Patrimônio Líquido do Fundo; (ii) o valor da Quota; (iii) a relação entre o Patrimônio Líquido e o valor das Quotas; (iv) as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil; e (v) as súmulas dos relatórios da Agência de Classificação de Risco contratada pelo Fundo, sem prejuízo das demais obrigações previstas no Regulamento e na legislação vigente.

Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas seja expressamente previsto no Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos, de qualquer forma, relacionados aos interesses dos Quotistas, deverão ser ampla e imediatamente divulgados, às expensas do Fundo, por meio (a) de anúncio publicado, na forma de aviso, no jornal “Valor Econômico”, edição nacional (“Periódico”), caso a publicação de anúncio seja expressamente exigida nos termos da legislação aplicável; (b) de correspondência enviada ao representante do Quotista; ou (c) correio eletrônico, nesses dois últimos casos nas demais hipóteses de comunicações entre a Administradora e os Quotistas. As publicações referidas acima deverão ser mantidas à disposição dos Quotistas na sede da Administradora.

Qualquer mudança com relação ao Periódico deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.

ATENDIMENTO AOS POTENCIAIS INVESTIDORES E AOS QUOTISTAS

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, os potenciais investidores e os Quotistas poderão entrar em contato com a Administradora, com o Coordenador Líder e com o Coordenador Contratado, por meio dos telefones e emails de atendimento ao Quotista abaixo indicados:

PETRA – Personal Trader CTVM S.A.

Rua Pasteur 463, 11º andar

Curitiba - PR

CEP: 80250-080 – Tel. : (41) 3074-0909

Nome e cargo	Informações de Contato	Informações de Contato
Fernando Marques de Marsillac Fontes Diretor	(11) 3526-9005 fernando@personaltrader.com.br	(11) 8245-2450 (celular)
Edilberto Pereira Diretor	(41) 3074-0935 edilberto@personaltrader.com.br	(41) 9995-6690 (celular)

Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão

Av. Brigadeiro Faria Lima, 3900, 13º a 15º andares

São Paulo, SP

CEP: 04538-132 – Tel.: (11) 2113-5000

Nome e cargo	Informações de Contato	Informações de Contato
Ricardo Bicudo Diretor	(11) 2113-5743 ricardo.bicudo@db.com	
Carlos Simonetti Diretor	(11) 2113-5478 carlos.simonetti@db.com	
Ido Gonen Vice Presidente	1 (212) 250-3160 ido.gonen@db.com	
Johan Grieneisen Vice Presidente	1 (212) 250-5680 johan.grieneisen@db.com	

Banco JP Morgan S.A.

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 13 andar

São Paulo, SP

CEP: 04538-095 – Tel.: (11) 3048-3416

Nome e cargo	Informações de Contato	Informações de Contato
Gustavo Jesus Vice Presidente	(11) 3048-3416 gustavo.s.jesus@jpmorgan.com	

FATORES DE RISCO

Antes de decidir investir nas quotas do Fundo, os interessados devem analisar, cuidadosamente, considerando sua própria situação financeira e objetivos de investimento, todas as informações constantes deste Prospecto Definitivo e, especialmente, avaliar os fatores de risco descritos nesta Seção.

O Fundo está sujeito aos riscos de flutuações de mercado, riscos de crédito das respectivas contrapartes, riscos sistêmicos, condições adversas de liquidez e negociação aplicáveis aos direitos creditórios, ativos financeiros e demais modalidades operacionais integrantes das carteiras dos FIDCs cujas quotas sejam subscritas ou adquiridas pelo Fundo, incluindo os respectivos prazos, cronogramas e procedimentos de resgate e amortização. Os riscos também são aplicáveis aos Ativos Financeiros e demais modalidades operacionais integrantes da carteira do Fundo.

As aplicações dos Quotistas não contam com garantia da Administradora, da Gestora, do Custodiante, de suas Partes Relacionadas, ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

Riscos de Mercado:

Risco de Crédito dos Títulos e Valores Mobiliários da Carteira do Fundo.

Os títulos públicos e/ou privados de dívida, bem como os valores mobiliários que puderem compor a carteira dos FIDCs em cujas quotas o Fundo deverá investir, estão sujeitos à capacidade dos seus emissores em honrar os respectivos compromissos de pagamento de juros e principal de suas dívidas. Eventos que afetem as condições financeiras dos emissores de tais títulos e valores mobiliários, bem como alterações nas condições econômicas, legais e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos em termos de preços e liquidez dos ativos dos referidos emissores. Mudanças na percepção da qualidade dos créditos dos emissores, mesmo que não fundamentadas, poderão trazer impactos nos preços dos títulos e valores mobiliários, comprometendo também sua liquidez.

Risco Decorrente da Precificação dos Ativos.

A precificação dos ativos integrantes da carteira dos FIDCs (exceção feita aos Direitos Creditórios), em cujas Quotas o Fundo deverá investir, deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários e demais operações, estabelecidos na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado (*mark-to-market*) poderão ocasionar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo, podendo resultar em redução no valor das Quotas do Fundo. Em caso de queda do valor dos ativos, o patrimônio do Fundo pode ser afetado negativamente. A queda nos preços dos ativos integrantes da carteira do Fundo pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados.

Descasamento de Taxas e de Fluxo de Caixa do Fundo.

O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras principalmente em Quotas de FIDCs e, também, em modalidades financeiras de renda fixa que deverão compor sua carteira de ativos. Considerando-se que o valor das Quotas será atualizado em conformidade com o permitido pela rentabilidade da carteira a cada determinado momento, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) das Quotas dos FIDCs subscritas ou adquiridas pelo Fundo e dos outros Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo e (ii) das Quotas do Fundo.

Riscos relacionados ao Fundo:

Direitos Creditórios com Taxas Prefixadas.

A maior parte dos direitos creditórios integrantes da carteira dos FIDCs, em cujas Quotas o Fundo deverá investir, é contratada a taxas prefixadas. A distribuição dos resultados das carteiras dos FIDCs para suas Quotas tem como parâmetro a taxa média do CDI. Portanto, se a taxa do CDI se elevar substancialmente, os recursos dos FIDCs poderão ser insuficientes para pagar a meta de rentabilidade dos FIDCs, no todo ou em parte aos quotistas dos FIDCs (dentre os quais, o Fundo), e nem os FIDCs, tampouco as instituições administradoras dos FIDCs, prometem ou asseguram rentabilidade ao Quotista.

Inadimplência dos Clientes e Possível não Existência de Coobrigação ou Garantia dos Cedentes pela solvência dos Direitos Creditórios.

Parte dos cedentes poderá ser responsável somente pela obrigação e formalização dos direitos creditórios cedidos aos FIDCs, não assumindo quaisquer responsabilidades pelo seu pagamento ou pela solvência dos clientes. Dessa forma, na hipótese de inadimplência, total ou parcial, por parte dos clientes no pagamento dos direitos creditórios, os FIDCs poderão sofrer impactos decorrentes do não pagamento dos valores correspondentes aos referidos direitos creditórios, proporcionando prejuízo para os FIDCs e, conseqüentemente, para seus condôminos, dentre os quais, o Fundo.

Risco Operacional.

Dada a complexidade operacional própria dos fundos de investimento em direitos creditórios, apesar dos contratos de cobrança celebrados entre os agentes envolvidos nas operações dos FIDCs, pode ocorrer erro na troca de informações entre os sistemas eletrônicos, o que, por sua vez, pode vir a dificultar a execução da cobrança dos documentos afetados, reduzindo os resultados dos FIDCs, proporcionando prejuízo para os FIDCs e, conseqüentemente, para seus condôminos, dentre os quais, o Fundo.

Necessidade de Aprovação dos Titulares de Quotas Subordinadas nas Deliberações da Assembléia Geral.

O Parágrafo Segundo do Artigo 58 do Regulamento estabelece a necessidade de aprovação dos titulares da totalidade das Quotas Subordinadas em determinadas deliberações da Assembléia Geral, incluindo, sem limitações: (i) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora; (ii) aprovar qualquer alteração do Regulamento e dos demais Documentos da Operação; (iii) aprovar a contratação e substituição da Gestora da carteira do Fundo; (iv) aprovar a substituição do Custodiante, da Gestora, da Empresa de Auditoria e da Agência de Classificação de Risco; (v) aprovar a cobrança de taxas e encargos pela Administradora, de qualquer natureza, que não estejam expressamente previstos no Regulamento; (vi) aprovar o aumento das despesas e encargos ordinários do Fundo, inclusive a contratação de prestadores de serviços e assunção de despesas não expressamente previstas no Regulamento, salvo se o aumento decorrer de exigência legal ou regulamentar; e (vii) aprovar os procedimentos a serem adotados para o resgate das Quotas do Fundo. Tal direito dos titulares das Quotas Subordinadas é mais amplo do que a regra geral de quorum de deliberação nas assembléias gerais de quotistas prevista no Artigo 29 da Instrução CVM 356, que estabelece que as deliberações são tomadas pela maioria de quotas dos quotistas presentes na assembléia geral. Referido direito dos titulares das Quotas Subordinadas pode impedir a aprovação de matérias essenciais aos interesses dos titulares das Quotas Seniores, o que pode afetar negativamente o funcionamento do Fundo, causando prejuízo aos titulares das Quotas Seniores.

Riscos relativos aos FIDCs:

Risco de Descontinuidade dos FIDCs.

A política de investimento dos FIDCs estabelece que os FIDCs devem voltar-se, primordialmente, à aplicação em direitos creditórios originados pelos cedentes. Conseqüentemente, a continuidade dos FIDCs pode ser comprometida, independentemente de qualquer expectativa por parte dos quotistas quanto ao tempo de

duração de seus investimentos nos FIDCs, em função da falta de continuidade das operações regulares dos cedentes e da falta de capacidade destas de originar direitos creditórios elegíveis para os FIDCs. Tendo em vista que a política de investimentos do Fundo descrita no Capítulo IV do Regulamento estabelece que o Fundo deve voltar-se, principalmente, à aplicação em Quotas dos FIDCs, o Fundo poderá sofrer impactos negativos em função da descontinuidade dos FIDCs.

Performance e Riscos Relacionados ao Cedente.

De acordo com a estrutura dos FIDCs, em cujas Quotas o Fundo deverá investir, e durante o prazo de duração do Fundo, ocorrerão diversas cessões de direitos creditórios pelos cedentes aos FIDCs. Nenhuma garantia pode ser dada de que os cedentes continuarão atuando no ramo de atividade que atualmente possibilitam os cedentes a originação dos direitos creditórios integrantes das carteiras dos FIDCs. Portanto, o patrimônio líquido dos FIDCs e, conseqüentemente, o Patrimônio Líquido do Fundo, poderão ser afetados caso qualquer dos cedentes venha a interromper as atividades que resultam na originação dos direitos creditórios.

Riscos de Liquidez:

Liquidez Reduzida.

As principais fontes de recurso do Fundo para efetuar o resgate de suas Quotas decorrem da liquidação: (i) de investimentos de curto prazo não aplicados na aquisição de Quotas dos FIDCs, e (ii) de Quotas dos FIDCs. Após o recebimento destes recursos, o Fundo poderá não dispor de quaisquer outras verbas para efetuar o resgate de Quotas pertencentes aos seus Quotistas.

Investimento de baixa liquidez.

Os fundos de investimento em quotas de fundos de investimento em direitos creditórios são um novo e sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, com aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Considerando-se isso, os investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado de fundos de investimento em quotas de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Quotas do Fundo.

Ademais, não há um mercado secundário desenvolvido para a negociação de quotas de fundos de investimento em quotas de fundos de investimento em direitos creditórios, o que resulta em baixa liquidez desse tipo de investimento. O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, o que impede o resgate de suas Quotas a qualquer momento e pode resultar em dificuldade adicional aos Quotistas para alienar seu investimento no mercado secundário. A baixa liquidez do investimento nas Quotas pode implicar impossibilidade de venda das Quotas ou venda a preço inferior ao seu valor patrimonial, causando prejuízo aos Quotistas.

Riscos Específicos:

Não Existência de Garantia de Eliminação de Riscos.

A realização de investimentos no Fundo sujeita o investidor aos riscos aos quais o Fundo e a sua carteira estão sujeitos, que poderão acarretar perdas do capital investido pelos Quotistas no Fundo. Embora a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos das aplicações do Fundo, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas. Em condições adversas de mercado, referido sistema de gerenciamento de riscos poderá ter sua eficiência reduzida.

Não Liquidação dos Direitos Creditórios.

As principais fontes de recursos dos FIDCs para que seja efetuado o resgate de suas Quotas decorrem da liquidação: (i) dos direitos creditórios dos clientes e (ii) dos outros ativos integrantes das carteiras dos FIDCs

pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento destes recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial dos referidos ativos, os FIDCs poderão não dispor de quaisquer outras verbas para efetuar o resgate de Quotas pertencentes aos seus condôminos, dentre os quais, o Fundo.

Risco Sistêmico:

Pode ser definido como o risco de investimento em títulos que não pode ser eliminado pela diversificação dos investimentos. O risco sistêmico pode ser entendido também como uma situação do mercado financeiro segundo a qual a possibilidade de fracasso de um banco em acertar suas contas com os demais possa provocar uma reação em cadeia, impedindo que outros bancos na sequência, acertem suas contas e assim por diante. Tal situação pode provocar uma crise no sistema financeiro como um todo, consistindo na possibilidade de quebra em cadeia de instituições financeiras.

Outros Riscos:

O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, mudança nas regras aplicáveis aos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros, alteração na política monetária, alteração da política fiscal aplicável ao Fundo, os quais poderão causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RISCO

A Administradora e a Gestora orientam-se pela transparência, competência e cumprimento do Regulamento do Fundo e da legislação vigente, e utilizam, no gerenciamento de riscos, análises que consideram os fundamentos econômicos e de mercado com influência no desempenho dos ativos que compõem a carteira do Fundo, bem como modelos de gestão de ativos que se traduzem em cuidadosos processos de investimento, apoiados por sistemas informatizados de última geração e de extrema confiabilidade.

Para a parcela do patrimônio líquido investido em ativos que não as Quotas de FIDCs, a política de investimento, bem como o nível desejável de exposição a risco, são determinados em comitês, dos quais participam os principais executivos da diretoria de administração de recursos de terceiros da Administradora e da Gestora. A Administradora e a Gestora privilegiam, como forma de controle de riscos, decisões tomadas por diferentes comitês, que traçam os parâmetros de atuação do Fundo acompanhando as exposições a riscos, mediante a avaliação das condições dos mercados financeiro e de capitais e a análise criteriosa dos diversos setores da economia brasileira.

Os riscos a que está exposto o Fundo e o cumprimento de suas políticas de investimento são monitorados por área de gerenciamento de risco completamente separada da área de gestão, que utiliza modelo de controle de risco de mercado, visando a estabelecer o nível máximo de exposição a risco.

Não obstante a diligência da Administradora e da Gestora em colocar em prática a política de investimento delineada no Regulamento do Fundo, os investimentos do Fundo estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado e a riscos, os quais se encontram descritos neste Prospecto Definitivo, e apesar de a Administradora e a Gestora manterem sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para o Quotista.

SUMÁRIO DE FIDCS ELEGÍVEIS

A presente seção contém uma breve descrição de quatro FIDCs cujas quotas estão sendo consideradas para aquisição pelo Fundo. São eles: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Empresarial LP (“FIDC Empresarial”); Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial RedFactor LP (“FIDC Redfactor”); Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Hope LP (“FIDC Hope”); e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Lego LP (“FIDC Lego”) (os “FIDCs Elegíveis”).

A presente seção contém ainda um breve histórico das empresas de consultoria responsáveis pela análise e seleção dos Direitos Creditórios adquiridos pelos respectivos FIDCs Elegíveis (as “Empresas de Consultoria”).

SUMÁRIO DO FIDC MULTISETORIAL EMPRESARIAL

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisetorial Empresarial LP (“FIDC Empresarial”), fundo de investimento constituído sob a forma de condomínio fechado, tem como objetivo a valorização de suas quotas através da aplicação preponderante dos recursos na aquisição de direitos creditórios oriundos de vendas mercantis ou de prestação de serviços, indicados e selecionados pela Consultora Del Monte (conforme definido abaixo).

Natureza dos direitos creditórios

Aquisição de direitos creditórios decorrentes dos segmentos financeiro, comercial, industrial e de prestação de serviços, especialmente de micro, pequenas e médias empresas.

Principais critérios de elegibilidade

De acordo com o seu regulamento, o FIDC Empresarial não poderá adquirir direitos creditórios de cedente que tenha recomprado mais de 20% (vinte por cento) dos créditos cedidos nos 60 (sessenta) dias imediatamente anteriores. O FIDC Empresarial poderá adquirir cédulas de crédito bancário (“CCBs”), desde que tais créditos contenham pelo menos uma das seguintes garantias: (a) alienação fiduciária de recebíveis que cubra no mínimo 70% (setenta por cento) do saldo devedor atualizado ou (b) aval ou alguma outra garantia real que responda por 100% (cem por cento) do saldo devedor atualizado.

Limites de Concentração

Os limites de concentração dos direitos creditórios sobre o patrimônio líquido do FIDC Empresarial, estabelecidos no seu regulamento são:

- (i) 29% (vinte e nove por cento) em direitos creditórios originados pelas 4 (quatro) maiores cedentes ou grupos econômicos. As demais cedentes poderão atingir, no máximo, o limite de concentração apresentado pela menor dentre as 4 (quatro) cedentes ou grupos econômicos;
- (ii) para o conjunto das 4 (quatro) maiores cedentes (incluindo devedores de CCBs) ou grupos econômicos, os limites de concentração podem variar de acordo com a subordinação, da seguinte forma:
 - (a) concentração de até 36% (trinta e seis por cento), caso a subordinação esteja entre 42% (quarenta e dois por cento) e 45% (quarenta e cinco por cento) do patrimônio líquido do FIDC Empresarial; e
 - (b) concentração de até 40% (quarenta por cento), caso a subordinação esteja acima de 45% (quarenta e cinco por cento) do patrimônio líquido do FIDC Empresarial.

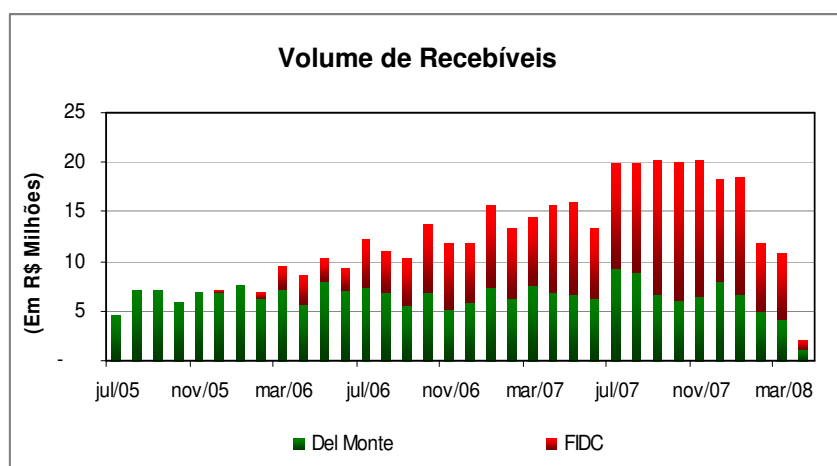
Com relação aos créditos representados por CCBs, os limites de concentração estabelecidos no seu regulamento são: até 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido do FIDC Empresarial, com ou sem obrigação de instituição financeira, considerando prazo médio de 10 (dez) meses e respeitados os limites de 4% (quatro por cento) do patrimônio líquido por devedor do título.

O Fundo adquirirá até R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de Reais) em quotas seniores da 4ª emissão de quotas do FIDC Empresarial, a serem emitidas e adquiridas exclusivamente pelo Fundo, cujas características estão apresentadas na tabela abaixo:

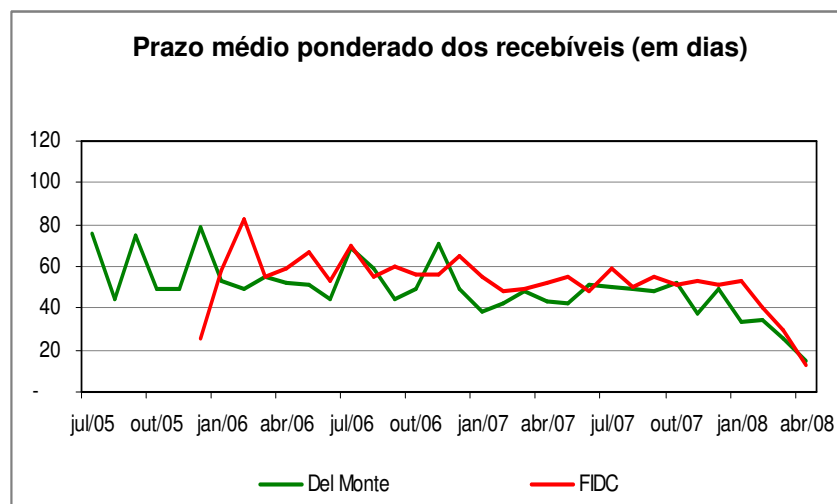
FIDC Empresarial⁽¹⁾	
Rating das Quotas Seniores	brAAf
Meta de Rentabilidade das Quotas Seniores (4ª Emissão)	125% do CDI
Subordinação	Quotas Subordinadas representando 33% das quotas do FIDC Empresarial
Prazo	42 meses, com um período de carência de 30 meses, e amortizações mensais a partir do trigésimo primeiro mês
Taxa Média de Cessão	160% CDI
Início das Operações	Dezembro de 2005

⁽¹⁾ O FIDC Empresarial encontra-se adimplente com todas as suas obrigações com relação aos seus atuais quotistas e a rentabilidade alvo das quotas referente às emissões anteriores do fundo, vem sendo alcançada.

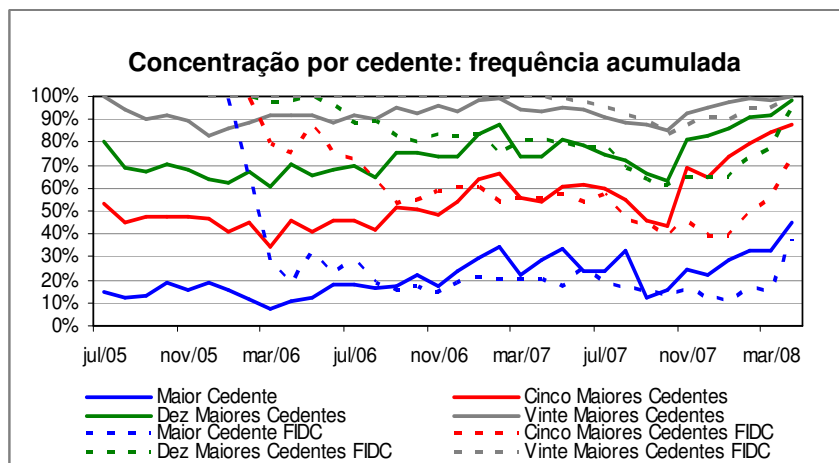
Os gráficos abaixo apresentam as informações sobre a carteira e desempenho do FIDC Empresarial:



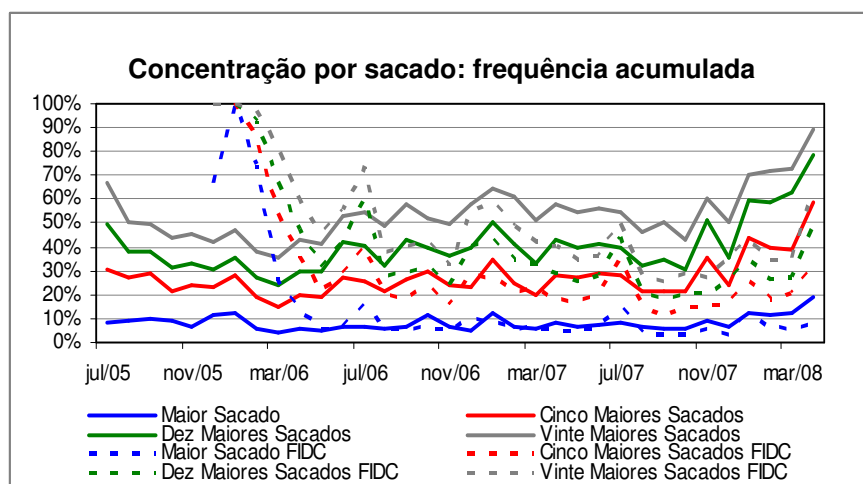
Fonte: relatórios de performance da Standard & Poor's



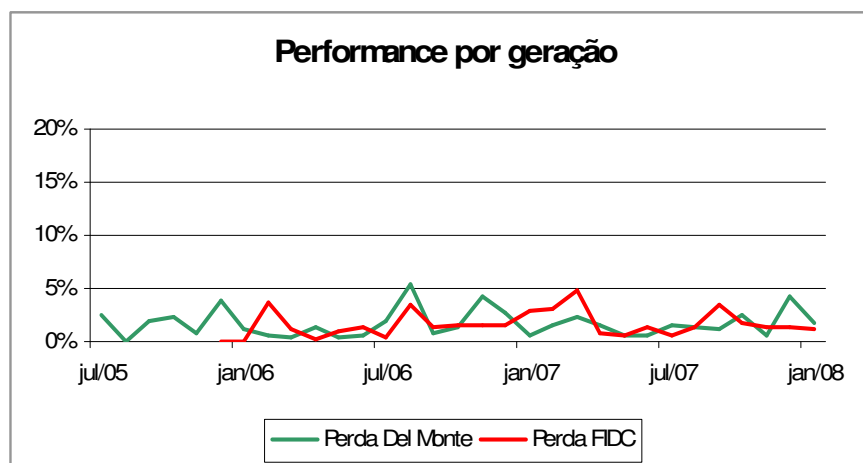
Fonte: relatórios de performance da Standard & Poor's



Fonte: relatórios de performance da Standard & Poor's



Fonte: relatórios de performance da Standard & Poor's



Fonte: relatórios de performance da Standard & Poor's

Notas:

1. A amostra utilizada para a elaboração dos gráficos foi de recebíveis com vencimento até Abril de 2008.
2. A nova emissão de quotas do FIDC Empresarial para aquisição pelo Fundo terá como critérios básicos a reformulação das condições de cessão, critérios de elegibilidade e limites de concentração de forma a torná-los mais rígidos e em conformidade com as exigências da agência classificadora de risco.

HISTÓRICO DA CONSULTORA DEL MONTE FACTORING LTDA.

Fundada em junho de 2005, a Del Monte Factoring Ltda. (“Consultora Del Monte”) tem como principal controlador a família Gorski. A empresa combina dois elementos cruciais para o sucesso no mercado de factorings: larga experiência no setor e fonte de recursos estável.

O primeiro elemento é demonstrado pela presença de um dos Diretores da empresa, o Sr. Tufic A. Savoia, que tem mais de 10 (dez) anos de experiência no mercado de fomento mercantil. Já o segundo, uma fonte de recursos estável, tem como origem o Sr. Rubens Gorski, controlador da empresa com participação de 99% (noventa e nove por cento) no capital social. Como forma de diversificar os ramos de atuação dos negócios da família, participa ativamente do segmento químico há 34 (trinta e quatro) anos, por meio da Indústria Química Del Monte.

Importante mencionar que existe uma segregação total entre os negócios da Consultora Del Monte e da Indústria Química Del Monte.

A Consultora Del Monte não tem como foco segmentos específicos de clientes, negociando exclusivamente com o setor industrial. Em termos de distribuição geográfica, a Consultora Del Monte é muito ativa na região metropolitana de São Paulo e na região Sul do país.

Para cada operação existe uma confirmação de entrega da mercadoria ou prestação do respectivo serviço, atividade realizada por um departamento da empresa.

SUMÁRIO DO FIDC MULTISSETORIAL REDFACTOR

O FIDC Redfactor, fundo de investimento constituído sob a forma de condomínio fechado, tem como objetivo a valorização de suas quotas através da aplicação preponderante dos recursos na aquisição de direitos creditórios oriundos de vendas mercantis ou de prestação de serviços, indicados e selecionados pela Consultora RedFactor (conforme definido abaixo).

Natureza dos direitos creditórios

Direitos creditórios decorrentes dos segmentos comercial, industrial e de prestação de serviços, especialmente de micro, pequenas e médias empresas, podendo também adquirir direitos creditórios do segmento financeiro.

Principais critérios de elegibilidade

De acordo com o seu regulamento, o FIDC Redfactor (i) não poderá adquirir direitos creditórios de cedente que tenha recomprado mais de 2% (dois por cento) dos créditos cedidos nos 60 (sessenta) dias imediatamente anteriores, e (ii) somente poderá adquirir créditos representados por CCBs, desde que: (a) o devedor seja cliente da Consultora Redfactor; (b) a Consultora Redfactor analise o cadastro do devedor e as respectivas CCBs; e (c) sejam garantidas pelo menos por: (i) alienação fiduciária de recebíveis que cubra no mínimo 70% (setenta por cento) do saldo devedor atualizado ou (ii) aval ou alguma outra garantia, real ou fidejussória, que responda por 100% (cento por cento) do saldo devedor atualizado.

Limites de Concentração

Os limites de concentração dos direitos creditórios estabelecidos no regulamento do FIDC Redfactor são: 6% (seis por cento) para sacados e 10% (dez por cento) para cedentes e sacados conjuntamente, ambos aplicáveis no conceito de grupo econômico (limites consideram também as CCBs);

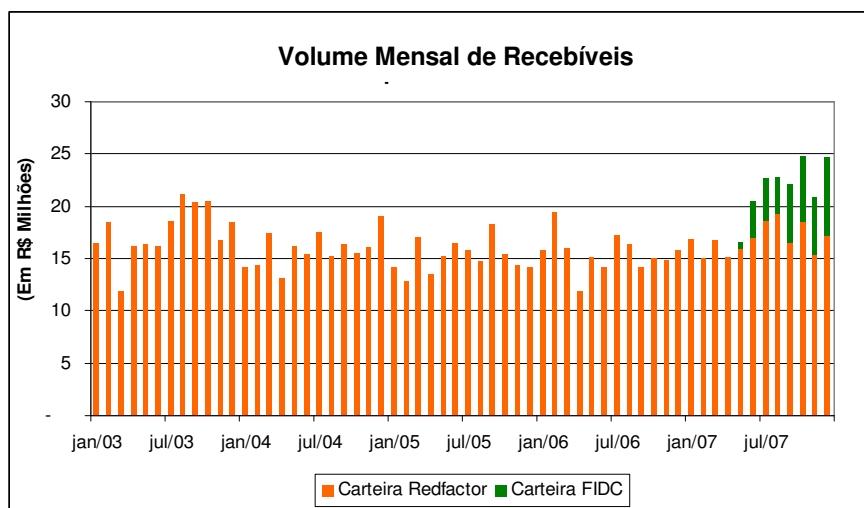
Com relação a créditos representados por CCBs, o regulamento do FIDC Redfactor estabelece que tais créditos não poderão representar mais de 40% (quarenta por cento) do patrimônio líquido do FIDC Redfactor.

O Fundo adquirirá até R\$39.000.000,00 (trinta e nove milhões de Reais) em quotas seniores e até R\$11.000.000,00 (onze milhões de reais) em quotas subordinadas mezanino da 2ª emissão de quotas do FIDC Redfactor, a serem emitidas e adquiridas exclusivamente pelo Fundo, cujas características estão apresentadas na tabela abaixo:

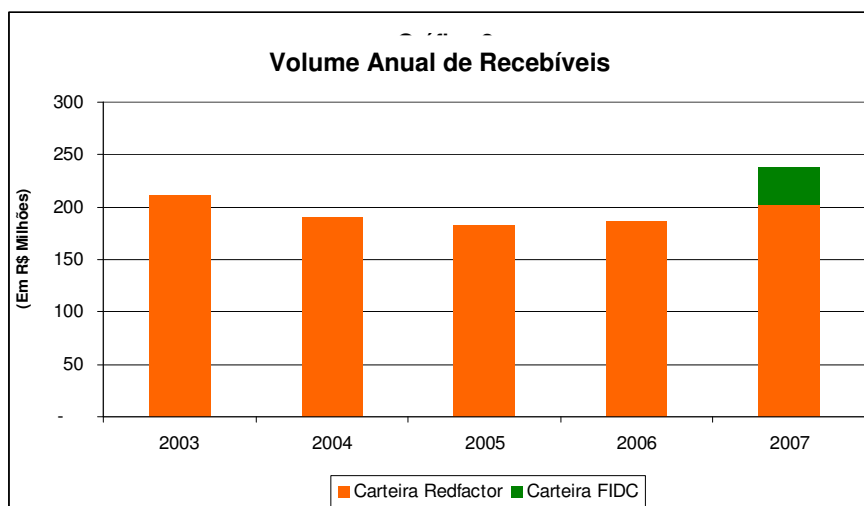
FIDC Redfactor ⁽¹⁾	
Rating	Quotas Seniores: brAAf Quotas Subordinadas Mezanino: brBBB
Meta de Rentabilidade (2ª Emissão)	Quotas Seniores: 125% do CDI Quotas Subordinadas Mezanino: 145% CDI
Subordinação	Quotas Subordinadas Junior, representando 22% das quotas do FIDC Redfactor
Prazo	42 meses, com um período de carência de 30 meses, e amortizações mensais a partir do trigésimo primeiro mês
Taxa Média de Cessão	170% CDI
Início das Operações	Mai de 2007

⁽¹⁾ O FIDC Redfactor encontra-se adimplente com todas as suas obrigações com relação aos seus atuais quotistas e a rentabilidade alvo das quotas referente às emissões anteriores do fundo, vem sendo alcançada

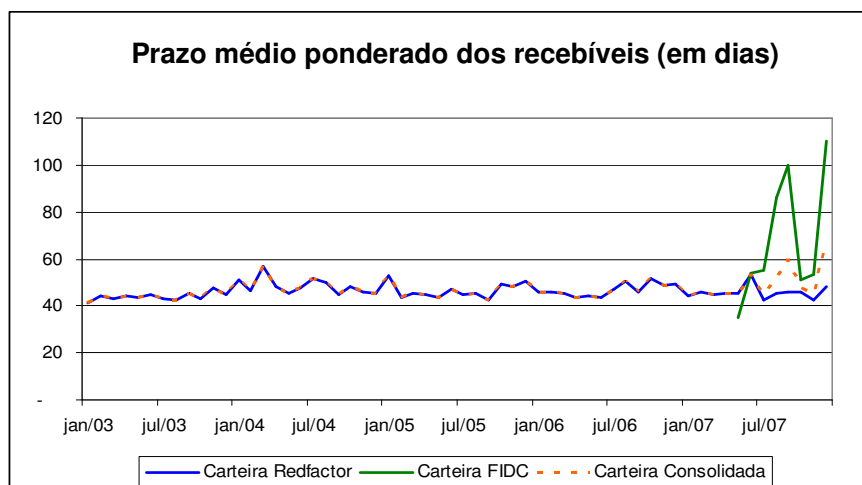
Os gráficos abaixo apresentam as informações sobre a carteira e desempenho do FIDC Redfactor:



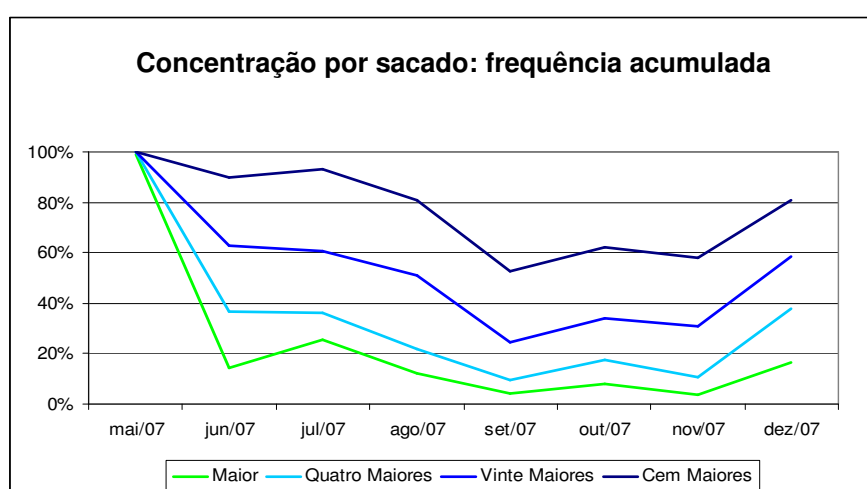
Fonte: relatórios de performance da Standard & Poor's



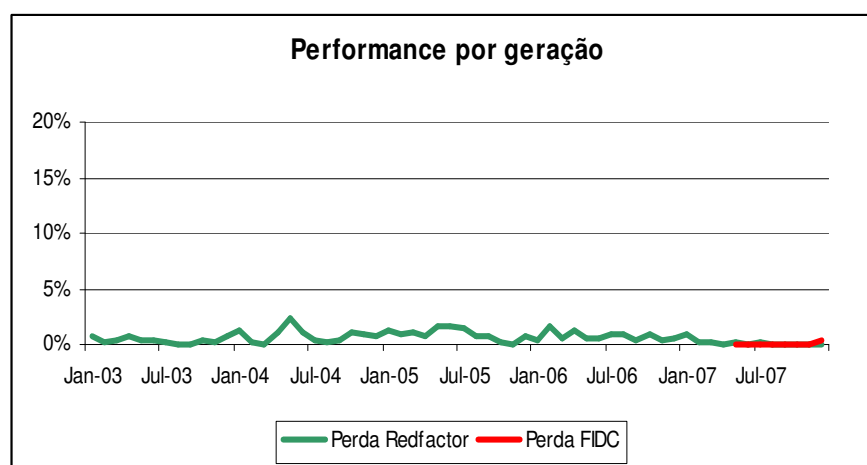
Fonte: relatórios de performance da Standard & Poor's



Fonte: relatórios de performance da Standard & Poor's



Fonte: relatórios de performance da Standard & Poor's



Fonte: relatórios de performance da Standard & Poor's

Notas:

1. A amostra utilizada para a elaboração dos gráficos foi de recebíveis com vencimento até Dezembro de 2007.

2. A nova emissão de quotas do FIDC Redfactor para aquisição pelo Fundo terá como critérios básicos a reformulação das condições de cessão, critérios de elegibilidade e limites de concentração de forma a torná-los mais rígidos e em conformidade com as exigências da agência classificadora de risco.

HISTÓRICO DA CONSULTORA REDFACTOR FACTORING FOMENTO MERCANTIL S.A.

A Redfactor Factoring e Fomento Comercial S.A. (“Consultora Redfactor”) é uma Sociedade Anônima que possui mais de 15 (quinze) anos de experiência no mercado de factoring e é atualmente uma das maiores empresas do setor no Brasil. Possui filiais comerciais nas seguintes capitais metropolitanas do país: Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife e Salvador. A sede da Consultora Redfactor fica na cidade de São Paulo, com mais de 100 (cem) empregados dedicados à atividade de fomento comercial.

A Consultora Redfactor é controlada pelas famílias Halaban e Postel, dividida igualmente entre as partes. A condução dos negócios é feita pelo Sr. Claudio Halaban, atuando como CEO responsável pela empresa, acumulando as funções de co-responsável pelas atividades do comitê de crédito e de planejamento estratégico. As funções executivas são divididas com o Sr. Adriano Ghelman, Diretor da empresa que possui sólida experiência no mercado financeiro (Banco Pactual).

A empresa possui ativos da ordem de R\$ 100 (cem) milhões de reais (2007) e realiza todas as operações por meio de sua sede na cidade de São Paulo. De forma a viabilizar seu porte, a Consultora Redfactor conta com sistemas próprios de tecnologia utilizados para gerenciamento de negócios. Tais sistemas podem ser devidamente customizados à necessidade da empresa frente à dinâmica do mercado e integram todos os 9 (nove) departamentos da empresa, incluindo o de análise de crédito.

A participação da Consultora Redfactor é distribuída por todo o território nacional, concentrando operações nas principais regiões industriais, por meio de suas filiais comerciais. O foco de atuação engloba diversos segmentos industriais.

A aprovação de cada cliente leva em consideração políticas de *compliance* e checagem de histórico. O monitoramento dos limites e eventuais revisões são feitos individualmente e periodicamente pela Diretoria Executiva da Consultora Redfactor.

SUMÁRIO DO FIDC MULTISSETORIAL HOPE

O FIDC Hope, fundo de investimento constituído sob a forma de condomínio fechado, tem como objetivo a valorização de suas quotas através da aplicação preponderante dos recursos na aquisição de direitos creditórios oriundos de vendas mercantis ou de prestação de serviços, indicados e selecionados pela Consultora Hope (conforme definido abaixo).

Natureza dos direitos creditórios

Direitos creditórios decorrentes dos segmentos financeiro, comercial, industrial e de prestação de serviços, especialmente de micro, pequenas e médias empresas.

Principais critérios de elegibilidade

De acordo com o seu regulamento, O FIDC Hope (i) não poderá adquirir direitos creditórios de cedente que tenha recomprado mais de 2% (dois por cento) dos créditos cedidos nos 60 (sessenta) dias imediatamente anteriores, (ii) somente poderá adquirir créditos representados por CCBs, que contenham pelo menos uma das seguintes garantias: (a) alienação fiduciária de recebíveis que cubra no mínimo 70% (setenta por cento) do saldo devedor atualizado ou (b) aval ou alguma outra garantia real que responda por 100% (cem por cento) do saldo devedor atualizado, e (iii) somente adquirirá créditos dos cedentes que atuem como responsáveis solidários pelo correto e integral pagamento dos direitos creditórios cedidos ao FIDC Hope.

Limites de Concentração

Os limites de concentração dos direitos creditórios sobre o patrimônio líquido do FIDC Hope estabelecidos no seu regulamento são:

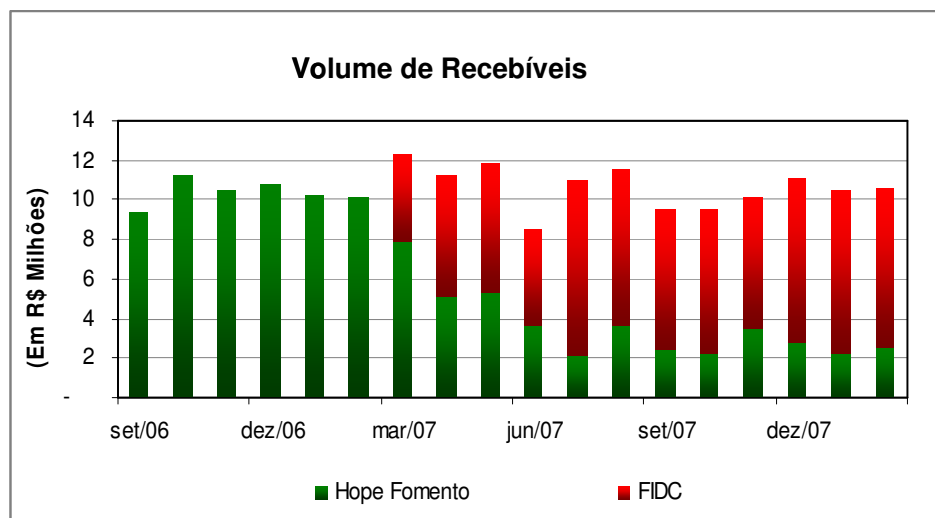
- (i) 33% (trinta e três por cento) em direitos creditórios originados pelas 4 (quatro) maiores cedentes ou grupos econômicos. As demais cedentes poderão atingir, no máximo, o limite de concentração apresentado pela menor dentre as 4 (quatro) cedentes ou grupos econômicos. Para este nível de concentração, a carteira do FIDC Hope não poderá adquirir CCBs;
- (ii) para os direitos creditórios representados por CCBs, os limites de concentração variam de acordo com o nível de subordinação do FIDC Hope:
 - (a) subordinação mínima de 33% (trinta e três por cento): não serão adquiridas CCBs para a carteira do FIDC Hope;
 - (b) subordinação entre 38% (trinta e oito por cento) e 40% (quarenta por cento): poderão ser adquiridas CCBs que representem até 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do FIDC Hope;
 - (c) subordinação acima de 40% (quarenta por cento): poderão ser adquiridas CCBs que representem até 30% (trinta por cento) do patrimônio líquido do FIDC Hope.

O Fundo adquirirá até R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de Reais) em quotas seniores da 2ª emissão de quotas do FIDC Hope, a serem emitidas e adquiridas exclusivamente pelo Fundo, cujas características estão apresentadas na tabela abaixo:

FIDC Hope ⁽¹⁾	
Rating	Quotas Seniores: brAAf
Meta de Rentabilidade das Quotas Seniores (2ª Emissão)	125% do CDI
Subordinação	Quotas Subordinadas, representando 33% das quotas do FIDC Redfactor
Prazo	42 meses, com um período de carência de 30 meses, e amortizações mensais a partir do trigésimo primeiro mês
Taxa Média de Cessão	160% CDI
Início das Operações	Março de 2007

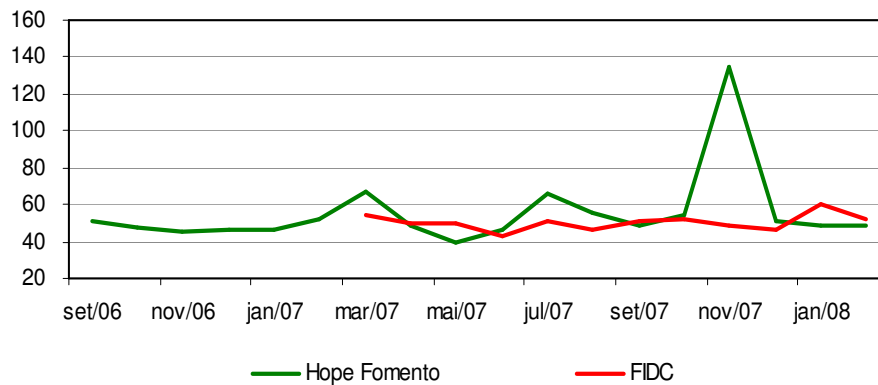
⁽¹⁾ O FIDC Hope encontra-se adimplente com todas as suas obrigações com relação aos seus atuais quotistas e a rentabilidade alvo das quotas referente às emissões anteriores do fundo, vem sendo alcançada.

Os gráficos abaixo apresentam as informações sobre a carteira e desempenho do FIDC Hope:



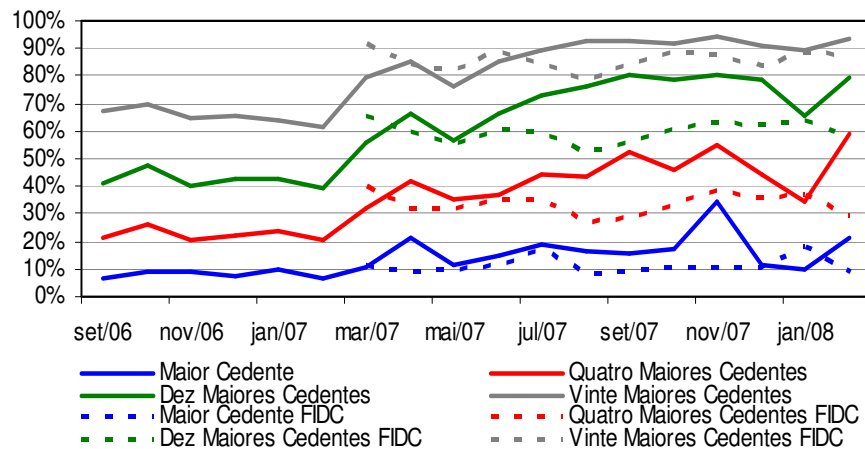
Fonte: relatórios de performance da Standard & Poor's

Prazo médio ponderado dos recebíveis (em dias)



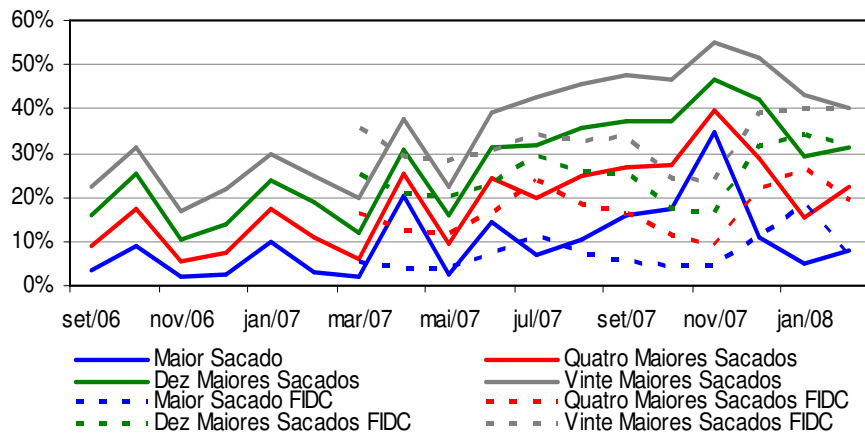
Fonte: relatórios de performance da Standard & Poor's

Concentração por cedente: frequência acumulada

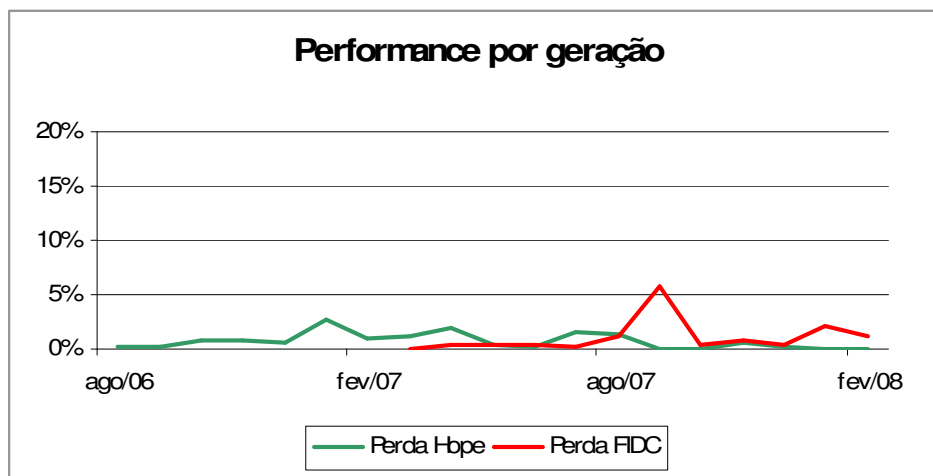


Fonte: relatórios de performance da Standard & Poor's

Concentração por sacado: frequência acumulada



Fonte: relatórios de performance da Standard & Poor's



Fonte: relatórios de performance da Standard & Poor's

Notas:

1. A amostra utilizada para a elaboração dos gráficos foi de recebíveis com vencimento até Fevereiro de 2008.
2. A nova emissão de quotas do FIDC Hope para aquisição pelo Fundo terá como critérios básicos a reformulação das condições de cessão, critérios de elegibilidade e limites de concentração de forma a torná-los mais rígidos e em conformidade com as exigências da agência classificadora de risco.

HISTÓRICO DA CONSULTORA HOPE FOMENTO MERCANTIL LTDA.

A Hope Fomento Mercantil Ltda. (“Consultora Hope”) iniciou suas operações em 1998 e atualmente é gerenciada e controlada por 4 (quatro) membros da família Hara, ligados ao Grupo Hope. Possuem o controle da Mash Indústria e Comercio Ltda., empresa do ramo têxtil com mais de 40 (quarenta) anos de experiência e um dos 3 (três) maiores competidores em seu mercado de atuação.

A Consultora Hope foi criada como um instrumento de fomento das empresas parceiras e fornecedores do Grupo Hope. Atualmente, suas atividades estão completamente segregadas do grupo de origem. É uma factoring de médio-porte, com ativos da ordem de R\$ 35 (trinta e cinco) milhões de reais. Todas as atividades da empresa são conduzidas pelos diretores executivos a partir de sua sede na cidade de São Paulo.

Com participação nacional, a Consultora Hope mantém forte atuação na região Sul e Sudeste do Brasil. As empresas-alvo são fornecedores industriais com faturamento anual ao redor de R\$ 12 (doze) milhões de reais.

O gerenciamento de todas as operações da factoring é viabilizado por meio de um dos sistemas mais usados no mercado, chamado WBA Factoring. Informações sobre clientes, operações e limites operacionais são mantidos em uma base de dados única e de fácil acesso.

De forma a garantir a qualidade das informações, todas as operações são supervisionadas por um time dedicado à análise de crédito e riscos. Tal estrutura permite à Consultora Hope uma maior proximidade com o negócio e a possibilidade de conduzir revisões periódicas de limites.

Toda aquisição de recebíveis é realizada mediante análise obrigatória dos cedentes e respectivos sacados da operação. A análise envolve uma equipe dedicada a verificar a entrega das mercadorias ou serviços, para assegurar a integridade dos recebíveis.

SUMÁRIO FIDC MULTISSETORIAL LEGO

O FIDC Lego, fundo de investimento constituído sob a forma de condomínio fechado, tem como objetivo a valorização de suas quotas através da aplicação preponderante dos recursos na aquisição de direitos creditórios oriundos de vendas mercantis, de prestação de serviços ou do segmento financeiro.

Natureza dos direitos creditórios

Direitos creditórios decorrentes dos segmentos comercial, industrial e de prestação de serviços, especialmente de micro, pequenas e médias empresas, podendo também adquirir direitos creditórios do segmento financeiro.

Principais critérios de elegibilidade

De acordo com o seu regulamento, O FIDC Lego (i) não poderá adquirir direitos creditórios de cedente que tenha recomprado mais de 20% (vinte por cento) dos créditos cedidos nos 60 (sessenta) dias imediatamente anteriores, e (ii) somente poderá adquirir direitos creditórios representados por CCBs, que contenham pelo menos uma das seguintes garantias: (a) alienação fiduciária de recebíveis que cubra no mínimo 70% (setenta por cento) do saldo devedor atualizado ou (b) aval ou alguma outra garantia real que responda por 100% (cem por cento) do saldo devedor atualizado.

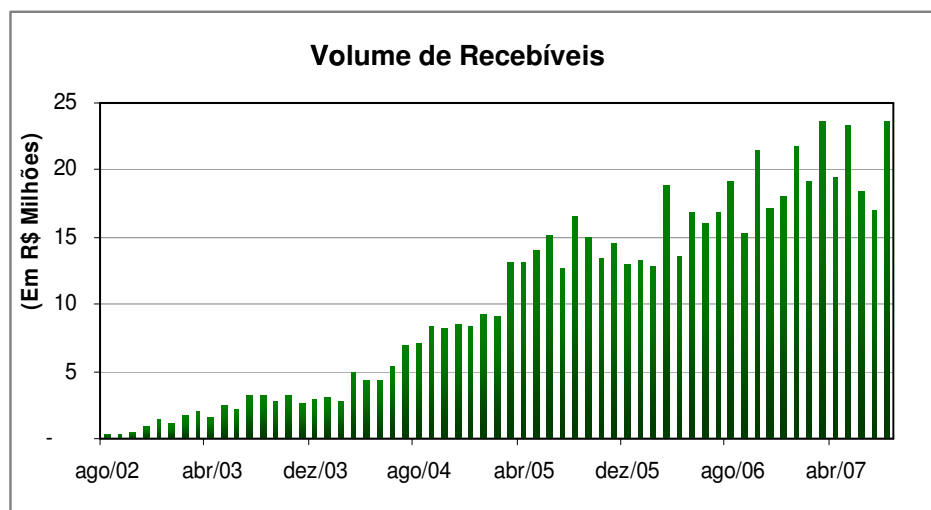
Limites de Concentração

Os limites de concentração dos direitos creditórios estabelecidos no regulamento do FIDC Lego são: 6% (seis por cento) para sacados e 10% (dez por cento) para cedentes e sacados conjuntamente, ambos aplicáveis no conceito de grupo econômico (limites consideram também as CCBs). Com relação a créditos representados por CCBs, o regulamento do FIDC Lego estabelece que tais créditos não poderão representar mais de 40% (quarenta por cento) do patrimônio líquido do FIDC Lego;

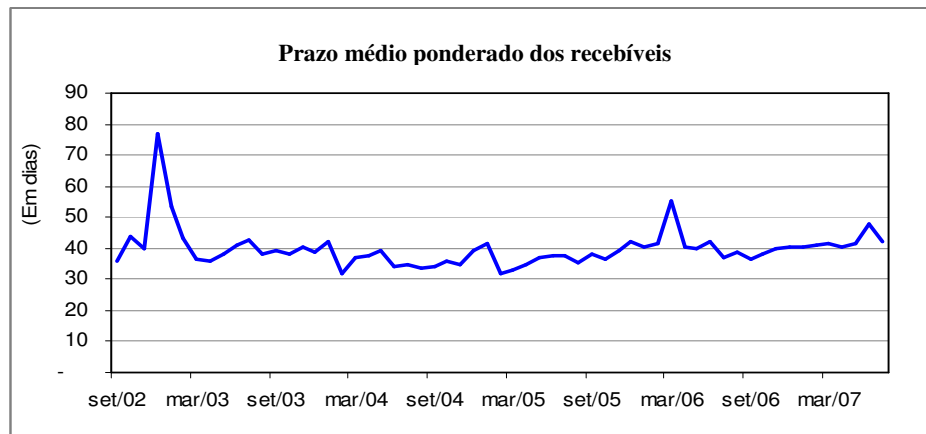
O Fundo adquirirá até R\$18.000.000,00 (dezoito milhões de Reais) em quotas seniores e até R\$6.000.000,00 (seis milhões de Reais) em quotas subordinadas mezanino da 1ª emissão de quotas do FIDC Lego, a serem emitidas e adquiridas exclusivamente pelo Fundo, cujas características estão apresentadas na tabela abaixo:

FIDC Lego	
Rating	Quotas Seniores: brAAf Quotas Subordinadas Mezanino: brBBBf
Meta de Rentabilidade (1ª Emissão)	Quotas Seniores: 125% do CDI Quotas Subordinadas Mezanino: 145% CDI
Subordinação	Quotas Subordinadas Junior, representando 25% das quotas do FIDC Lego
Prazo	42 meses, com um período de carência de 30 meses, e amortizações mensais a partir do trigésimo primeiro mês
Taxa Mínima de Cessão	170% CDI
Início das Operações	Junho de 2008

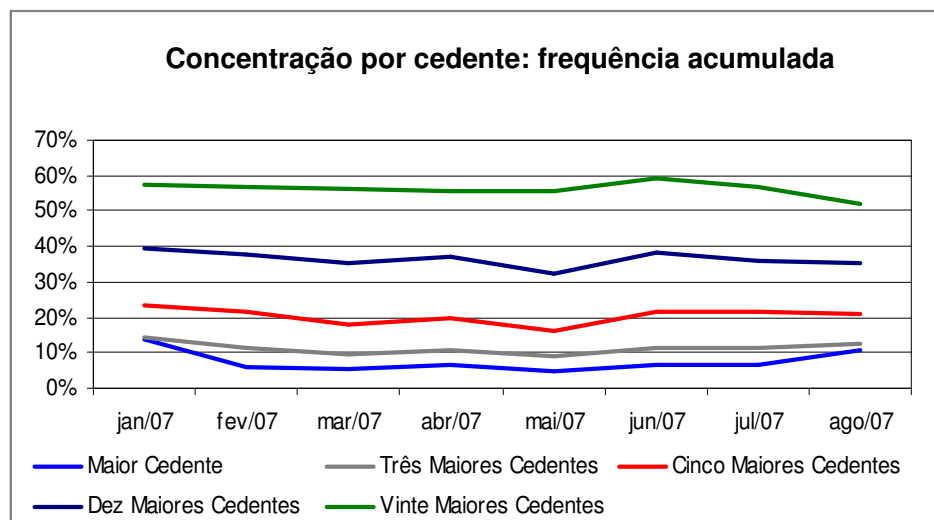
Os gráficos abaixo apresentam as informações sobre a carteira e desempenho do FIDC Lego:



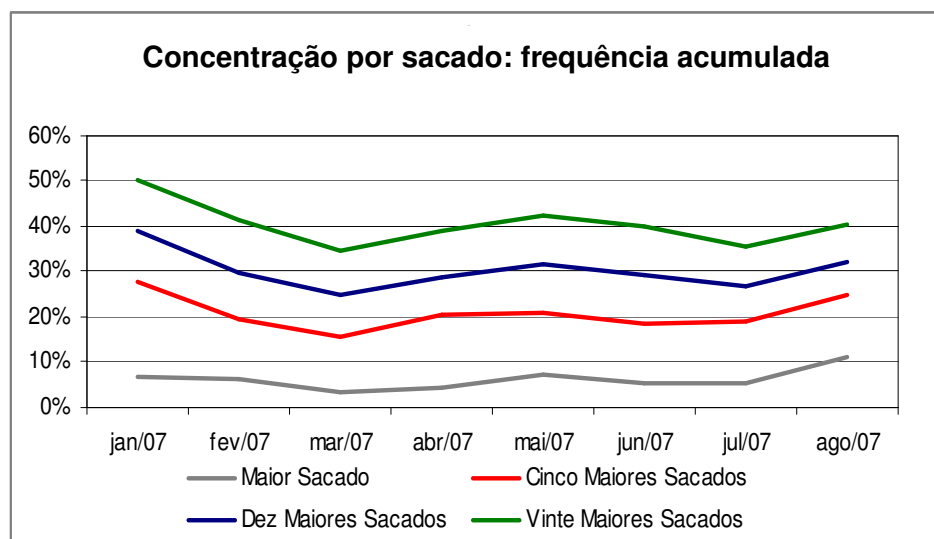
Fonte: relatórios de performance da Standard & Poor's



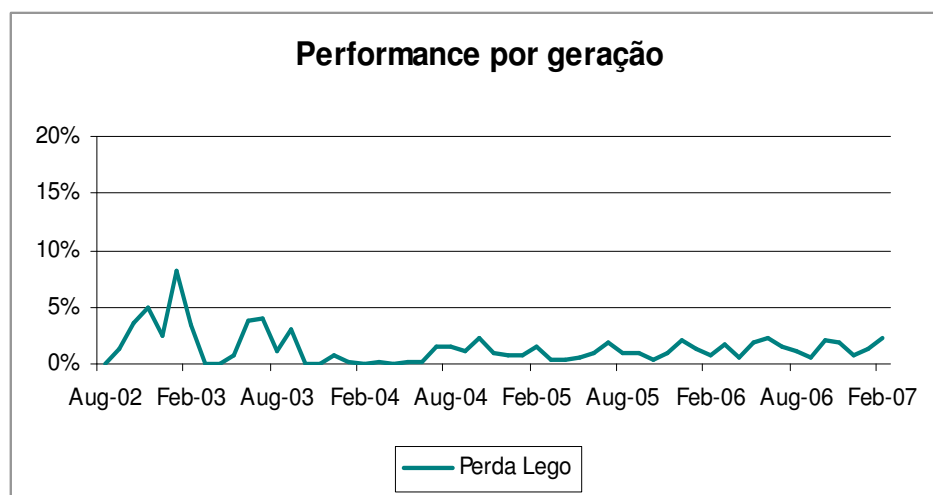
Fonte: relatórios de performance da Standard & Poor's



Fonte: relatórios de performance da Standard & Poor's



Fonte: relatórios de performance da Standard & Poor's



Fonte: relatórios de performance da Standard & Poor's

Notas:

1. A amostra utilizada para a elaboração dos gráficos foi de recebíveis com vencimento em Julho de 2007. As informações sobre a carteira do FIDC Lego não estão disponíveis, tendo em vista que o FIDC Lego iniciou suas operações no início de Junho de 2008.

HISTÓRICO DA CONSULTORA LEGO FOMENTO MERCANTIL LTDA.

A Lego Fomento Mercantil Ltda. ("Consultora Lego") iniciou atividades há 6 (seis) anos e tem seu controle dividido entre membros da Família Tawil, com participações divididas igualmente entre os sócios. O instrumento legal para controle da empresa é a Lego Participações e Empreendimentos Ltda., uma holding com tradição de investimento em oportunidades no mercado imobiliário.

A empresa é uma factoring de médio porte com ativos totais de R\$ 40 milhões de reais e realiza todos os negócios a partir de sua sede na cidade de São Paulo. Conta com expertise de seu Diretor Executivo Sr. Ricardo Gurman, que atuou no banco de investimentos Merrill Lynch por mais de 10 (dez) anos.

Todas as decisões estratégicas do negócio e do respectivo comitê de crédito são realizadas em conjunto pelo Sr. Gurman e um membro da Família Tawil. A análise de crédito da Consultora Lego considera uma concentração cedente/sacado baixa para todos os recebíveis em carteira, resultando em diluição de risco em sua carteira.

A participação da Consultora Lego é forte na região Sudeste e Sul do Brasil, concentrando operações nos estados de São Paulo, Santa Catarina e Paraná. As empresas-alvo são fornecedores industriais de médio e grande porte, com faturamento anual entre R\$ 12 (doze) e 120 (cento e vinte) milhões de reais. A base de clientes atual é distribuída nos seguintes segmentos: têxtil, químico, telecomunicações e alimentos e bebidas.

O desembolso de cada operação de fomento é realizado somente após a confirmação por telefone de que as mercadorias ou serviços foram devidamente entregues.

ANEXO I

REGULAMENTO DO FUNDO

**TERCEIRA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO
PETRA MERCANTIL I
FUNDO DE INVESTIMENTO EM QUOTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO EM
DIREITOS CREDITÓRIOS**

Por este instrumento particular, PETRA Personal Trader CTVM S/A, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Pasteur, 463, 11º andar, Batel, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob nº 03.317.692/0001-94, neste ato representada na forma de seu Contrato Social, **RESOLVE:**

Considerando que ainda não houve emissão e/ou distribuição de quotas do fundo, alterar o Regulamento do PETRA MERCANTIL I - FUNDO DE INVESTIMENTO EM QUOTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS (FUNDO), inscrito no CNPJ do MF sob o número 09.589.471/0001-51, administrado pela PETRA Personal Trader CTVM S/A, que se encontra registrado no 4º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de Curitiba sob o número 462333 em 01/04/2008, passando o mesmo a vigorar com a redação que consta no anexo.

Curitiba, 01 de setembro de 2008.

PETRA Personal Trader CTVM S/A

4º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS
E DOCUMENTOS - FONE: 3015-5100
470-370 02/09/2008
Protocolado - Registrado na Data e
Número Acima. Curitiba - Pr.

João Manoel de Oliveira Franco-Titular
Maria Augusta de O. Franco-Substituta
Márcia Alessandra de Souza-Escritora

Funarpem - Lei 13.228 de 18/07/2001
Selo Digital nº 710351AAAAAC
Controle X03852



CUSTAS
REGISTRO R\$ 31,50 (VRC 300)
FUNARPEN R\$ 0,50 (VRC 4,76)
FUNREJUS R\$ 4,50 (VRC 40,95)
MICROFILME R\$ 0,30 (VRC 2,86)

7º. TABELIÃO - DR. ANGELO VOLPI NETO
R. Mal Deodoro, 230, centro F: 3322-6157
CURITIBA - PARANÁ

Reconheço e dou fe' por SEMELHANÇA a(s)
firma(s) de:
[FrZi0m7] - MARCOS JOSE PAULA BARROS DE...
CARVALHO.....
[FrZi0v2] - EDILBERTO PEREIRA.....

Em testemunho da verdade
Curitiba, 01 de Setembro de 2008

081-ARITANA CRISTINA DE CARVALHO
DR. ANGELO VOLPI NETO

JPSF ADRIANA CRISTINA DE CARVALHO 18/07/2001
CURITIBA

TABELIÃO
DE
NOTAS
CMM33170

2º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Mal. Deodoro, 230 - Batel - Curitiba - PR
Fone: (41) 3347-0205 - Fax: (41) 3347-0206

REGULAMENTO

DO



"PETRA MERCANTIL I - FUNDO DE INVESTIMENTO EM QUOTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS"

Datado de

01 de setembro de 2008

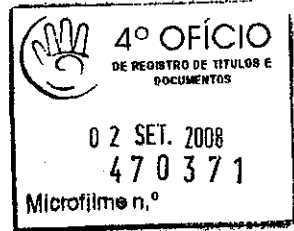
RECEBUEIRO
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
CARTÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
RUA LUIZ DE ALMEIDA, 100
CAMPUS 100 - FLORESTA - RJ

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'P' followed by a flourish.



ÍNDICE

CAPÍTULO I - FORMA DE CONSTITUIÇÃO E PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO	3
CAPÍTULO II - OBJETIVO DO FUNDO	4
CAPÍTULO III - PÚBLICO ALVO	4
CAPÍTULO IV - POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA	4
CAPÍTULO V - FATORES DE RISCO	6
CAPÍTULO VI - ADMINISTRADORA	10
CAPÍTULO VIII - RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRADORA	14
CAPÍTULO VIII - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	14
CAPÍTULO IX - CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS	14
CAPÍTULO X - QUOTAS	14
CAPÍTULO XI - EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS	18
CAPÍTULO XII - AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS	21
CAPÍTULO XIII - PAGAMENTO DOS VALORES DEVIDOS PELO FUNDO AOS QUOTISTAS	21
CAPÍTULO XIV - ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS	21
CAPÍTULO XV - NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS	22
CAPÍTULO XVI - PATRIMÔNIO LÍQUIDO E METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO	22
CAPÍTULO XVII - EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO	23
CAPÍTULO XVIII - ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA	26
CAPÍTULO XIX - DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO	27
CAPÍTULO XX - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	28
CAPÍTULO XXI - ASSEMBLÉIA GERAL	28
CAPÍTULO XXII - PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS	30
CAPÍTULO XXIII - CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	31
CAPÍTULO XXIV - DISPOSIÇÕES FINAIS	31
ANEXO I - DEFINIÇÕES	33
ANEXO II - MODELO DO TERMO DE ADESÃO	41
ANEXO III - RELATÓRIO DE MONITORAMENTO	44
ANEXO IV - MODELO DE SUPLEMENTO DAS QUOTAS SENIORES	46
ANEXO V - MODELO DE SUPLEMENTO DAS QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO	47



**REGULAMENTO
DO
“PETRA MERCANTIL I - FUNDO DE INVESTIMENTO EM QUOTAS DE FUNDO DE
INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS”**

O PETRA MERCANTIL I - FUNDO DE INVESTIMENTO EM QUOTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS (“Fundo”) é um fundo de investimento regido pelo presente regulamento (“Regulamento”), pela Resolução CMN 2.907, pela Instrução CVM 356 e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

CAPÍTULO I - FORMA DE CONSTITUIÇÃO E PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO

Artigo 1º O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado e seu prazo máximo de duração será de 48 (quarenta e oito) meses, contados da Primeira Data de Subscrição, ou até a data em que todas as Quotas do Fundo tenham sido integralmente amortizadas e resgatadas, nos termos do Capítulo XII deste Regulamento, dentre os quais, aquele que ocorrer primeiro (“Prazo de Duração”). O Prazo de Duração poderá ser alterado por deliberação dos Quotistas reunidos em Assembléia Geral.

Artigo 2º O Fundo terá (a) um período de 180 (cento e oitenta) dias contados da Primeira Data de Subscrição, inclusive, ou (b) até que as Quotas tenham sido totalmente integralizadas e o Valor Total Comprometido tenha sido integralmente utilizado pelo Fundo, dentre os quais, aquele que ocorrer primeiro (“Período de Investimento”), para investir em quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (“FIDCs”), observado o disposto no Capítulo IV deste Regulamento (“Quotas de FIDCs”).

Parágrafo 1º Durante o Período de Investimento, observada a ordem de alocação de recursos definida no Capítulo XIV deste Regulamento, todos os recursos recebidos pelo Fundo decorrentes da amortização das Quotas de FIDCs e das integralizações das Quotas subscritas serão utilizados para aquisição de novas Quotas de FIDCs e/ou Ativos Financeiros, de acordo com os Artigos 5º e 6º deste Regulamento, exceto os recursos da Reserva de Liquidez, que serão depositados na Conta do Fundo na Primeira Data de Integralização e somente serão utilizados para pagamento dos Encargos do Fundo.

Parágrafo 2º Findo o Período de Investimento (i) o Fundo não poderá realizar novos investimentos em Quotas de FIDCs, (ii) o Fundo não poderá emitir novas Quotas, e (iii) o Fundo deverá, nos anos subsequentes antes do término do seu Prazo de Duração (“Período de Amortização”), receber os recursos decorrentes das amortizações das Quotas de FIDCs integrantes da sua carteira e realizar a Amortização das Quotas do Fundo, nos termos do Capítulo XII deste Regulamento.

Parágrafo 3º Durante o Período de Amortização, os recursos recebidos pelo Fundo decorrentes da amortização das Quotas de FIDCs somente poderão ser utilizados para pagamento das Amortizações das Quotas do Fundo, observada a ordem de alocação de recursos definida no Capítulo XIV deste Regulamento, em cada Data de Pagamento, nos termos do Capítulo XII deste Regulamento. Enquanto não sejam utilizados para Amortização das Quotas, tais recursos poderão ser investidos em Ativos Financeiros, conforme o Artigo 6º abaixo.

2º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
3º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Rua 15 de Novembro, 1000
Fone: (11) 5080-1111



CAPÍTULO II – OBJETIVO DO FUNDO

Artigo 3º O objetivo do Fundo é proporcionar aos seus Quotistas a valorização de suas quotas acima das taxas de juros praticadas pelo mercado interbancário (CDI) no longo prazo, por meio da aquisição pelo Fundo de Quotas de FIDCs.

CAPÍTULO III - PÚBLICO ALVO

Artigo 4º O Fundo é destinado a Quotistas que sejam considerados Investidores Qualificados, conforme definição constante da Instrução CVM 409, e suas alterações posteriores.

CAPÍTULO IV - POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Artigo 5º O Fundo deverá aplicar em até 90 (noventa) dias contados da Primeira Data de Subscrição, no mínimo, 95% (noventa e cinco por cento) de seu Patrimônio Líquido na subscrição ou aquisição de Quotas de FIDCs fechados, cujas políticas de investimento estabeleçam que parte preponderante do patrimônio líquido do FIDC seja investida em duplicatas comerciais, cheques ou quaisquer outros títulos decorrentes de operações nos segmentos comercial, industrial e de prestação de serviços (os “Direitos Creditórios”).

Artigo 6º O Fundo poderá aplicar a parcela correspondente aos 5% (cinco por cento) remanescentes de seu Patrimônio Líquido exclusivamente em títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do BACEN, ou em títulos de emissão de Instituições Financeiras Autorizadas, em qualquer dos casos, que sejam remunerados com base na Taxa DI ou na Taxa SELIC (“Ativos Financeiros”). Todos os resultados auferidos pelo Fundo serão incorporados ao seu Patrimônio Líquido, conforme o Artigo 43 deste Regulamento.

Parágrafo Único Os Ativos Financeiros a serem adquiridos pelo Fundo poderão contar com prazos de vencimento superiores ao Prazo de Duração do Fundo, desde que apresentem elevada liquidez.

Artigo 7º O Fundo somente adquirirá Quotas de FIDCs que atendam, na Data de Aquisição, aos seguintes critérios de elegibilidade (“Crítérios de Elegibilidade”):

- (a) a sua subscrição tenha sido aprovada pela Gestora, mediante comunicação escrita enviada ao Custodiante com 2 (dois) Dias Úteis de antecedência, em forma e conteúdo aprovado pelo Custodiante, nos termos do Contrato de Custódia;
- (b) sejam denominadas e pagas em moeda corrente nacional;
- (c) tenham rendimento mínimo de 121% (cento e vinte e um por cento) do CDI, conforme estabelecido no regulamento ou no suplemento da respectiva série;
- (d) tenham Classificação de Risco de no mínimo “brBBBf” na escala local atribuída pela Agência de Classificação de Risco;
- (e) tenham sido submetidas a registro ou dispensa de registro junto à CVM há, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias da data em que sejam subscritas pelo Fundo;

4

- (f) tenham prazo máximo de amortização e resgate de 42 (quarenta e dois) meses, contados da data de emissão estabelecida no regulamento do FIDC ou no suplemento da respectiva série;
- (g) tenham meta de rentabilidade atrelada ao CDI estabelecida no regulamento do FIDC ou no suplemento da respectiva série;
- (h) sejam emitidas por FIDCs cuja política de investimento estabeleça que parte preponderante do patrimônio líquido do FIDC seja investida em Direitos Creditórios;
- (i) tenham sido emitidas por FIDC que seja administrado pela PETRA – Personal Trader CTVM S.A.; e
- (j) não tenha data de amortização programada e/ou resgate estabelecida no regulamento do FIDC ou no suplemento da respectiva série superiores ao Prazo de Duração do Fundo.

Parágrafo Único O Fundo somente adquirirá Quotas de FIDCs que atendam ainda, na Data de Aquisição, às seguintes condições de cessão a serem verificadas pela Administradora:

- (a) tenham sido emitidas por FIDC que não esteja inadimplente no pagamento de amortizações aos quotistas, encargos do fundo ou no cumprimento de quaisquer outras obrigações e encargos, de acordo com os seus respectivos regulamentos e outros documentos dos quais sejam parte; e
- (b) não tenha ocorrido e/ou esteja pendente nenhum evento de avaliação ou evento de liquidação do FIDC cujas quotas sejam oferecidas para aquisição pelo Fundo, de acordo com seus respectivos regulamentos.

Artigo 8º A verificação dos Critérios de Elegibilidade será de responsabilidade do Custodiante e será realizada exclusivamente na Data de Aquisição, sendo que, a partir deste momento, será considerada definitiva.

Artigo 9º Adicionalmente ao disposto no Artigo 7º acima, a Gestora e o Custodiante deverão respeitar as seguintes políticas de investimento e limites de concentração na aquisição de Quotas de FIDCs:

- (a) as aplicações do Fundo em quotas de um mesmo FIDC não poderão representar mais do que 36% (trinta e seis por cento) do Patrimônio Líquido do Fundo;
- (b) no mínimo 87,5% (oitenta e sete e meio por cento) das aplicações do Fundo em Quotas de FIDCs deverá ter Classificação de Risco igual ou superior a “brAAF” atribuída pela Agência de Classificação de Risco; e
- (c) a Média Ponderada das Rentabilidades Alvo das Quotas de FIDCs integrantes da carteira do Fundo deverá ser igual ou superior a 124% (cento e vinte e quatro por cento) do CDI.

Artigo 10 As políticas de investimento e limites de concentração estabelecidos no Artigo 9º acima, serão verificados pela Gestora e pelo Custodiante em cada Data de Aquisição, considerados *pro forma* depois de computada a aquisição de Quotas de FIDC pretendida em relação ao Patrimônio Líquido

22.03.2009
Registro de Títulos e Documentos
Registro Civil de Pessoas Jurídicas
Rua Nelson Brihi, 500 - 1º andar
Fone: (41) 3222-9999 - Curitiba


u



do Dia Útil imediatamente anterior, observado que para os fins deste Artigo 10, o valor das Quotas de FIDC será aquele divulgado pela administradora do FIDC na Data de Aquisição ("Preço de Aquisição").

Artigo 11 É vedado ao Fundo realizar operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo. O Fundo não realizará operações em mercados derivativos.

Artigo 12 O Fundo somente adquirirá Quotas de FIDCs mediante subscrição, no mercado primário, observados os Critérios de Elegibilidade e os limites de concentração estabelecidos neste Regulamento.

Artigo 13 É permitido ao Fundo realizar operações nas quais a Administradora atue na condição de contraparte, sem qualquer limite ou restrição, observadas as normas e disposições aplicáveis.

CAPÍTULO V - FATORES DE RISCO

Artigo 14 O Fundo está sujeito aos riscos de flutuações de mercado, riscos de crédito das respectivas contrapartes, riscos sistêmicos, condições adversas de liquidez e negociação aplicáveis às Quotas de FIDCs e aos direitos creditórios em que os FIDCs invistam, Ativos Financeiros e demais modalidades operacionais integrantes das carteiras do Fundo e dos FIDCs cujas quotas sejam subscritas ou adquiridas pelo Fundo, incluindo os respectivos prazos, cronogramas e procedimentos de resgate e Amortização.

Parágrafo 1º Riscos de Mercado:

- (a) Risco de Crédito dos Títulos e Valores Mobiliários da Carteira do Fundo. Os títulos públicos e/ou privados de dívida, bem como os valores mobiliários que puderem compor a carteira dos FIDCs em cujas quotas o Fundo deverá investir, estão sujeitos à capacidade dos seus emissores em honrar os respectivos compromissos de pagamento de juros e principal de suas dívidas. Eventos que afetem as condições financeiras dos emissores de tais títulos e valores mobiliários, bem como alterações nas condições econômicas, legais e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos em termos de preços e liquidez dos ativos dos referidos emissores. Mudanças na percepção da qualidade dos créditos dos emissores, mesmo que não fundamentadas, poderão trazer impactos nos preços dos títulos e valores mobiliários, comprometendo também sua liquidez.
- (b) Risco Decorrente da Precificação dos Ativos. A precificação dos ativos integrantes da carteira dos FIDCs (exceção feita aos Direitos Creditórios), em cujas Quotas o Fundo deverá investir, deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários e demais operações, estabelecidos na regulamentação em vigor. Referidos critérios de avaliação de ativos, tais como os de marcação a mercado (*mark-to-market*) poderão ocasionar variações nos valores dos ativos integrantes da carteira do Fundo, podendo resultar em redução no valor das Quotas do Fundo. Em caso de queda do valor dos ativos, o patrimônio do Fundo pode ser afetado negativamente. A queda nos preços dos ativos integrantes da carteira do Fundo pode ser temporária, não existindo, no entanto, garantia de que não se estenda por períodos longos e/ou indeterminados.

- (c) Descasamento de Taxas e de Fluxo de Caixa do Fundo. O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras principalmente em Quotas de FIDCs e, também, em modalidades financeiras de renda fixa que deverão compor sua carteira de ativos. Considerando-se que o valor das Quotas será atualizado em conformidade com o permitido pela rentabilidade da carteira a cada determinado momento, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) das Quotas dos FIDCs subscritas ou adquiridas pelo Fundo e dos outros Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo e (ii) das Quotas do Fundo.

Parágrafo 2º Riscos relacionados ao Fundo:

- (a) Direitos Creditórios com Taxas Prefixadas. A maior parte dos direitos creditórios integrantes da carteira dos FIDCs, em cujas Quotas o Fundo deverá investir, é contratada a taxas prefixadas. A distribuição dos resultados das carteiras dos FIDCs para suas Quotas tem como parâmetro a taxa média do CDI. Portanto, se a taxa do CDI se elevar substancialmente, os recursos dos FIDCs poderão ser insuficientes para pagar a meta de rentabilidade dos FIDCs, no todo ou em parte aos quotistas dos FIDCs (dentre os quais, o Fundo), e nem os FIDCs, tampouco as instituições administradoras dos FIDCs, prometem ou asseguram rentabilidade ao Quotista.
- (b) Inadimplência dos Clientes e Possível não Existência de Coobrigação ou Garantia dos Cedentes pela solvência dos Direitos Creditórios. Parte dos cedentes poderá ser responsável somente pela obrigação e formalização dos direitos creditórios cedidos aos FIDCs, não assumindo quaisquer responsabilidades pelo seu pagamento ou pela solvência dos clientes. Dessa forma, na hipótese de inadimplência, total ou parcial, por parte dos clientes no pagamento dos direitos creditórios, os FIDCs poderão sofrer impactos decorrentes do não pagamento dos valores correspondentes aos referidos direitos creditórios, proporcionando prejuízo para os FIDCs e, conseqüentemente, para seus condôminos, dentre os quais, o Fundo.
- (c) Risco Operacional. Dada a complexidade operacional própria dos fundos de investimento em direitos creditórios, apesar dos contratos de cobrança celebrados entre os agentes envolvidos nas operações dos FIDCs, pode ocorrer erro na troca de informações entre os sistemas eletrônicos, o que, por sua vez, pode vir a dificultar a execução da cobrança dos documentos afetados, reduzindo os resultados dos FIDCs, proporcionando prejuízo para os FIDCs e, conseqüentemente, para seus condôminos, dentre os quais, o Fundo.
- (d) Necessidade de Aprovação dos Titulares de Quotas Subordinadas nas Deliberações da Assembléia Geral. O Parágrafo Segundo do Artigo 58 deste Regulamento estabelece a necessidade de aprovação dos titulares da totalidade das Quotas Subordinadas em determinadas deliberações da Assembléia Geral, incluindo, sem limitações: (i) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora; (ii) aprovar qualquer alteração do Regulamento e dos demais Documentos da Operação; (iii) aprovar a contratação e substituição da Gestora da carteira do Fundo; (iv) aprovar a substituição do Custodiante, da Gestora, da Empresa de Auditoria e da Agência de Classificação de Risco; (v) aprovar a cobrança de taxas e encargos pela Administradora, de qualquer natureza, que não estejam expressamente previstos neste Regulamento; (vi) aprovar o aumento das despesas e encargos ordinários





do Fundo, inclusive a contratação de prestadores de serviços e assunção de despesas não expressamente previstas neste Regulamento, salvo se o aumento decorrer de exigência legal ou regulamentar; e (vii) aprovar os procedimentos a serem adotados para o resgate das Quotas do Fundo. Tal direito dos titulares das Quotas Subordinadas é mais amplo do que a regra geral de quorum de deliberação nas assembléias gerais de quotistas prevista no Artigo 29 da Instrução CVM 356, que estabelece que as deliberações são tomadas pela maioria de quotas dos quotistas presentes na assembléia geral. Referido direito dos titulares das Quotas Subordinadas pode impedir a aprovação de matérias essenciais aos interesses dos titulares das Quotas Seniores, o que pode afetar negativamente o funcionamento do Fundo, causando prejuízo aos titulares das Quotas Seniores.

Parágrafo 3º Riscos relativos aos FIDCs:

- (a) Risco de Descontinuidade dos FIDCs. A política de investimento dos FIDCs estabelece que os FIDCs devem voltar-se, primordialmente, à aplicação em direitos creditórios originados pelos cedentes. Conseqüentemente, a continuidade dos FIDCs pode ser comprometida, independentemente de qualquer expectativa por parte dos quotistas quanto ao tempo de duração de seus investimentos nos FIDCs, em função da falta de continuidade das operações regulares dos cedentes e da falta de capacidade destas de originar direitos creditórios elegíveis para os FIDCs. Tendo em vista que a política de investimentos do Fundo descrita no Capítulo IV acima estabelece que o Fundo deve voltar-se, principalmente, à aplicação em Quotas dos FIDCs, o Fundo poderá sofrer impactos negativos em função das descontinuidade dos FIDCs.
- (b) Performance e Riscos Relacionados ao Cedente. De acordo com a estrutura dos FIDCs, em cujas Quotas o Fundo deverá investir, e durante o prazo de duração do Fundo, ocorrerão diversas cessões de direitos creditórios pelos cedentes aos FIDCs. Nenhuma garantia pode ser dada de que os cedentes continuarão atuando no ramo de atividade que atualmente possibilitam os cedentes a originação dos direitos creditórios integrantes das carteiras dos FIDCs. Portanto, o patrimônio líquido dos FIDCs e, conseqüentemente, o Patrimônio Líquido do Fundo, poderão ser afetados caso qualquer dos cedentes venha a interromper as atividades que resultam na originação dos direitos creditórios.

Parágrafo 4º Riscos de Liquidez:

- (a) Liquidez Reduzida. As principais fontes de recurso do Fundo para efetuar o resgate de suas Quotas decorrem da liquidação: (i) de investimentos de curto prazo não aplicados na aquisição de Quotas dos FIDCs, e (ii) de Quotas dos FIDCs. Após o recebimento destes recursos, o Fundo poderá não dispor de quaisquer outras verbas para efetuar o resgate de Quotas pertencentes aos seus Quotistas.
- (b) Investimento de baixa liquidez. Os fundos de investimento em quotas de fundos de investimento em direitos creditórios são um novo e sofisticado tipo de investimento no mercado financeiro brasileiro e, por essa razão, com aplicação restrita a pessoas físicas ou jurídicas que se classifiquem como Investidores Qualificados. Considerando-se isso, os investidores podem preferir formas de investimentos mais tradicionais, o que afetará de forma adversa o desenvolvimento do mercado de fundos de investimento em quotas de fundos de investimento em direitos creditórios e a liquidez desse tipo de investimento, inclusive a liquidez das Quotas do Fundo.

Ademais, não há um mercado secundário desenvolvido para a negociação de quotas de fundos de investimento em quotas de fundos de investimento em direitos creditórios, o que resulta em baixa liquidez desse tipo de investimento. O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado, o que impede o resgate de suas Quotas a qualquer momento e pode resultar em dificuldade adicional aos Quotistas para alienar seu investimento no mercado secundário. A baixa liquidez do investimento nas Quotas pode implicar impossibilidade de venda das Quotas ou venda a preço inferior ao seu valor patrimonial, causando prejuízo aos Quotistas.

Parágrafo 5º Riscos Específicos:

- (a) Não Existência de Garantia de Eliminação de Riscos. A realização de investimentos no Fundo sujeita o investidor aos riscos aos quais o Fundo e a sua carteira estão sujeitos, que poderão acarretar perdas do capital investido pelos Quotistas no Fundo. Embora a Administradora mantenha sistema de gerenciamento de riscos das aplicações do Fundo, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas. Em condições adversas de mercado, referido sistema de gerenciamento de riscos poderá ter sua eficiência reduzida.
- (b) Não Liquidação dos Direitos Creditórios. As principais fontes de recursos dos FIDCs para que seja efetuado o resgate de suas Quotas decorrem da liquidação: (i) dos direitos creditórios dos clientes e (ii) dos outros ativos integrantes das carteiras dos FIDCs pelas respectivas contrapartes. Após o recebimento destes recursos e, se for o caso, depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial dos referidos ativos, os FIDCs poderão não dispor de quaisquer outras verbas para efetuar o resgate de Quotas pertencentes aos seus condôminos, dentre os quais, o Fundo.

Parágrafo 6º Risco Sistemico:

- (a) Pode ser definido como o risco de investimento em títulos que não pode ser eliminado pela diversificação dos investimentos. O risco sistêmico pode ser entendido também como uma situação do mercado financeiro segundo a qual a possibilidade de fracasso de um banco em acertar suas contas com os demais possa provocar uma reação em cadeia, impedindo que outros bancos na sequência, acertem suas contas e assim por diante. Tal situação pode provocar uma crise no sistema financeiro como um todo, consistindo na possibilidade de quebra em cadeia de instituições financeiras.

Parágrafo 7º Outros Riscos:

- (a) O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da Administradora, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, mudança nas regras aplicáveis aos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros, alteração na política monetária, alteração da política fiscal aplicável ao Fundo, os quais poderão causar prejuízos para o Fundo e para os Quotistas.

Artigo 15 As aplicações no Fundo não contam com garantia: (i) da Administradora; (ii) da Gestora; (iii) do Custodiante; (iv) de qualquer mecanismo de seguro; ou (v) do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

ou desenvolvidos pela Administradora, ou por qualquer terceiro envolvido diretamente na administração do Fundo, de forma que a instituição substituta possa cumprir, sem solução de continuidade, com os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos deste Regulamento.

CAPÍTULO VII – RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRADORA

Artigo 21 A Administradora tem as seguintes obrigações, sem prejuízo das demais obrigações previstas na legislação aplicável, neste Regulamento e nos demais Documentos da Operação:

- (a) manter atualizados e em perfeita ordem pelo prazo legal:
 - (i) a documentação relativa às operações do Fundo;
 - (ii) o registro dos Quotistas;
 - (iii) o livro de atas de Assembléias Gerais;
 - (iv) o livro de presença de Quotistas;
 - (v) os demonstrativos trimestrais do Fundo a que se refere o Artigo 24 deste Regulamento;
 - (vi) os registros contábeis do Fundo;
 - (vii) os relatórios da Empresa de Auditoria e da Agência de Classificação de Risco; e
 - (viii) o Regulamento, alterando-o em razão de deliberações da Assembléia Geral de Quotistas, bem como, independentemente destas, para fins exclusivos de adequação à legislação em vigor e/ou cumprimento de determinações da CVM, devendo, neste último caso, providenciar a divulgação das alterações aos Quotistas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos da data de sua ocorrência;
- (b) receber quaisquer rendimentos ou valores do Fundo, diretamente ou por meio do Custodiante ou terceiro autorizado;
- (c) disponibilizar aos Quotistas, gratuitamente, exemplar deste Regulamento, bem como cientificá-los do (i) nome do Periódico utilizado para divulgação de informações do Fundo; e (ii) da Taxa de Administração cobrada;
- (d) disponibilizar aos Quotistas, no prazo de 40 (quarenta) dias corridos contados do encerramento de cada trimestre civil, no Periódico referido no Anexo I deste Regulamento, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que distribuam Quotas, o valor do Patrimônio Líquido e das Quotas, e as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, a Razão de Garantia, apurada nos termos do Capítulo XVIII abaixo, e o último relatório sobre o Fundo e suas Quotas disponibilizado pela Agência de Classificação de Risco;
- (e) colocar à disposição dos Quotistas em sua sede e agências, e nas instituições que distribuam Quotas, as demonstrações financeiras do Fundo, bem como os relatórios preparados pela Empresa de Auditoria;



- (f) custear as despesas de propaganda do Fundo;
- (g) sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras do Fundo, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas de toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a Administradora e o Fundo;
- (h) providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da Classificação de Risco das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas pela Agência de Classificação de Risco;
- (i) assegurar que o Diretor Designado, responsável pela gestão, supervisão, acompanhamento e prestação de informações do Fundo, elabore os demonstrativos trimestrais referidos no Artigo 24 deste Regulamento;
- (j) observar estritamente a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira do Fundo, conforme o disposto no Capítulo IV;
- (k) proceder, em nome do Fundo, à contratação dos serviços do Custodiante, da Gestora, da Agência de Classificação de Risco e da Empresa de Auditoria e, e à celebração do Contrato de Custódia, Contrato de Gestão, Contrato de Serviços de Auditoria Independente e Contrato de Serviços de Classificação de Risco;
- (l) executar, diretamente ou por meio da contratação de Agente Escriturador, serviços que incluem, dentre outras obrigações (i) a escrituração das Quotas, incluindo a abertura e manutenção das respectivas contas de depósito em nome dos Quotistas; (ii) a manutenção de registros analíticos completos de todas as movimentações de titularidade ocorridas nas contas de depósito abertas em nome dos Quotistas; (iii) a manutenção dos documentos necessários à comprovação da condição de Investidor Qualificado dos Quotistas, em perfeita ordem; e (iv) o fornecimento aos Quotistas, anualmente, de documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Quotas, sua propriedade e respectivo valor;
- (m) fazer a guarda física ou escritural dos documentos abaixo listados, por si ou por terceiros contratados, durante o prazo mínimo exigido pela legislação fiscal:
- (i) extratos da Conta do Fundo, e dos comprovantes de movimentações de valores em tais contas;
 - (ii) relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos neste Regulamento ou no Contrato de Custódia;
 - (iii) documentos referentes aos Ativos Financeiros; e
 - (iv) todos os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer Encargo do Fundo;
- (n) informar imediatamente à Agência de Classificação de Risco:

- (i) a substituição da Administradora, da Empresa de Auditoria, da Gestora ou do Custodiante;
 - (ii) a ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou de Liquidação; e
 - (iii) a celebração de aditamentos ao Contrato de Custódia.
- (o) providenciar o registro do Regulamento e de seus eventuais aditamentos;
 - (p) franquear o acesso da Agência de Classificação de Risco aos relatórios preparados pelo Custodiante nos termos do Contrato de Custódia;
 - (q) abrir e manter a Conta do Fundo até a integral liquidação das obrigações do Fundo; e
 - (r) fornecer aos Quotistas trimestralmente, até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao do encerramento de cada trimestre, relatório de monitoramento na forma do Anexo III ao presente Regulamento.

Artigo 22 É vedado à Administradora, em nome próprio:

- (a) prestar fiança, aval aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações realizadas pelo Fundo;
- (b) utilizar ativos de sua própria emissão ou coobrigação como garantia das operações realizadas pelo Fundo; e
- (c) efetuar aportes de recursos no Fundo, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de Quotas.

Parágrafo Único As vedações de que tratam as alíneas (a) a (c) do *caput* deste Artigo abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da Administradora, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de sua emissão ou coobrigação.

Artigo 23 É vedado à Administradora, em nome do Fundo:

- (a) prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se de qualquer outra forma;
- (b) realizar operações e negociar com Ativos Financeiros em desacordo com a política de investimento, de composição e de diversificação da carteira prevista no Capítulo IV deste Regulamento;
- (c) aplicar recursos diretamente ou indiretamente no exterior;
- (d) adquirir Quotas do Fundo;
- (e) pagar ou ressarcir-se de multas ou penalidades que lhe forem impostas em razão do descumprimento de normas previstas na legislação aplicável;
- (f) vender Quotas do Fundo a prestação;



- (g) fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio, ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;
- (h) obter ou conceder empréstimos, financiamentos ou adiantamentos de recursos a qualquer pessoa;
- (i) emitir Quotas do Fundo em desacordo com este Regulamento; e
- (j) prometer rendimento predeterminado aos condôminos.

Artigo 24 O Diretor Designado deverá, nos termos da legislação aplicável elaborar demonstrativo trimestral do Fundo, a ser enviado à CVM e mantido à disposição do Quotistas, bem como submetido à auditoria independente anual, que evidencie que as operações realizadas pelo Fundo estão em consonância com sua política de investimento, de composição e de diversificação da carteira prevista neste Regulamento e com a regulamentação vigente, e que as negociações foram realizadas a taxas de mercado.

CAPÍTULO VIII – TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 25 Pelos serviços de administração do Fundo, será cobrada uma taxa de administração (“Taxa de Administração”) de 0,10% (dez centésimos por cento) ao ano sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, reduzido do valor dos Recursos Líquidos e dos Ativos Financeiros integrantes da carteira do Fundo.

Parágrafo 1º A Taxa de Administração será apropriada diariamente, à base de 1/252 (um duzentos e cinquenta e dois avos) sobre o Patrimônio Líquido do Dia Útil imediatamente anterior, e será paga mensalmente à Administradora até o 5º (quinto) Dia Útil do mês subsequente ao vencido como despesa do Fundo.

Parágrafo 2º A Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviço contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração. O Fundo somente poderá contratar prestadores de serviços que tenham sido previamente aprovados pela Gestora.

CAPÍTULO IX – CONTRATAÇÃO DE TERCEIROS

Artigo 26 A carteira do Fundo será gerida pela **PETRA - Personal Trader Administração e Consultoria Ltda.**, com sede na cidade de São Paulo, Estado do São Paulo, na Avenida Paulista, nº 2001, conjuntos 1403 a 1408, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.350.042/0001-39, doravante designada (a “Gestora”).

Artigo 27 O Fundo contratou o **DEUTSCHE BANK S.A. – Banco Alemão**, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 13º, 14º e 15º andares, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001-11, regularmente autorizada pelo BACEN e credenciada perante a CVM, para prestar os serviços de custódia qualificada ao Fundo (“Custodiante”), nos termos da regulamentação aplicável e do Contrato de Custódia.

Artigo 28 Como Auditor Independente do Fundo foi contratada a **KPMG Auditores Independentes**, sociedade simples com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 33, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29, sociedade devidamente cadastrada na CVM ("Empresa de Auditoria").

CAPÍTULO X – QUOTAS

Artigo 29 O Fundo emitirá Quotas Seniores, Quotas Subordinadas Mezanino e Quotas Subordinadas Junior, nos termos do Artigo 30 abaixo, com as características descritas nos parágrafos a seguir.

Parágrafo 1º As Quotas Seniores têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) prioridade de Amortização e/ou resgate em relação às Quotas Subordinadas, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) Valor Unitário de Emissão fixado no Artigo 30 abaixo;
- (c) valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, Amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 36 deste Regulamento; e
- (d) direito de votar em todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que a cada Quota corresponderá 1 (um) voto.

Parágrafo 2º As Quotas Subordinadas Mezanino têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações comuns:

- (a) subordinam-se às Quotas Seniores e têm prioridade em relação às Quotas Subordinadas Junior para fins de Amortização e/ou resgate, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores em circulação;
- (c) Valor Unitário de Emissão fixado no Artigo 30 abaixo;
- (d) valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, Amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 37(a) deste Regulamento; e
- (e) direito de votar em todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que a cada Quota corresponderá 1 (um) voto.

Parágrafo 3º As Quotas Subordinadas Junior têm as seguintes características, vantagens, direitos e obrigações:



- (a) subordinam-se às Quotas Seniores e às Quotas Subordinadas Mezanino para efeito de Amortização e/ou resgate, observado o disposto neste Regulamento;
- (b) somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino em circulação, admitindo-se o resgate em Quotas de FIDC;
- (c) Valor Unitário de Emissão fixado no Artigo 30 abaixo;
- (d) valor unitário calculado todo Dia Útil, para efeito de definição de seu valor de integralização, Amortização ou resgate, observados os critérios definidos no Artigo 37(b) deste Regulamento; e
- (e) direito de votar em todas e quaisquer matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que a cada Quota Subordinada Junior corresponderá 1 (um) voto.

Artigo 30 O Fundo contará com uma única emissão de Quotas Seniores, de Quotas Subordinadas Mezanino e de Quotas Subordinadas Junior, com as características dispostas a seguir:

Emissor: Petra Mercantil I - Fundo De Investimento em Quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.

Coordenador Líder: O Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão.

Coordenador Contratado: O Banco JP Morgan S.A.

Valor total da emissão: R\$140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de Reais).

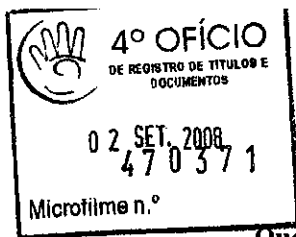
Valor mínimo da emissão: R\$30.000.000,00 (trinta milhões de Reais). Atingido o valor mínimo de emissão, as Quotas não subscritas até a data de encerramento da distribuição serão imediatamente canceladas pela Administradora, nos termos do Artigo 9º, II da Instrução CVM 356. Para tanto, fica autorizado o cancelamento do saldo não colocado das Quotas emitidas pelo Fundo.

Número de séries: Série única.

Prazo de distribuição das Quotas: 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de publicação do anúncio de início relativo à oferta pública das Quotas.

Valor Unitário de Emissão das Quotas: R\$1.000,00 (um mil Reais).

Quantidade de Quotas Seniores:	122.500 (cento e vinte e dois mil e quinhentas) quotas.
Quantidade de Quotas Subordinadas Mezanino:	15.050 (quinze mil e cinquenta) quotas.
Quantidade de Quotas Subordinadas Junior:	2.450 (duas mil, quatrocentas e cinquenta) quotas.
Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Seniores:	A ser apurada mediante o Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , conforme o disposto no Contrato de Colocação, sendo o Suplemento das Quotas Seniores posteriormente preenchido na forma do Anexo IV a este Regulamento.
Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Subordinadas Mezanino:	A ser apurada mediante o Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , conforme o disposto no Contrato de Colocação, sendo o Suplemento das Quotas Subordinadas Mezanino posteriormente preenchido na forma do Anexo V a este Regulamento.
Amortizações das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino:	Na forma do Artigo 38, Parágrafo 1º deste Regulamento, observada a ordem de alocação de recursos estabelecida no Artigo 40 deste Regulamento.
Data de Resgate das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino:	Na forma do Artigo 38, Parágrafo 3º deste Regulamento, observada a ordem de alocação de recursos estabelecida no Artigo 40 deste Regulamento.
Integralização:	A integralização das Quotas ocorrerá em até 180 (cento e oitenta) dias, contados da Primeira Data de Subscrição, exclusivamente em moeda nacional, conforme chamadas de capital da Administradora e respeitados os termos do Compromisso de Investimento firmado pelo Quotista.
Forma de distribuição das Quotas:	Pública, a ser realizada pelos Coordenadores da Oferta.
Registro de distribuição das	



Quotas:

As Quotas serão registradas para negociação na CETIP.

Artigo 31 As Quotas poderão ser objeto de resgate antecipado na hipótese de ocorrência de qualquer Evento de Liquidação.

Artigo 32 As Quotas corresponderão a frações ideais do patrimônio do Fundo, serão transferíveis e terão a forma escritural, permanecendo em contas de depósito em nome de seus titulares.

CAPÍTULO XI - EMISSÃO, INTEGRALIZAÇÃO E VALOR DAS QUOTAS

Artigo 33 As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão emitidas por seu valor calculado na forma dos Artigos 36 e 37 deste Regulamento, respectivamente, na data em que os recursos sejam colocados pelos Investidores Qualificados, conforme o caso, à disposição do Fundo (valor da Quota de D + 0), por meio de qualquer forma de transferência de recursos autorizada pelo BACEN, servindo o comprovante de depósito como recibo de quitação.

Artigo 34 A condição de Quotista caracteriza-se pela abertura, pelo Agente Escriturador, de conta de depósito em nome do respectivo Quotista. Os Investidores Qualificados poderão efetuar aplicações de recursos no Fundo diretamente com a Administradora, observado o disposto no Artigo 33 acima e as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo 1º No ato de subscrição de Quotas do Fundo, o subscritor (i) assinará o Compromisso de Investimento e o Boletim de Subscrição (que também será assinado pela Administradora); (ii) se comprometerá a integralizar as Quotas subscritas, conforme o previsto no Compromisso de Investimento, respeitadas as demais condições previstas neste Regulamento; e (iii) assinará o Termo de Adesão constante do Anexo II a este Regulamento, indicando um representante responsável e seu respectivo endereço de correio eletrônico para o recebimento das comunicações que lhe sejam enviadas pela Administradora ou pelo Custodiante nos termos deste Regulamento.

Parágrafo 2º O extrato da conta de depósito emitido pelo Agente Escriturador será o documento hábil para comprovar (i) a obrigação da Administradora, perante o Quotista, de cumprir as prescrições constantes deste Regulamento e das demais normas aplicáveis ao Fundo; e (ii) a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista.

Artigo 35 Não serão cobradas taxas de ingresso ou de saída pela Administradora.

Artigo 36 A partir da Primeira Data de Integralização das Quotas Seniores, seu respectivo valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, Amortização ou resgate, devendo corresponder ao menor dos seguintes valores: (i) o Patrimônio Líquido dividido pelo número de Quotas Seniores em circulação; ou (ii) o valor unitário da Quota Sênior resultante da seguinte fórmula:

$$VUQS_t = \frac{[VQS_{t-1} - VAQS_{t-1} + VCCS_{t-1}] * (1 + RQS)}{NQS_{t-1}}$$

Sendo:

VUQS _t	Valor Unitário da Quota Sênior, na data "t", calculado a cada Dia Útil de
-------------------	---

	acordo com a fórmula acima.
VQSt-1	Valor Total das Quotas Seniores no Dia Útil imediatamente anterior à data "t", antes de deduzidas as amortizações e acrescidas as integralizações.
VAQSt-1	Valor de Amortização das Quotas Seniores, pago aos Quotistas a título de amortização, se existente, no Dia Útil imediatamente anterior à data "t".
VCCSt-1	Valor da Chamada de Capital das Quotas Seniores, que significa o valor integralizado pelos Quotistas, se existente, de acordo com os termos dos Compromissos de Investimento e as chamadas de capital da Administradora, conforme previsto no Artigo 30 deste Regulamento, no Dia Útil imediatamente anterior à data "t".
RQS	Meta de Rentabilidade da Quota Senior diária auferida da data "t-1" até a data "t".
NQSt-1	Número de Quotas Seniores em circulação no Dia Útil imediatamente anterior à data "t", consideradas as Quotas Seniores integralizadas pelos Quotistas naquela data.

Parágrafo 1º Os critérios de determinação do valor das Quotas Seniores, definidos no *caput* deste Artigo, têm como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido que deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores na hipótese de Amortização e/ou resgate de suas Quotas, e não representam e nem devem ser considerados, em hipótese alguma, como promessa ou obrigação legal ou contratual de remuneração por parte da Administradora, do Fundo ou do Custodiante. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão jus, em hipótese, alguma, quando da Amortização ou resgate de suas Quotas, a uma remuneração superior ao valor de tais Quotas, na respectiva Data de Pagamento, o que representa o limite máximo de remuneração possível para essa classe de Quotas.

Parágrafo 2º Em todo Dia Útil, após a incorporação dos resultados descritos no *caput* deste Artigo nas Quotas Seniores, o eventual excedente decorrente da valorização da carteira do Fundo no período será incorporado às Quotas Subordinadas.

Artigo 37 A partir da Primeira Data de Integralização de Quotas Subordinadas, seu valor unitário será calculado todo Dia Útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, Amortização ou resgate, devendo corresponder ao que segue:

- (a) O valor unitário das Quotas Subordinadas Mezanino corresponderá ao menor dentre os seguintes valores: (i) o Patrimônio Líquido deduzido do valor das Quotas Seniores em circulação, dividido pelo número de Quotas Subordinadas Mezanino em circulação; ou (ii) o valor unitário da Quota Subordinada Mezanino resultante da seguinte fórmula:

$$VUQSM_t = \frac{[VQSM_{t-1} - VAQSM_{t-1} + VCC_{t-1}] * (1 + RQSM)}{NQSM_{t-1}}$$

Sendo:

VUQSMt	Valor Unitário da Quota Subordinada Mezanino, na data "t", calculado a cada Dia Útil de acordo com a fórmula acima.
VQSMt-1	Valor Total das Quotas Subordinadas Mezanino no Dia Útil imediatamente anterior à data "t", antes de deduzidas as amortizações e acrescidas as



	integralizações.
VAQSMt-1	Valor de Amortização das Quotas Subordinadas Mezanino, pago aos Quotistas a título de amortização, se existente, no Dia Útil imediatamente anterior à data "t".
VCCSM t-1	Valor da Chamada de Capital das Quotas Subordinadas Mezanino, que significa o valor integralizado pelos Quotistas, se existente, de acordo com os termos dos Compromissos de Investimento e as chamadas de capital da Administradora, conforme previsto no Artigo 30 deste Regulamento, no Dia Útil imediatamente anterior à data "t".
RQSM	Meta de Rentabilidade da Quota Subordinada Mezanino diária auferida da data "t-1" até a data "t".
NQSMt-1	Número de Quotas Subordinadas Mezanino em circulação no Dia Útil imediatamente anterior à data "t", consideradas as Quotas Subordinadas Mezanino integralizadas pelos Quotistas naquela data.

- (b) O valor unitário das Quotas Subordinadas Junior corresponderá ao valor resultante da seguinte fórmula:

$$VUQSJ_t = \frac{PL \text{ Fundo}_t - MTS_t - MTSM_t}{NQSJ_t}$$

Sendo:

VUQSJ _t	Valor Unitário da Quota Subordinada Júnior, na data "t", calculado de acordo com a fórmula acima.
PL Fundo _t	Valor do Patrimônio Líquido do Fundo na data "t".
MTS _t	Valor do Montante Total das Quotas Seniores na data "t".
MTSM _t	Valor do Montante Total das Quotas Subordinadas Mezanino na data "t".
NQSJ _t	Número de Quotas Subordinadas Junior em circulação na data "t".

CAPÍTULO XII – AMORTIZAÇÃO E RESGATE DAS QUOTAS

Artigo 38 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Capítulo XIV abaixo, e desde que o Fundo possua Recursos Líquidos na Conta do Fundo, o Fundo realizará a Amortização das Quotas, no vigésimo quinto dia de cada mês ("Data de Pagamento"), durante o Período de Amortização.

Parágrafo 1º Caso a Data de Pagamento não seja um Dia Útil, a Administradora efetuará o pagamento no Dia Útil imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.

Parágrafo 2º A Amortização compreenderá todos os recursos recebidos pelo Fundo até o vigésimo quarto dia do mesmo mês, decorrentes de amortização e resgate das Quotas de FIDCs e dos Ativos Financeiros, excluído o valor constante da Reserva de Liquidez, que será utilizado para pagamento dos Encargos do Fundo.

Parágrafo 3º As Quotas serão resgatadas por ocasião da sua amortização integral ou do término do Prazo de Duração do Fundo, dentre os quais o que ocorrer primeiro.

Parágrafo 4º Os titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas não poderão, sob nenhuma hipótese, exigir do Fundo a Amortização ou o resgate de suas Quotas em termos outros que não os expressamente previstos neste Regulamento.

CAPÍTULO XIII - PAGAMENTO DOS VALORES DEVIDOS PELO FUNDO AOS QUOTISTAS

Artigo 39 Observada a ordem de alocação dos recursos prevista no Artigo 40 abaixo, a Administradora deverá transferir ou creditar os recursos financeiros do Fundo correspondentes (i) aos titulares das Quotas Seniores, em cada Data de Pagamento, nos montantes apurados conforme o Artigo 36 deste Regulamento, (ii) aos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino após o resgate integral das Quotas Seniores, nos montantes apurados conforme o Artigo 37(a) deste Regulamento, e (iii) aos titulares das Quotas Subordinadas Junior, após o resgate integral das Quotas Subordinadas Mezanino, nos montantes apurados conforme o Artigo 37(b) deste Regulamento.

Parágrafo 1º A Administradora efetuará o pagamento das Amortizações ou resgates de Quotas por meio de qualquer transferência de recursos autorizada pelo BACEN.

Parágrafo 2º Os recursos depositados na Conta do Fundo deverão ser transferidos aos titulares das Quotas Seniores e Subordinadas, quando de sua Amortização ou resgate, nas respectivas Datas de Pagamento.

Parágrafo 3º Caso a Data de Pagamento dos valores devidos aos Quotistas não seja um Dia Útil, ou seja feriado na cidade de São Paulo, a Administradora efetuará o pagamento no Dia Útil imediatamente subsequente, sem qualquer acréscimo aos valores devidos.

CAPÍTULO XIV - ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Artigo 40 Em cada Data de Pagamento, a Administradora deverá utilizar os Recursos Líquidos do Fundo, calculados em cada Dia Útil, para atender às exigibilidades do Fundo, obrigatoriamente, na seguinte ordem de preferência, sendo certo que, caso haja Encargos do Fundo não previstos que devam ser pagos antes da próxima Data de Pagamento, tais Encargos do Fundo poderão ser pagos com recursos da Reserva de Liquidez, mediante aprovação da Gestora:

- (a) pagamento dos Encargos do Fundo;
- (b) durante o Período de Investimento apenas, pagamento do Preço de Aquisição das Quotas de FIDCs;
- (c) durante o Período de Amortização apenas, pagamento aos titulares das Quotas Seniores do Valor de Amortização das Quotas Seniores até a Amortização integral e resgate das Quotas Seniores;
- (d) durante o Período de Amortização apenas, pagamento aos titulares das Quotas Subordinadas Mezanino do Valor de Amortização das Quotas Subordinadas Mezanino até



a Amortização integral e resgate das Quotas Subordinadas Mezanino; e

- (e) durante o Período de Amortização apenas, pagamento aos titulares das Quotas Subordinadas Junior do Valor de Amortização das Quotas Subordinadas Junior até a Amortização integral e resgate das Quotas Subordinadas Junior.

CAPÍTULO XV – NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

Artigo 41 As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão registradas para negociação na CETIP, a qual efetuará a liquidação da distribuição e a custódia eletrônica das Quotas, observado que: (i) os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos os custos, tributos ou emolumentos decorrentes da negociação ou transferência de suas Quotas; e (ii) caberá exclusivamente aos eventuais intermediários da negociação assegurar que os adquirentes das Quotas sejam Investidores Qualificados.

Artigo 42 Na hipótese de negociação de Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas, a transferência de titularidade para a conta de depósito do novo Quotista e o respectivo pagamento do preço será processado pelo Agente Escriturador somente após a verificação, pelo intermediário que representa o adquirente, da condição de Investidor Qualificado do novo Quotista.

CAPÍTULO XVI – PATRIMÔNIO LÍQUIDO E METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

Artigo 43 O patrimônio líquido do Fundo (“Patrimônio Líquido”) será calculado todo Dia Útil, conforme a fórmula abaixo:

$$\text{Patrimônio Líquido} = \text{Recursos Líquidos} + \text{Valor dos Ativos Financeiros} + \text{Valor das Quotas de FIDCs} - \text{Despesas Incorridas} - \text{Valor Provisionado}.$$

Onde:

Recursos Líquidos: é o somatório em cada Dia Útil dos recursos (i) mantidos em moeda corrente nacional e (ii) recebidos pelo Fundo decorrentes (a) da integralização das Quotas do Fundo; e (b) do recebimento de valores de principal, juros e outros valores relativos às Quotas de FIDCs integrantes da carteira do Fundo;

Valor dos Ativos Financeiros: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 44(b) abaixo;

Valor das Quotas de FIDC: tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 44(a) abaixo;

Despesas Incorridas: são quaisquer taxas, encargos, despesas ou provisões incorridas pelo ou registradas no Fundo, que ainda não tenham sido pagas;

Valor Provisionado: em relação a cada Quota de FIDC adquirida pelo Fundo, é o saldo do respectivo Valor da Quota de FIDC, multiplicado pelo percentual de provisionamento estabelecido de acordo com o Parágrafo 1º do Artigo 44 abaixo.

Artigo 44 Observadas as disposições legais aplicáveis, as Quotas de FIDCs e os Ativos

Financeiros devem ser registrados no Fundo conforme segue:

- (a) Quotas de FIDCs: serão registradas em cada Dia Útil pelo seu valor diário, conforme divulgado pela Administradora, na qualidade de administradora dos FIDCs ("Valor das Quotas de FIDC") e
- (b) Ativos Financeiros: serão registrados pelo menor dentre os seguintes valores: (i) valor de mercado do Ativo Financeiro, se houver, calculado pela Gestora; (ii) valor de principal do Ativo Financeiro, acrescido dos juros incidentes sobre o referido Ativo Financeiro; ou (iii) o valor contábil do Ativo Financeiro, calculado de acordo com as disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis ("Valor dos Ativos Financeiros");

Parágrafo 1º As perdas e provisões com os Ativos Financeiros e as demais modalidades operacionais integrantes da carteira do Fundo serão suportados única e exclusivamente pelo Fundo e serão reconhecidas no resultado do período, conforme as regras e procedimentos definidos na Resolução do CMN 2.682, de acordo com os percentuais a seguir indicados ("Percentual de Provisão") em cada Dia Útil:

Período de Atraso	% de Provisionamento sobre os Ativos Financeiros e as demais modalidades integrantes da carteira do Fundo (antes de ser reduzido qualquer Valor Provisionado)
atraso entre 15 e 30 dias	1%
atraso entre 31 e 60 dias	3%
atraso entre 61 e 90 dias	10%
atraso entre 91 e 120 dias	30%
atraso entre 121 e 150 dias	50%
atraso entre 151 e 180 dias	70%
atraso superior a 180 dias	100%

Parágrafo 2º O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão das perdas, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada ao custo de aquisição, acrescida dos rendimentos auferidos computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Parágrafo 3º Os ajustes aos valores dos ativos e das modalidades operacionais integrantes da carteira do Fundo decorrentes da aplicação dos critérios estabelecidos neste Regulamento serão registrados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período, observados os procedimentos definidos na Resolução do CMN 2.682.

CAPÍTULO XVII - EVENTOS DE AVALIAÇÃO E EVENTOS DE LIQUIDAÇÃO

Artigo 45 São considerados eventos de avaliação do Fundo ("Eventos de Avaliação") quaisquer dos seguintes eventos:

- (a) caso a Razão de Garantia das Quotas Seniores e a Razão de Garantia das Quotas

COPIA PARA O FUNDOS
FUNDOS DE INVESTIMENTO
FUNDOS DE INVESTIMENTO
FUNDOS DE INVESTIMENTO
FUNDOS DE INVESTIMENTO

[Handwritten signature]



Subordinadas não sejam atendidas dentro do prazo estabelecido para o reenquadramento nos termos do Capítulo XVIII deste Regulamento;

- (b) caso não ocorra a amortização de quaisquer das Quotas de FIDCs de propriedade do Fundo nas datas programadas;
- (c) renúncia da Administradora, do Custodiante, e/ou da Gestora, a qualquer tempo e por qualquer motivo, sem a substituição dos mesmos dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da renúncia;
- (d) não observância pelo Custodiante dos deveres e das obrigações previstos no Regulamento desde que, notificado para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados do recebimento da referida notificação;
- (e) inobservância, pela Administradora ou pela Gestora, dos deveres e das obrigações previstos no Regulamento, conforme o caso, verificado pelo Custodiante ou pelos Quotistas, desde que, notificada por estes para sanar ou justificar o descumprimento, não o façam no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados do recebimento da referida notificação;
- (f) na hipótese de serem realizados pagamentos de Amortização de Quotas Subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento; e
- (g) caso a taxa do CDI seja maior ou igual a 130% (cento e trinta por cento) da taxa do CDI do Dia Útil imediatamente anterior.

Artigo 46 Ocorrendo qualquer Evento de Avaliação, será convocada Assembléia Geral, nos termos do Capítulo XXI, para avaliar o grau de comprometimento das atividades do Fundo em razão do respectivo Evento de Avaliação, podendo a Assembléia Geral deliberar (i) pela não liquidação do Fundo, ou (ii) que o Evento de Avaliação que deu causa à Assembléia Geral constitui um Evento de Liquidação, estipulando os procedimentos para a liquidação do Fundo independentemente da convocação de nova Assembléia Geral, e aplicando-se o disposto no Parágrafo 3º do Artigo 47 deste Regulamento.

Parágrafo Único Mesmo que o Evento de Avaliação seja sanado antes da realização da Assembléia Geral prevista no *caput* deste Artigo, a referida Assembléia Geral será instalada e deliberará normalmente, podendo inclusive decidir pela liquidação do Fundo.

Artigo 47 Serão considerados eventos de Liquidação Antecipada quaisquer das seguintes ocorrências ("Eventos de Liquidação"):

- (a) ocorrência de qualquer dos Eventos de Avaliação que resulte em liquidação do Fundo, observado o disposto no Artigo 46 acima;
- (b) qualquer violação à política de investimento do Fundo, nos termos do Capítulo IV; e
- (c) se o Patrimônio Líquido do Fundo se tornar igual ou inferior à soma do valor de todas as Quotas Seniores.

Parágrafo 1º Ocorrendo qualquer dos Eventos de Liquidação, a Administradora deverá dar início aos procedimentos de Liquidação Antecipada do Fundo definidos nos próximos Parágrafos deste Artigo.

Parágrafo 2º Na hipótese prevista no Parágrafo 1º deste Artigo, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembléia Geral, a fim de que os titulares das Quotas Seniores deliberem sobre os procedimentos que serão adotados para preservar seus direitos, interesses e prerrogativas, assegurando-se, no caso de decisão assemblear pela interrupção dos procedimentos de Liquidação Antecipada do Fundo, o resgate Quotas Seniores detidas pelos Quotistas dissidentes.

Parágrafo 3º Observada a deliberação da Assembléia Geral referida no Parágrafo 2º deste Artigo, o Fundo resgatará todas as Quotas Seniores compulsoriamente, ao mesmo tempo, em igualdade de condições e considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas Seniores em circulação, observados os seguintes procedimentos:

- (a) a Administradora liquidará todos os investimentos e aplicações do Fundo, transferindo todos os recursos para a Conta do Fundo;
- (b) todos os recursos decorrentes do recebimento, pelo Fundo, dos valores das Quotas de FIDCs, serão imediatamente destinados à Conta do Fundo; e
- (c) observada a ordem de alocação dos recursos definida no Capítulo XIV, a Administradora debitará a Conta do Fundo e procederá ao resgate antecipado das Quotas Seniores em circulação até o limite dos recursos disponíveis.

Artigo 48 Os recursos auferidos pelo Fundo nos termos do Parágrafo 3º do Artigo 47 acima, serão utilizados para o pagamento das obrigações do Fundo de acordo a ordem de alocação de recursos prevista no Capítulo XIV. Os procedimentos descritos no Parágrafo 3º do Artigo 47 acima somente poderão ser interrompidos após o resgate integral das Quotas Seniores, quando o Fundo poderá promover o resgate das Quotas Subordinadas.

Parágrafo Único A deliberação pela não liquidação do Fundo, caso o Patrimônio Líquido do Fundo permita, será tomada em primeira convocação pela maioria das Quotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Quotas dos presentes.

Artigo 49 Para fins de liquidação dos investimentos e aplicações do Fundo, nos termos do Parágrafo 3º do Artigo 47, a Administradora deverá convocar uma Assembléia Geral a fim de deliberar sobre a alienação das Quotas de FIDCs integrantes da carteira do Fundo. Na referida Assembléia Geral, a Administradora submeterá aos Quotistas, para aprovação, uma proposta de alienação das Quotas de FIDCs integrantes da carteira do Fundo, por meio de oferta pública ou leilão, bem como o valor mínimo para alienação das referidas quotas ("Valor Mínimo de Venda"). Mediante aprovação da Assembléia Geral, a Administradora realizará a alienação das Quotas de FIDCs, por meio de oferta pública ou leilão, a seu exclusivo critério, que será operacionalizada da seguinte forma ("Alienação das Quotas de FIDCs"):

- (a) a Administradora divulgará a oferta pública ou leilão por meio de publicação no Periódico e, facultativamente, em outros meios que contribuam para o amplo conhecimento da Alienação das Quotas de FIDC ("Anúncio de Alienação"), com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência da data da realização da oferta pública ou leilão, conforme o caso;
- (b) o Anúncio de Alienação deverá descrever os termos e condições da Alienação das Quotas de FIDCs, incluindo: (i) a modalidade em que se dará a Alienação das Quotas de FIDCs; (ii) se a Alienação das Quotas de FIDCs será realizada em bloco ou separadamente; e (iii) as características gerais de cada série de Quotas de FIDCs, incluindo (a) informações



sobre o FIDCs, (b) o valor nominal unitário das Quotas de FIDCs, (c) discriminação dos valores e das datas de pagamento das Quotas de FIDCs, (d) as respectivas metas de rentabilidade; e (iv) demais informações necessárias para a perfeita identificação e avaliação das Quotas de FIDCs pelos potenciais compradores;

- (c) a Alienação das Quotas de FIDCs dar-se-á pelo maior valor oferecido, seja ele qual for, contanto que igual ou acima do Valor Mínimo de Venda;
- (d) em caso de venda de uma ou mais séries de Quotas de FIDCs em separado, a Administradora poderá condicionar a eficácia da alienação das referidas Quotas de FIDCs à obtenção de um preço mínimo pela alienação separada das referidas Quotas de FIDCs, sendo que tal preço deverá estar estipulados no Anúncio de Alienação;
- (e) as quantias recebidas na alienação das Quotas de FIDCs serão imediatamente depositadas na Conta do Fundo, para pagamento dos Encargos do Fundo e dos valores devidos aos detentores das Quotas Seniores e Subordinadas Mezanino, conforme ordem de alocação de recursos prevista no Capítulo XIV; e
- (f) após o pagamento dos valores mencionados no item precedente, os recursos remanescentes, se houver, serão distribuídos aos detentores das Quotas Subordinadas Junior, nos termos dos Artigos 38 e 39 deste Regulamento.

Parágrafo Único Caso, em 60 (sessenta) dias da data de ocorrência do Evento de Liquidação e observadas as deliberações da Assembléia Geral a respeito, o Fundo não disponha de recursos para o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, a Administradora realizará o resgate do saldo das referidas Quotas mediante dação em pagamento das Quotas de FIDCs integrantes da carteira do Fundo, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra o Fundo ou co-obrigação deste, sempre considerando o valor da participação de cada Quotista no valor total das Quotas em circulação.

CAPÍTULO XVIII - ENQUADRAMENTO À RAZÃO DE GARANTIA

Artigo 50 Desde a Primeira Data de Subscrição de Quotas Seniores até a última Data de Resgate, a Administradora verificará, todo Dia Útil, se a relação, expressa em valores percentuais, entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores em circulação do Fundo ("Razão de Garantia das Quotas Seniores") é igual ou superior a 113,71% (cento e treze inteiros e setenta e um centésimos por cento).

Parágrafo Único Caso a Razão de Garantia das Quotas Seniores seja inferior a 113,71% (cento e treze inteiros e setenta e um centésimos por cento) por 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos, deverão ser observados os procedimentos estabelecidos no Capítulo XVII acima.

Artigo 51 Desde a Primeira Data de Subscrição de Quotas Subordinadas Mezanino até a última Data de Resgate, a Administradora verificará, todo Dia Útil, se a relação, expressa em valores percentuais, entre o valor do Patrimônio Líquido reduzido do valor total das Quotas Seniores, dividido pelo valor total das Quotas Subordinadas Mezanino em circulação ("Razão de Garantia das Quotas Subordinadas") é igual ou superior a 111,57% (cento e onze inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento).

Parágrafo Único Caso a Razão de Garantia das Quotas Subordinadas seja inferior a

111,57% (cento e onze inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento), por 5 (cinco) Dias Úteis consecutivos, deverão ser observados os procedimentos estabelecidos no Capítulo XVII acima.

CAPÍTULO XIX – DESPESAS E ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 52 Constituem Encargos do Fundo, além da Taxa de Administração, as seguintes despesas ("Encargos do Fundo"):

- (a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo;
- (b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no presente Regulamento ou na legislação pertinente;
- (c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos Quotistas;
- (d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- (e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- (f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo, incluindo, mas não se limitando ao valor da condenação, caso o Fundo venha a ser vencido;
- (g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembléia Geral de Quotistas;
- (h) taxas de custódia de ativos do Fundo;
- (i) despesas de registro e contribuição anual devida à bolsa de valores e mercado de balcão organizado, em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação;
- (j) despesas com profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos Quotistas, na forma do inciso I, do Artigo 31, da Instrução CVM 356; e
- (k) despesas com a Agência de Classificação de Risco.

Parágrafo Único As despesas não previstas neste Regulamento como Encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.



CAPÍTULO XX – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 53 O Fundo terá escrituração contábil própria. As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM e serão auditadas anualmente por Empresa de Auditoria registrada na CVM.

Parágrafo 1º Enquanto a CVM não editar as normas referidas no *caput* deste Artigo, aplicam-se ao Fundo as disposições do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, editado pelo BACEN.

Parágrafo 2º O exercício social do Fundo terá duração de 1 (um) ano e terminará em 31 de dezembro de cada ano.

CAPÍTULO XXI - ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 54 Sem prejuízo das demais atribuições previstas neste Regulamento, compete privativamente à Assembléia Geral, observados os respectivos quoruns de deliberação:

- (a) tomar anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- (b) deliberar sobre a substituição da Administradora;
- (c) deliberar sobre a elevação da Taxa de Administração cobrada pela Administradora, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;
- (d) deliberar sobre a incorporação, fusão, cisão ou liquidação do Fundo, observado o procedimento do Capítulo XVII deste Regulamento;
- (e) aprovar qualquer alteração do Regulamento e dos demais Documentos da Operação;
- (f) aprovar a substituição do Custodiante, da Gestora, da Empresa de Auditoria e da Agência de Classificação de Risco;
- (g) aprovar a cobrança de taxas e encargos pela Administradora, de qualquer natureza, que não estejam expressamente previstos neste Regulamento;
- (h) aprovar o aumento das despesas e encargos ordinários do Fundo, inclusive a contratação de prestadores de serviços e assunção de despesas não expressamente previstas neste Regulamento, salvo se o aumento decorrer de exigência legal ou regulamentar; e

- (i) aprovar os procedimentos a serem adotados para o resgate das Quotas do Fundo.

Artigo 55 O Regulamento poderá ser alterado independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento a determinações das autoridades competentes e de normas legais ou regulamentares, incluindo correções e ajustes de caráter não material nas definições e nos parâmetros utilizados no cálculo dos índices estabelecidos neste Regulamento, devendo tal alteração ser providenciada, impreterivelmente, no prazo determinado pelas autoridades competentes.

Artigo 56 A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias corridos de antecedência, quando em primeira convocação, e com 5 (cinco) dias corridos de antecedência, nas demais convocações, e far-se-á por meio de envio de carta, publicação no Periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo ou por meio de correio eletrônico aos Quotistas, dos quais constarão o dia, a hora e o local em que será realizada a Assembléia Geral e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia, sempre acompanhada das informações e dos elementos adicionais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembléia Geral.

Parágrafo 1º A Assembléia Geral poderá ser convocada (i) pela Administradora ou (ii) por Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação.

Parágrafo 2º A Assembléia Geral se instalará em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Quotas Seniores e 51% (cinquenta e um por cento) das Quotas Subordinadas em circulação, e, em segunda convocação, com Quotistas que representem, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Quotas Subordinadas em circulação. Independentemente das formalidades previstas na lei e neste Regulamento, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os Quotistas.

Parágrafo 3º A presidência da Assembléia Geral caberá à Administradora.

Parágrafo 4º Sem prejuízo do disposto no Parágrafo 5º deste Artigo, a Administradora e/ou os Quotistas que detenham, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em circulação poderão convocar representantes do Custodiante, do Auditor Independente, da Gestora, ou quaisquer terceiros, para participar das Assembléias Gerais, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

Parágrafo 5º Independentemente de quem tenha convocado, o representante da Administradora deverá comparecer a todas as Assembléias Gerais e prestar aos Quotistas as informações que lhe forem solicitadas.

Parágrafo 6º Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral deve realizar-se no local da sede da Administradora, e quando for realizada em outro local, os anúncios ou as cartas endereçadas aos condôminos devem indicar, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso pode realizar-se fora da localidade da sede.

Artigo 57 A cada Quota corresponde 1 (um) voto, sendo admitida a representação do Quotista por mandatário legalmente constituído há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede da Administradora no prazo de 2 (dois) Dias Úteis antes da data de realização da Assembléia Geral.

Artigo 58 Ressalvado o disposto nos Parágrafos deste Artigo e observado o previsto na regulamentação aplicável, toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos Quotistas deverá ser aprovada pelos votos favoráveis dos titulares da maioria das Quotas presentes à Assembléia Geral.

Parágrafo 1º Sem prejuízo do disposto no caput deste Artigo, as matérias previstas nos itens (b), (c) e (d) do Artigo 54 acima, serão tomadas em primeira convocação pela maioria das Quotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das Quotas dos presentes.

Parágrafo 2º A alteração das características, vantagens, direitos e obrigações das Quotas Subordinadas dependerão da aprovação dos titulares da totalidade das Quotas Subordinadas em circulação. Além disso, a alteração das seguintes matérias dependerá da aprovação dos titulares das Quotas Subordinadas:

- (a) as matérias previstas nos itens (a) e de (e) a (i) do Artigo 54 Regulamento;
- (b) cobrança de taxas e encargos pela Administradora, de qualquer natureza, que não estejam expressamente previstas neste Regulamento; e
- (c) aumento das despesas e encargos ordinários do Fundo, inclusive a contratação de prestadores de serviços e assunção de despesas não expressamente previstas neste Regulamento, salvo se o aumento decorrer de exigência legal ou regulamentar.

Artigo 59 As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quoruns estabelecidos neste Regulamento, serão existentes, válidas e eficazes perante o Fundo e obrigarão a todos os Quotistas, independentemente de terem comparecido à Assembléia Geral ou do voto proferido na mesma.

Artigo 60 Os Quotistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia a fim de deliberar sobre matéria de seu interesse, observados os procedimentos de convocação, instalação e deliberação previstos neste Regulamento.

Parágrafo Único As decisões da Assembléia Geral devem ser divulgadas aos Quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da sua realização.

CAPÍTULO XXII - PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS

Artigo 61 A Administradora é obrigada a divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, por meio de publicação no Periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo, devendo permanecer à disposição dos condôminos para consulta, na sede e agências da Administradora, de modo a garantir a todos os Quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

Artigo 62 A Administradora deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos Quotistas, em sua sede e dependências, informações sobre: (i) o número de Quotas de propriedade de cada um e o respectivo valor; (ii) a rentabilidade do Fundo, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e (iii) o comportamento das Quotas de FIDCs, dos Ativos Financeiros e demais modalidades operacionais integrantes da carteira do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e realizado. As obrigações aqui estabelecidas não prejudicam e não se confundem com as obrigações de divulgação contidas no Artigo 34, inciso IV da Instrução CVM 356.

Artigo 63 A Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos: (i) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e (ii) de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

Artigo 64 À Administradora cabe divulgar, no mínimo, anualmente: (i) o valor do Patrimônio Líquido do Fundo; (ii) o valor da Quota; (iii) a relação entre o Patrimônio Líquido e o valor das Quotas; (iv) as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil; e (v) as súmulas dos relatórios da Agência de Classificação de Risco contratada pelo Fundo, sem prejuízo das demais obrigações previstas neste Regulamento e na legislação vigente.

Artigo 65 A divulgação das informações previstas neste Regulamento deve ser feita por meio de (i) anúncio publicado, em forma de aviso, no Periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo ou, na sua impossibilidade, em veículo de circulação e alcance equivalente, ou (ii) correio eletrônico e carta enviados aos Quotistas. Qualquer mudança com relação ao Periódico deverá ser precedida de aviso aos Quotistas.

CAPÍTULO XXIII - CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Artigo 66 A Agência de Classificação de Risco será responsável pela elaboração e atribuição de Classificação de Risco às Quotas Seniores e às Quotas Subordinadas. O referido relatório de Classificação de Risco deverá ser atualizado, no mínimo, trimestralmente, e ficar à disposição dos Quotistas na sede e agências da Administradora.

Parágrafo Único Qualquer alteração da Classificação de Risco das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas constitui fato relevante para fins de comunicação aos Quotistas. Dessa forma, havendo o rebaixamento da Classificação de Risco para uma nota inferior à inicialmente obtida, a Administradora comunicará imediatamente tal fato aos Quotistas e enviará, através de correspondência registrada, o material emitido pela Agência de Classificação de Risco com a nova nota e justificativa do rebaixamento.

CAPÍTULO XXIV – DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 67 Todas as disposições contidas neste Regulamento que se caracterizem como obrigação de fazer ou não fazer a serem cumpridas pelo Fundo, deverão ser consideradas, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva da Administradora.

Artigo 68 O presente Regulamento e suas alterações serão levados a registro no Cartório de Registro e Títulos e Documentos localizados na sede da Administradora, em 10 (dez) Dias Úteis contados da deliberação da Assembléia Geral ou da Administradora, e em 30 (trinta) dias quando a alteração advir de exigência legal ou regulamentar.

Artigo 69 As demonstrações financeiras anuais do Fundo serão auditadas por auditor independente registrado na CVM e estarão sujeitas às normas contábeis expedidas pela CVM. Enquanto a CVM não editar tais normas, aplicam-se ao Fundo as disposições do COSIF.

Artigo 70 Por ocasião da auditoria de que trata o Artigo 69 acima, os demonstrativos trimestrais do Fundo serão examinados para, após isso, serem submetidos à apreciação da CVM, nos termos da Instrução CVM 356.

Artigo 71 Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Regulamento.

4º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS
E DOCUMENTOS - FONE: 3015-5100
470.371 02/09/2008
Protocolado - Registrado na Data e
Número Acima, Curitiba - Pr.

W. M. de O.
João Manoel de Oliveira Franco-Titular
Maria Augusta de O. Franco-Substituto
Márcia Alessandra de Souza-Escritora



CUSTAS	
REGISTRO R\$ 31,50 (VRC 300)	
FUNARPEN R\$ 0,50 (VRC 4,76)	
FUNREJUS R\$ 4,50 (VRC 40,95)	
MICROFILME R\$ 0,30 (VRC 2,86)	

Funarpen - Lei 13.228 de 18/07/2001
Selo Digital nº 710352AAAAAC
Controle 33C325

ANEXO I - DEFINIÇÕES

CARTÓRIO OLIVEIRA FRANCO
4.º R.T.D.
ANEXO
470 371
Microfilms N.º

<u>Administradora:</u>	é a PETRA – Personal Trader CTVM S.A.;
<u>Agência de Classificação de Risco:</u>	é a Standard & Poor's Rating Services, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 201, 18º andar, Pinheiros, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.295.585/0001-40, ou sua sucessora, a qualquer título;
<u>Agente Escriturador:</u>	é a PETRA – Personal Trader CTVM S.A., ou seu sucessor a qualquer título;
<u>Alienação das Quotas de FIDC:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 49 deste Regulamento;
<u>Amortização:</u>	é o pagamento, aos Quotistas, de parcela do valor de suas Quotas, sem redução do número total de Quotas em circulação;
<u>Anexos:</u>	são os anexos integrantes deste Regulamento;
<u>Anúncio de Alienação:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 49(a) deste Regulamento;
<u>Artigo:</u>	é cada artigo do Regulamento;
<u>Assembleia Geral:</u>	é a assembleia geral de Quotistas do Fundo, ordinária e extraordinária, realizada nos termos do Capítulo XXI;
<u>Ativos Financeiros:</u>	são os títulos públicos de emissão do Tesouro Nacional e do BACEN, ou os títulos de emissão de Instituições Financeiras Autorizadas, em qualquer dos casos, que sejam remunerados com base na Taxa DI ou na Taxa SELIC, que compõem o Patrimônio Líquido do Fundo;
<u>BACEN:</u>	é o Banco Central do Brasil;
<u>Boletim de Subscrição:</u>	é o instrumento pelo qual os Quotistas subscreverão a quantidade de Quotas indicada no seu Compromisso de Investimento;
<u>Capítulo:</u>	é cada capítulo deste Regulamento;
<u>CDI:</u>	é a Taxa média diária dos depósitos interfinanceiros de um dia (CDI Extra-Grupo), apurada e divulgadas pela CETIP, expressas na forma percentual e calculadas diariamente,

	sob a forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 Dias Úteis;
<u>CETIP:</u>	é o Balcão Organizado de Ativos e Derivativos;
<u>Classificação de Risco:</u>	é a atribuição pela Agência de Classificação de Risco de uma nota em uma escala própria de análise que considera a probabilidade de não pagamento pontual (default) de uma operação estruturada. Essa atribuição decorre de análise que utiliza técnicas quantitativas - como análise de fluxo de caixa e estatística - e elementos qualitativos, como ambiente externo, questões jurídicas e percepções sobre o emissor e seus processos;
<u>Compromisso de Investimento:</u>	é o Instrumento Particular de Subscrição de Quotas e Compromisso de Integralização, por meio do qual os investidores se obrigam a integralizar o valor das Quotas do Fundo que vierem a subscrever;
<u>Comunicação de Renúncia:</u>	é a comunicação a ser enviada aos Quotistas pela Administradora em caso de sua renúncia à sua função;
<u>Conta do Fundo:</u>	é a conta corrente a ser aberta e mantida pelo Fundo junto ao Custodiante, que será utilizada para todas as movimentações de recursos pelo Fundo, inclusive o recebimento da totalidade dos recursos oriundos da amortização e resgate das Quotas de FIDCs e pagamento das Obrigações do Fundo;
<u>Contrato de Colocação:</u>	é o contrato de colocação de quotas de emissão do Fundo, firmado entre a Administradora e o Coordenador Líder, para efetuar a distribuição das Quotas, em regime de melhores esforços;
<u>Contrato de Custódia:</u>	é o contrato de prestação de serviços de custódia qualificada de valores mobiliários e Ativos Financeiros, firmado entre o Custodiante e a Administradora, em nome do Fundo;
<u>Contrato de Gestão:</u>	é o contrato de gestão de carteira de títulos e valores mobiliários, firmado entre a Gestora e a Administradora, em nome do Fundo;
<u>Contrato de Serviços de Auditoria Independente:</u>	é o contrato de prestação de serviços de auditoria, firmado entre a Empresa de Auditoria e a Administradora, em nome do Fundo;
<u>Contrato de Serviços</u>	é o contrato para elaboração de classificação de risco das

<u>de Classificação de Risco:</u>	Quotas do Fundo, firmado entre a Agência de Classificação de Risco e Administradora;
<u>Coordenador Líder:</u>	é o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão;
<u>Coordenador Contratado:</u>	é o Banco JP Morgan S.A.;
<u>Coordenadores da Oferta:</u>	é o Coordenador Líder e o Coordenador Contratado, considerados em conjunto;
<u>Critérios de Elegibilidade:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 7º deste Regulamento;
<u>Custodiante:</u>	é o Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão;
<u>CVM:</u>	é a Comissão de Valores Mobiliários;
<u>Data de Aquisição:</u>	é cada data de aquisição das Quotas de FIDCs;
<u>Data de Emissão:</u>	é a data de emissão das Quotas, conforme indicada no Suplemento;
<u>Data de Pagamento:</u>	é cada data em que o Fundo realize a Amortização das Quotas, ou seja, todo vigésimo quinto dia do mês, durante o Período de Amortização;
<u>Data de Resgate:</u>	é a data em que se dará o resgate integral das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino;
<u>Despesas Incorridas:</u>	é qualquer taxa, encargo, despesa ou provisão incorrida pelo ou registrada no Fundo, que não tenha sido paga;
<u>Dia Útil:</u>	significa segunda a sexta-feira, exceto feriados de âmbito nacional;
<u>Direitos Creditórios:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 5º deste Regulamento;
<u>Diretor Designado:</u>	é o diretor estatutário da Administradora, responsável pela gestão, supervisão, acompanhamento e prestação de informações do Fundo;
<u>Documentos da Operação:</u>	é o Regulamento, o Prospecto, o Termo de Adesão, o Boletim de Subscrição e o Compromisso de Investimento;
<u>Empresa de Auditoria:</u>	é a KPMG, com sede na cidade de São Paulo, Estado de

São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros 33, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29;	
<u>Encargos do Fundo:</u>	tem o significado que lhes é atribuído no Artigo 52 deste Regulamento;
<u>Eventos de Avaliação:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 45 deste Regulamento;
<u>Eventos de Liquidação:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 47 deste Regulamento;
<u>Fundo:</u>	é o Petra Mercantil I – Fundo de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios;
<u>Fundo Garantidor de Crédito:</u>	é o Fundo Garantidor de Créditos - FGC, conforme indicado no artigo 53 da Instrução CVM 356;
<u>FIDCs:</u>	são os fundos de investimento em direitos creditórios, cujas quotas serão adquiridas pelo Fundo, observados os Critérios de Elegibilidade e a política de diversificação e composição da carteira estabelecidos no presente Regulamento;
<u>Gestora:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 26 deste Regulamento;
<u>Instituições Financeiras Autorizadas:</u>	são os bancos: Bradesco, Citibank, Itaú, Itaú BBA, Santander, HSBC, Unibanco, Banco do Brasil, ou qualquer outra instituição financeira que obtenha classificação de risco igual a brAAA em escala nacional, conforme classificação de risco atribuída pela Standard & Poor's;
<u>Instrução CVM 356:</u>	é a instrução normativa nº 356, editada pela CVM, em 17 de dezembro de 2001, e alterações posteriores;
<u>Instrução CVM 409:</u>	é a instrução normativa nº 409, editada pela CVM, em 18 de agosto de 2004, e alterações superiores;
<u>Investidores Qualificados:</u>	são todos os investidores autorizados nos termos da regulamentação em vigor a investir em fundos de investimento em quotas de fundos de investimento em direitos creditórios;
<u>Liquidação Antecipada:</u>	é a situação desencadeada pela ocorrência de qualquer Evento de Liquidação, nos termos do Artigo 47 deste Regulamento, em que a Administradora deverá iniciar os procedimentos para determinar a liquidação do Fundo,

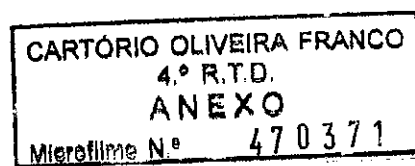
	antes do término do Prazo de Duração;
<u>Média Ponderada das Rentabilidades Alvo:</u>	é a somatória do Valor das Quotas de FIDCs de cada série de Quotas de FIDC integrante da carteira do Fundo, multiplicado pela rentabilidade alvo da respectiva série, dividido pelo montante total do Valor das Quotas de FIDCs integrantes da carteira do Fundo;
<u>Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Seniores:</u>	é a meta de rentabilidade prioritária das Quotas Seniores, apurada mediante o Procedimento de <i>Bookbuilding</i> ;
<u>Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Subordinadas Mezanino:</u>	é a meta de rentabilidade prioritária das Quotas Subordinadas Mezanino, apurada mediante o Procedimento de <i>Bookbuilding</i> ;
<u>Obrigações do Fundo:</u>	são todas as obrigações do Fundo previstas neste Regulamento e nos demais Documentos da Operação, incluindo, mas não se limitando ao pagamento dos Encargos do Fundo, da remuneração e da Amortização, e ao resgate das Quotas;
<u>Patrimônio Líquido:</u>	é o valor dos Recursos Líquidos, acrescido do Valor dos Ativos Financeiros, acrescido do Valor das Quotas de FIDCs, reduzido das Despesas Incorridas e reduzido do Valor Provisionado;
<u>Percentual de Provisão:</u>	é o percentual de provisão a ser aplicado sobre os Ativos Financeiros e as demais modalidades operacionais da carteira do Fundo (antes da dedução de qualquer Valor Provisionado), nos termos do parágrafo 1º do Artigo 44 deste Regulamento;
<u>Periódico:</u>	é o jornal Valor Econômico, utilizado para divulgação das informações relativas ao Fundo;
<u>Período de Investimento:</u>	é o período de 180 (cento e oitenta) dias, contados da Primeira Data de Subscrição, ou até que as Quotas tenham sido totalmente integralizadas e o Valor Total Comprometido tenha sido integralmente utilizado pelo Fundo, dentre os quais, aquele que ocorrer primeiro;
<u>Período de Amortização:</u>	é o período em que o Fundo deverá realizar a Amortização de Quotas, que se inicia no primeiro Dia Útil subsequente ao término do Período de Investimento e termina ao final do Prazo de Duração;
<u>Prazo de Duração:</u>	é o período de 48 (quarenta e oito) meses, contados da Primeira Data de Subscrição, ou até a data em que todas as

	Quotas do Fundo tenham sido integralmente amortizadas e resgatadas, dentre os quais, aquele que ocorrer primeiro;
<u>Preço de Aquisição:</u>	com relação a cada Quota de FIDC, é o valor divulgado pela administradora do FIDC na respectiva Data de Aquisição;
<u>Primeira Data de Integralização:</u>	é a data em que os Quotistas realizarem a primeira integralização de Quotas, nos termos do Compromisso de Investimento;
<u>Primeira Data de Subscrição:</u>	é a primeira data em que os Investidores Qualificados assinarem Boletins de Subscrição de Quotas, relativos ao investimento no Fundo;
<u>Procedimento de Bookbuilding:</u>	é o procedimento de coleta de intenções de investimento, nos termos do Artigo 44 da Instrução CVM 400, para definição da meta de rentabilidade prioritária das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas Mezanino, consideradas em conjunto, emitidas em uma única série, com as características estabelecidas nos Artigos 29 e 30 deste Regulamento;
<u>Quotas de FIDCs:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 2º deste Regulamento;
<u>Quotas Seniores:</u>	são as quotas de classe sênior, emitidas pelo Fundo na forma do Artigo 30 deste Regulamento;
<u>Quotas Subordinadas:</u>	são as Quotas Subordinadas Mezanino e as Quotas Subordinadas Junior, consideradas em conjunto;
<u>Quotas Subordinadas Junior:</u>	são as quotas subordinadas júnior emitidas pelo Fundo, na forma do Artigo 30 deste Regulamento;
<u>Quotas Subordinadas Mezanino:</u>	são as quotas subordinadas mezanino emitidas pelo Fundo, na forma do Artigo 30 deste Regulamento;
<u>Quotistas:</u>	são os titulares das Quotas;
<u>Razão de Garantia das Quotas Seniores:</u>	é a relação entre o valor do Patrimônio Líquido e o valor total das Quotas Seniores do Fundo, verificada todo Dia Útil, nos termos do Artigo 50 deste Regulamento;
<u>Razão de Garantia das Quotas Subordinadas:</u>	é a relação entre o valor do Patrimônio Líquido, reduzido do valor total das Quotas Seniores, dividido pelo valor total das Quotas Subordinadas Mezanino, verificada todo Dia Útil, nos termos do Artigo 51 deste Regulamento;
<u>Recursos Líquidos:</u>	é o somatório dos recursos (i) mantidos em moeda corrente

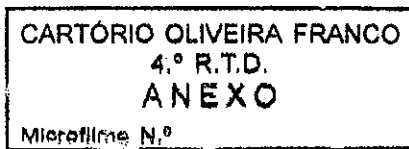
	nacional e (ii) recebidos pelo Fundo decorrentes (a) da integralização de Quotas; e (b) do recebimento de valores de principal, juros e outros valores relativos às Quotas de FIDCs e aos Ativos Financeiros;
<u>Regulamento:</u>	é este Regulamento e suas alterações posteriores;
<u>Reserva de Liquidez:</u>	é a parcela correspondente a 0,715% (setecentos e quinze milésimos por cento) dos recursos depositados na Conta do Fundo em cada data de integralização, que será destinada exclusivamente ao pagamento dos Encargos do Fundo; os eventuais valores constantes da Reserva de Liquidez após o término do Prazo de Duração do Fundo serão distribuídos aos Quotistas, a título de Amortização de suas Quotas, após o pagamento de todos os Encargos do Fundo até então devidos;
<u>Resolução CMN 2.907:</u>	é a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 29 de novembro de 2001;
<u>Taxa de Administração:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 25 deste Regulamento;
<u>Termo de Adesão:</u>	é o documento por meio do qual o Quotista adere ao Regulamento e que deve ser firmado quando de seu ingresso no Fundo;
<u>Tesouro Nacional:</u>	é o órgão responsável pela emissão de títulos da dívida pública federal;
<u>Valor das Quotas de FIDCs:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 44(a) deste Regulamento;
<u>Valor de Amortização das Quotas Seniores:</u>	é o valor correspondente aos recursos disponíveis na Conta do Fundo em cada Data de Pagamento, após o pagamento das obrigações previstas nos itens (a) e (b) do Artigo 40 deste Regulamento;
<u>Valor de Amortização das Quotas Subordinadas Junior:</u>	é o valor correspondente aos recursos disponíveis na Conta do Fundo em cada Data de Pagamento, após o pagamento das obrigações previstas nos itens (a), (b), (c) e (d) do Artigo 40 deste Regulamento;
<u>Valor de Amortização das Quotas Subordinadas Mezanino:</u>	é o valor correspondente aos recursos disponíveis na Conta do Fundo em cada Data de Pagamento, após o pagamento das obrigações previstas nos itens (a), (b) e (c) do Artigo 40 deste Regulamento;

<u>Valor dos Ativos Financeiros:</u>	com relação a cada Ativo Financeiro, é o menor dentre os seguintes valores: (i) valor de mercado do Ativo Financeiro, se houver, calculado pela Gestora; (ii) valor de principal do Ativo Financeiro, acrescido dos juros incidentes sobre o referido Ativo Financeiro; ou (iii) o valor contábil do Ativo Financeiro, calculado de acordo com as disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis;
<u>Valor Comprometido e Integralizado:</u>	em cada data de apuração, é o somatório dos valores já integralizados por todos os Quotistas, nos termos dos Compromissos de Investimento;
<u>Valor da Chamada de Capital:</u>	significa o valor integralizado pelos Quotistas, se existente, de acordo com os termos dos Compromissos de Investimento;
<u>Valor Mínimo de Venda:</u>	tem o significado que lhe é atribuído no Artigo 49 deste Regulamento;
<u>Valor do Montante Total das Quotas Seniores:</u>	é o valor em reais, resultante da multiplicação do Valor Unitário das Quotas Seniores pelo número de Quotas Seniores em circulação;
<u>Valor do Montante Total das Quotas Subordinadas Mezanino:</u>	é o valor em reais, resultante da multiplicação do Valor Unitário das Quotas Subordinadas Mezanino pelo número de Quotas Subordinadas Mezanino em circulação;
<u>Valor Provisionado:</u>	em relação a cada Quota de FIDC adquirida pelo Fundo, é o saldo do respectivo Valor da Quota de FIDC, multiplicado pelo percentual de provisionamento estabelecido segundo as regras e os procedimentos definidos no COSIF – Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional, editado pelo Banco Central do Brasil, verificado todo Dia Útil, nos termos do Artigo 43 deste Regulamento;
<u>Valor Recuperado:</u>	é qualquer recurso recebido pelo Fundo em decorrência do pagamento de amortizações das Quotas de FIDC devidas e não pagas, observado que tais recursos somente devem ser contabilizados pelo Fundo na medida em que tenham sido depositados na Conta do Fundo, verificado todo Dia Útil, nos termos do Artigo 43 deste Regulamento;
<u>Valor Total Comprometido:</u>	é o valor total dos Compromissos de Investimento a ser integralizado pelos Quotistas;
<u>Valor Unitário de Emissão:</u>	é o valor unitário de emissão das Quotas, nos termos do Artigo 30 deste Regulamento;

<u>Valor Unitário da Quota Sênior:</u>	é o valor resultante da fórmula estabelecida no Artigo 36 deste Regulamento;
<u>Valor Unitário da Quota Subordinada Junior:</u>	é o valor resultante da fórmula estabelecida no Artigo 37(b) deste Regulamento;
<u>Valor Unitário da Quota Subordinada Mezanino:</u>	é o valor resultante da fórmula estabelecida no Artigo 37(a) deste Regulamento.



[Handwritten signature]
[Handwritten mark]



ANEXO II – MODELO DO TERMO DE ADESÃO

PETRA MERCANTIL I - FUNDO DE INVESTIMENTO EM QUOTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

Pelo presente Termo de Adesão e para todos os fins de direito, o investidor a seguir assinado, em atendimento ao disposto no artigo 23, parágrafo único da Instrução CVM 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada (“Instrução CVM 356”), expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (a “CVM”) adere, expressamente, aos termos do Regulamento do **PETRA MERCANTIL I - FUNDO DE INVESTIMENTO EM QUOTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS** (“Fundo”), cujo conteúdo declara conhecer e aceitar integralmente.

Exceto se definido de outra forma no presente Termo de Adesão, os termos e expressões aqui utilizados têm os mesmos significados definidos no Anexo I ao Regulamento.

O investidor também declara:

- (a) ser investidor qualificado, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004 e suas posteriores alterações;
- (b) ter recebido cópia do Regulamento e do Prospecto, tendo lido e entendido o inteiro teor do referido documento, bem como conhecer e reconhecer como válidas e obrigatórias as suas normas, aderindo formalmente, neste ato, às suas disposições;
- (c) ter ciência da política de investimento e dos objetivos do Fundo, da Taxa de Administração, e do grau de risco desse tipo de aplicação financeira em função das características de seus ativos, tal como disposto nos Capítulos IV e V (“Objetivo do Fundo e Política de Investimento e de Composição da Carteira” e “Fatores de Riscos”, respectivamente) do Regulamento, e que poderá ocorrer perda total do capital investido no Fundo;
- (d) que a política de investimento do Fundo e os riscos aos quais o Fundo está sujeito estão de acordo com a sua situação financeira, seu perfil de risco e sua estratégia de investimento;
- (e) ter ciência de que o objetivo do Fundo não representa garantia de rentabilidade;
- (f) ter ciência de que as operações do Fundo não contam com a garantia da Administradora, da Gestora, do Custodiante, ou de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos (FGC);

- (g) ter ciência de que, no exercício de suas atividades, a Administradora tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração da carteira de ativos do Fundo, observando o disposto no Regulamento, na legislação vigente, podendo definir como atuar dentro das possibilidades e de mercado;
- (h) autorizar a Administradora a determinar os horários limite para aplicações e resgates, e ter ciência de que a Administradora poderá, a seu exclusivo critério, determinar o fechamento temporário das aplicações em função de condições do mercado financeiro e alterar os valores de movimentação do Fundo;
- (i) que tomou ciência da possibilidade de alteração do Regulamento em decorrência de normas legais ou regulamentares, ou de determinação da CVM, independentemente de realização de assembléia geral, nos termos do artigo 26, parágrafo único, da Instrução CVM 356;
- (j) ter ciência de que o Periódico utilizado para divulgação das informações do Fundo é o jornal Valor Econômico, sendo facultado à Administradora mediante instruções da Gestora, alterar, a qualquer momento, tal Periódico, mediante comunicação prévia aos Quotistas;
- (k) que se responsabiliza pela veracidade das declarações aqui prestadas, bem como por ressarcir a Administradora de quaisquer prejuízos (incluindo perdas e danos) decorrentes de falsidade, inexatidão ou imprecisão dessas declarações;
- (l) estar ciente de que poderá haver necessidade de aportes adicionais de recursos no Fundo na ocorrência de patrimônio líquido negativo;
- (m) ter ciência de que a Administradora, a Gestora e o Custodiante, em hipótese alguma, excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé, serão responsáveis por qualquer depreciação na carteira do Fundo, ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do Fundo e/ou resgate de Quotas;
- (n) ter ciência de que a existência de rentabilidade/performance de outros fundos de investimento em quotas de fundo de investimento em direitos creditórios não representam garantia de resultados futuros do Fundo;
- (o) reconhecer a validade das ordens solicitadas via fac-símile, e-mail e/ou telefone gravadas (ordens verbais), constituindo os referidos documentos e/ou gravação, bem como os registros contábeis realizados pela Administradora prova irrefutável de transmissão dessas ordens, em todos os seus detalhes;
- (p) reconhecer sua inteira e exclusiva responsabilidade sobre as ordens verbais gravadas, via fac-símile e/ou via e-mail, isentando desde já a Administradora de quaisquer responsabilidade, custos, encargos e despesas advindos de reclamações ou litígios de qualquer natureza, relativos ou decorrentes da execução das referidas ordens;
- (q) obrigar-se a manter sua documentação pessoal atualizada, de acordo com as regras vigentes, estando ciente de que a Administradora não poderá realizar o pagamento de

- (r) ter pleno conhecimento das disposições da Lei n.º 9.613/98 e legislação complementar, estando ciente de que as aplicações em quotas de fundos de investimento estão sujeitas a controle do BACEN e da CVM, que podem solicitar informações sobre as movimentações de recursos realizadas pelos quotistas de fundos de investimento;
- (s) obrigar-se a prestar à Administradora quaisquer informações adicionais consideradas relevantes para justificar as movimentações financeiras por ele solicitadas;
- (t) autorizar expressamente a Administradora a fornecer à Gestora cópia de toda sua documentação cadastral, bem como de toda e qualquer informação relativa ao Fundo e às movimentações financeiras por ele solicitadas (aplicações e resgates);
- (u) que os recursos que serão utilizados na integralização das minhas Quotas não serão oriundos de quaisquer práticas que possam ser consideradas como crimes previstos na legislação relativa à política de prevenção e combate à lavagem de dinheiro; e
- (w) em se tratando de Quotas emitidas com amparo de Prospecto, haver lido e entendido o inteiro teor do referido documento.

Denominação social do investidor: [●]
 Nomes e cargos dos representantes legais: [●]
 CNPJ/MF: [●]
 E-mail: [●]

CUSTAS
VRC 300
R\$ 31,50

CARTÓRIO OLIVEIRA FRANCO
4.º R.T.D.
ANEXO
Microfilme N.º 470371

1. _____
Nome:
RG:
C.P.F./MF:

2. _____
Nome:
RG:
C.P.F./MF:

ANEXO III - RELATÓRIO DE MONITORAMENTO

Composição da Carteira do PETRA Mercantil I FIC FIDC em: 1/1

ATIVOS / OBRIGAÇÕES	VALOR	%
QUOTAS DE FIDCs		
Valor das quotas		
Valor em atraso		
PDD		
TOTAL →		
ATIVOS FINANCEIROS - TÍTULOS DE RENDA FIXA		
Títulos Públicos		
Títulos Privados		
TOTAL →		
OUTROS ATIVOS / OBRIGAÇÕES		
Contas a Pagar / Receber →		
Saldo em Tesouraria →		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Quotas Seniores		
Quotas Subordinadas Mezanino		
Quotas Subordinadas Júnior		

Dados Estatísticos da Carteira dos FIDCs em: 1/1

Dados dos Direitos Creditórios da Carteira	
Quantidade de Títulos	
Prazo Médio	
Valor Médio	
Valor Mínimo	
Valor Máximo	

Distribuição do Volume Financeiro e Quantidade				
Faixa - R\$	Quantidade	%	Valor	%
De 0,00 a 5.000,00				
De 5.000,01 a 20.000,00				
De 20.000,01 a 50.000,00				

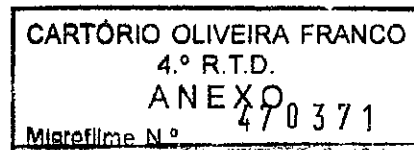
Acima de 50.000,00			
TOTAL→		100	100

Concentrações		
Situação	Valor	%
Cedentes		
Maior Cedente		
5 Maiores Cedentes		
10 Maiores Cedentes		
20 Maiores Cedentes		
Sacados		
Maior Sacado		
5 Maiores Sacados		
10 Maiores Sacados		
20 Maiores Sacados		

Aging List da Carteira de Recebíveis				
Situação	Quantidade	%	Valor	%
A Vencer				
Vencidos de 1 a 30 dias				
Vencidos de 31 a 60 dias				
Vencidos de 61 a 90 dias				
Vencidos de 91 a 120 dias				
Vencidos acima de 120 dias				
TOTAL→		100		100

CUSTAS
VRC 300
R\$ 31,50

CARTÓRIO OLIVEIRA FRANCO
4.º R.T.D.
ANEXO
Microfilme N.º 470371

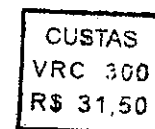


ANEXO IV – MODELO DE SUPLEMENTO ÚNICO – QUOTAS SENIORES

**SUPLEMENTO DE QUOTAS SENIORES DO
PETRA MERCANTIL I - FUNDO DE INVESTIMENTO EM QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM
DIREITOS CREDITÓRIOS
C.N.P.J. nº 09.589.471/0001-51**

As Quotas Seniores do Petra Mercantil I - Fundo de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (o “Fundo”), emitidas nos termos do Regulamento do Fundo, terão as seguintes características:

Quantidade: [•] Quotas Seniores
Data de Emissão: [•] de [•] de 2008
Valor Unitário: R\$1.000,00 (um mil reais) na Data de Emissão
Montante total: R\$[•] ([•] de Reais) na Data de Emissão
Meta de Rentabilidade
Prioritária das Quotas Seniores: [•]



Os termos utilizados e não definidos neste Suplemento têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Regulamento.

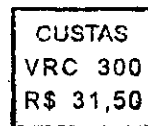
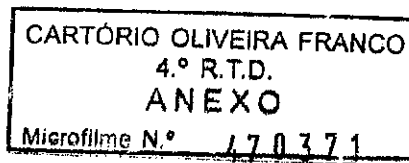
ANEXO V – MODELO DE SUPLEMENTO ÚNICO – QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO

**SUPLEMENTO DE QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO DO
PETRA MERCANTIL I - FUNDO DE INVESTIMENTO EM QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM
DIREITOS CREDITÓRIOS
C.N.P.J. nº 09.589.471/0001-51**

As Quotas Subordinadas Mezanino do Petra Mercantil I - Fundo de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (o "Fundo"), emitidas nos termos do Regulamento do Fundo, terão as seguintes características:

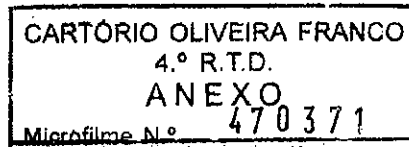
Quantidade:	[•] Quotas Subordinadas Mezanino
Data de Emissão:	[•] de [•] de 2008
Valor Unitário:	R\$1.000,00 (um mil reais) na Data de Emissão
Montante total:	R\$[•] ([•] de Reais) na Data de Emissão
Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Subordinadas Mezanino:	[•]

Os termos utilizados e não definidos neste Suplemento têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Regulamento.



ANEXO II

SUPLEMENTO DAS QUOTAS SENIORES



**SUPLEMENTO DE QUOTAS SENIORES DO
PETRA MERCANTIL I - FUNDO DE INVESTIMENTO EM QUOTAS DE FUNDOS DE
INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
C.N.P.J. nº 09.589.471/0001-51**

As Quotas Seniores do Petra Mercantil I - Fundo de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (o "Fundo"), emitidas nos termos do Regulamento do Fundo, terão as seguintes características:

Quantidade:	122.500 (cento e vinte e duas mil e quinhentas) Quotas Seniores.
Data de Emissão:	01 de setembro de 2008.
Valor Unitário:	R\$1.000,00 (um mil reais) na Data de Emissão.
Montante total:	R\$122.500.000,00 (cento e vinte e dois milhões e quinhentos mil Reais) na Data de Emissão.
Meta de Rentabilidade	
Prioritária das Quotas Seniores:	117% (cento e dezessete por cento) do CDI.

Os termos utilizados e não definidos neste Suplemento têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Regulamento.

ANEXO III

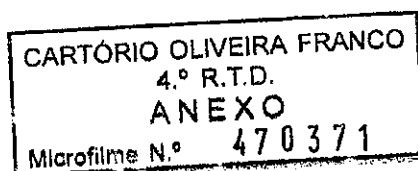
SUPLEMENTO DAS QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO

**SUPLEMENTO DE QUOTAS SUBORDINADAS MEZANINO DO
PETRA MERCANTIL I - FUNDO DE INVESTIMENTO EM QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM
DIREITOS CREDITÓRIOS
C.N.P.J. nº 09.589.471/0001-51**

As Quotas Subordinadas Mezanino do Petra Mercantil I - Fundo de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (o "Fundo"), emitidas nos termos do Regulamento do Fundo, terão as seguintes características:

Quantidade:	15.050 (quinze mil e cinquenta) Quotas Subordinadas Mezanino.
Data de Emissão:	01 de setembro de 2008.
Valor Unitário:	R\$1.000,00 (um mil reais) na Data de Emissão.
Montante total:	R\$15.050.000,00 (quinze milhões e cinquenta mil) na Data de Emissão.
Meta de Rentabilidade Prioritária das Quotas Subordinadas Mezanino:	135% (cento e trinta e cinco por cento) do CDI.

Os termos utilizados e não definidos neste Suplemento têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Regulamento.



22.01.2009
CARTÓRIO OLIVEIRA FRANCO
4.º R.T.D.
ANEXO
Microfilme N.º 470371
R\$ 31,50

A handwritten signature and the letter "M" are visible at the bottom right of the page.

ANEXO IV

RELATÓRIO PRELIMINAR DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO



Data de Publicação: 17 de junho de 2008
Relatório de Rating Preliminar

Petra Mercantil I - Fundo de Investimento em Quotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

Analistas de Crédito: Jean-Pierre Cote Gil, São Paulo (55) 11 3039-9743, jp_gil@standardandpoors.com; Leandro de Albuquerque, São Paulo (55) 11-3039-9729, leandro_albuquerque@standardandpoors.com

Fundo de Investimento em Quotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FICFIDC)

Este relatório baseia-se em informações obtidas até 17 de junho de 2008. Os ratings atribuídos são preliminares. Este relatório não constitui uma recomendação para compra, venda ou retenção de quaisquer títulos. Quaisquer informações subsequentes poderão resultar na atribuição de ratings diferentes dos preliminares.

Instrumento	Rating Preliminar*	Montante Preliminar (em R\$ Milhões)	Suporte de Crédito	Vencimento Final Legal**
Cotas Seniores	'brAAAF' preliminar	122,5	Subordinação de 12,5%	Junho de 2012
Cotas Subordinadas Mezanino	'brA' preliminar	15,06	Subordinação de 1,76%	Junho de 2012
Cotas Subordinadas	'brBBB' preliminar	2,45	Não Aplicável	Junho de 2012

* O rating atribuído a cada uma das classes de cotas do Fundo e seus montantes são preliminares a partir de 17 de junho de 2008 e estão sujeitos a alterações a qualquer momento. Um rating final deverá ser atribuído na data de fechamento do Fundo, condicionado à aprovação legal e à avaliação satisfatória de sua documentação. Os ratings da Standard & Poor's avaliam a expectativa de pagamento pontual do rendimento alvo e do principal investidos nas cotas do Fundo.

** Como o veículo é um fundo, não há promessa de resgate de cotas no período de tempo especificado.

Perfil

Emissor: Petra Mercantil I – Fundo de Investimento em Quotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Petra FICFIDC)

Data prevista para o fechamento: 6 de agosto de 2008

Garantia subjacente: Cotas de quatro Fundos de Investimento em Direitos creditórios (FIDCs) lastreadas por recebíveis comerciais de curto prazo, originados por quatro empresas de factoring brasileiras, além de caixa e outros investimentos específicos.

Administrador: Petra – Personal Trader CTVM S.A.

Custodiante: Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão

Distribuidor: Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão

Fundamentos

A Standard & Poor's atribuiu o rating preliminar 'brAAAF', em sua Escala Nacional Brasil, às cotas seniores a serem emitidas pelo Petra Mercantil I – Fundo de Investimento em Quotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Petra FICFIDC), o rating preliminar 'brA' às cotas subordinadas mezanino e o rating preliminar 'brBBB' às cotas subordinadas juniores. A garantia subjacente do Petra FICFIDC será constituída por cotas de quatro fundos de direitos creditórios (FIDCs) diferentes lastreadas em recebíveis comerciais de curto prazo, originados por quatro empresas de factoring, além de caixa e outros investimentos específicos.

Os ratings preliminares atribuído às três classes de cotas do Petra FICFIDC na Escala Nacional Brasil de classificação de fundos expressa a qualidade geral de crédito do Fundo, com base no histórico de inadimplência e de transição de ratings da Standard & Poor's. O rating preliminar 'brAAAF' atribuído às cotas seniores do Fundo indicam que a estrutura, os mecanismos de reforço

de qualidade de crédito, bem como a qualidade dos ativos que servem de lastro a essas cotas fornecem proteção EXTREMAMENTE FORTE contra perdas advindas de inadimplência, baseado em diferentes cenários de estresse.

O rating preliminar 'brA' atribuído às cotas subordinadas mezanino do Fundo indicam que a estrutura, os mecanismos de reforço de qualidade de crédito, bem como a qualidade dos ativos que servem de lastro a essas cotas fornecem FORTE proteção contra perdas advindas de inadimplência, baseado em diferentes cenários de estresse.

O rating 'brBBBf' atribuído às cotas subordinadas juniores indica que a estrutura, os mecanismos de reforço de qualidade de crédito, bem como a qualidade dos ativos que servem de lastro a essas cotas fornecem proteção ADEQUADA contra perdas advindas de inadimplência, baseado em diferentes cenários de estresse.

Os mecanismos de reforço de qualidade de crédito adotados pelo Fundo incluem a subordinação de cotas (no mínimo de 12,5% disponíveis para as cotas seniores, e mínimo de 1,75% para as cotas subordinadas mezanino) e spread excedente (*excess spread*) mínimo proporcionado pela remuneração alvo dos ativos subjacentes (remuneração média ponderada dos ativos equivalente a, no mínimo, 124% do CDI).

O Petra FICFIDC terá três classes de cotas: seniores, subordinadas mezanino e subordinadas juniores, emitidas em série única, e seu prazo final legal será de 48 meses. A amortização das cotas do Fundo será sequencial e se iniciará a partir da amortização das cotas subjacentes adquiridas pelo Fundo (que espera-se que ocorra somente após 30 meses contados a partir da data de início do Fundo, uma vez que os ativos elegíveis terão um período de carência de 30 meses para o início de sua amortização). A emissão das cotas será vendida no Brasil a investidores qualificados, incluindo empresas, clientes de *private banking*, fundos de pensão, seguradoras e outros fundos de investimento.

Comparados aos títulos de renda fixa, os fundos de investimento não prometem pagamentos específicos de juros ou de principal aos investidores (cotistas do fundo). Portanto, cada cotista espera receber apenas um retorno previsto sobre o investimento com base no desempenho e nas características do Fundo. Entretanto, a análise da Standard & Poor's leva em consideração a premissa de pagamento total de principal e de juros remuneratórios das cotas seniores do Fundo, com base em diferentes cenários de estresse.

O rating de qualidade de crédito atribuído a um fundo avalia o nível de proteção contra perdas decorrentes de inadimplência dos títulos em sua carteira. Os ratings de qualidade de crédito, que variam de 'brAAAF' (nível mais elevado de proteção) a 'brCCCF' (nível mais baixo de proteção), baseiam-se na análise de fatores como a qualidade geral de crédito da carteira; os riscos relacionados às taxas de juros, à qualidade de crédito, à liquidez e à concentração, bem como ao risco cambial apresentados pelo fundo.

A Escala Nacional Brasil da Standard & Poor's é aplicada a emissores, seguradoras, contrapartes, intermediários e investidores que operam nos mercados financeiros brasileiros. Seus ratings de crédito e de emissão podem ser atribuídos a um emissor ou a um instrumento de crédito específico, respectivamente. Os ratings de crédito da Escala Nacional Brasil utilizam os símbolos globais de rating da Standard & Poor's que, no entanto, são precedidos pelo prefixo 'br', indicando 'Brasil'. A Escala Nacional Brasil da Standard & Poor's apresenta uma estrutura exclusiva, desenvolvida para atender as necessidades dos mercados financeiros brasileiros e, portanto, não pode ser diretamente comparada com a escala global da Standard & Poor's ou com qualquer outra de suas escalas nacionais ou àquelas de suas coligadas. Além disso, a Standard & Poor's atribui ratings de qualidade de crédito e de volatilidade a fundos de renda fixa e a outros tipos de carteiras de ativos de renda fixa.

Principais Pontos Fortes, Fragilidades e Fatores Atenuantes

Pontos Fortes

- O reforço da qualidade de crédito fornecido pela subordinação de cotas fornecida aos detentores de cotas seniores e subordinados mezanino do Fundo;
- A qualidade de crédito geral dos ativos subjacentes;
- A estrutura de fluxo de caixa da transação, a qual foi submetida a vários cenários de estresse determinado pela Standard & Poor's;
- O nível de experiência do administrador do Fundo;
- Certo nível de diversificação dos ativos subjacentes do Fundo, em linha com os ratings propostos;
- A estrutura legal da transação, que oferece proteção adequada aos cotistas e que garantem a venda perfeita e acabada dos ativos-lastro ao Fundo.

Fragilidades e Fatores Atenuantes

- A principal fragilidade observada na análise de crédito da estrutura é que, durante a vida do Fundo, poderá haver variações na qualidade de crédito do conjunto de ativos subjacentes. Esse risco é atenuado pelo fato de os ativos subjacentes serem compostos por classes de cotas seniores e mezanino de Fundos lastreados por ativos existentes (ABS), e avaliadas pela Standard & Poor's em nível de rating 'brBBBf' ou superior.

Descrição do Petra FICFIDC

O emissor, Petra FICFIDC, será um veículo de propósito específico que será incorporado antes do fechamento do Fundo, como um fundo de investimento isento de acordo com as leis brasileiras. O único propósito do emissor é adquirir a carteira, emitir as cotas, preparar os documentos da transação e participar de outras transações relacionadas.

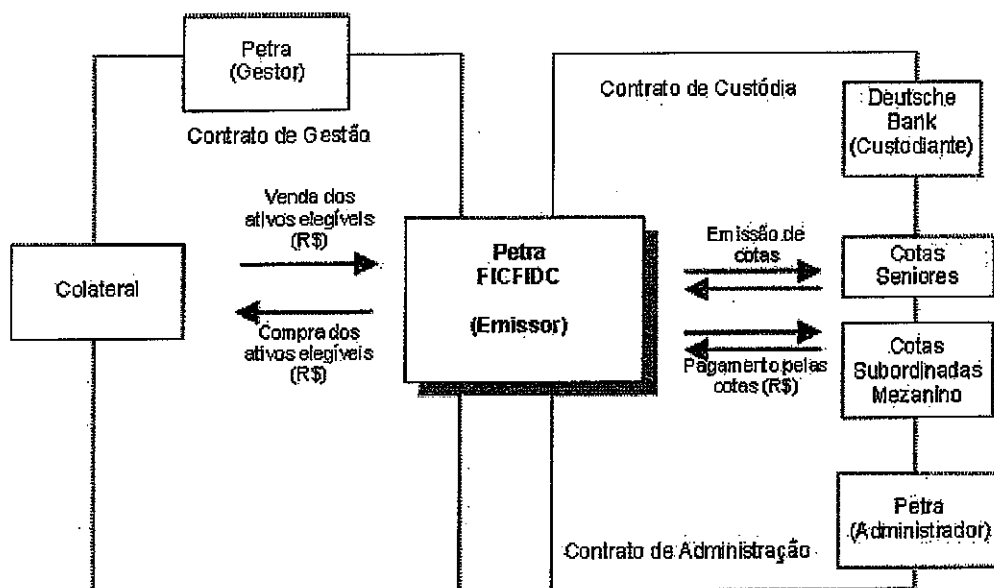
O Petra FICFIDC será um condomínio fechado cujo objetivo é adquirir cotas seniores e mezanino de quatro fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs) diferentes — ativos almejados. A garantia subjacente é composta por transações existentes ou que serão subscritas durante o período de investimento do Petra FICFIDC (180 dias após seu início). A garantia subjacente será composta por FIDCs lastreados por recebíveis comerciais de curto prazo. Todas as transações foram ou serão estruturadas pela Petra – Personal Trader CTVM S.A. (Petra).

O Petra FICFIDC emitirá três classes de cotas: seniores, subordinadas mezanino e subordinadas juniores. O Fundo terá um prazo de duração legal de 48 meses e uma única série de cotas. A amortização de suas cotas será sequencial, iniciando-se a partir da amortização das cotas subjacentes adquiridas pelo Fundo (que espera-se que ocorra somente após 30 meses contados a partir da data de início do Fundo, uma vez que os ativos elegíveis terão um período de carência de 30 meses para o início de sua amortização). A emissão das cotas será vendida no Brasil a investidores qualificados, incluindo empresas, clientes de *private banking*, fundos de pensão, seguradoras e outros fundos de investimento.

Com o objetivo de atenuar os riscos de carregamento negativo durante o período de investimento do Petra FICFIDC, será realizada uma chamada de capital para cada uma das quatro aquisições de cotas seniores programadas. Por outro lado, espera-se que as cotas subordinadas mezanino sejam subscritas após o início do Fundo. Embora o Petra FICFIDC não se comprometa com a aquisição dos ativos almejados, espera-se que o Fundo adquira a carteira alvo em conformidade com os critérios de elegibilidade da operação.

O Petra FICFIDC não será revolvante. À medida que os ativos subjacentes do Fundo forem amortizados, todos os recursos obtidos como resultado serão utilizados de acordo com suas prioridades de pagamento (descritas abaixo).

Gráfico 1 – Descrição da Estrutura



Descrição da Cotas

O Petra FICFIDC emitirá "cotas" (definidas como cotas do próprio Fundo) em reais, que, por sua vez, serão lastreadas por: (a) cotas de FIDCs elegíveis (mais detalhes na seção de Critério de Elegibilidade) e/ou (b) outros investimentos aprovados e caixa. O rendimento e o valor de face das cotas poderão ser pagos por meio do fluxo de caixa originado pela amortização dos ativos subjacentes.

O reforço da qualidade de crédito da estrutura subjacente é fornecido por meio da subordinação de cotas e do *spread* excedente. O nível de subordinação mínima será estabelecido em 12,5% para as cotas seniores e em 1,75% para as cotas subordinadas mezanino. A estrutura também se beneficiará de um *spread* excedente mínimo equivalente à diferença entre o rendimento médio ponderado mínimo dos ativos do Fundo (124% da Taxa DI-over) e a remuneração alvo das cotas seniores (de 117% da Taxa DI-over) e das cotas subordinadas mezanino (de 135% da Taxa DI-over), resultando em um *spread* excedente inicial de aproximadamente 0,8% ao ano (com base na Taxa DI-over atual de 12,25% a.a.).

Descrição dos Pagamentos das Cotas: Componentes de Rendimento e Valor de Face

O valor das cotas será calculado diariamente.

Componente de Rendimento:

Ao contrário do que acontece com instrumentos de dívida, um fundo não promete aos seus investidores (cotistas) o pagamento de principal ou de juros em nenhuma data específica. No caso do Petra FICFIDC, os cotistas esperam somente receber uma remuneração alvo, que é apenas um objetivo e não uma promessa. Conseqüentemente, o Fundo buscará oferecer uma remuneração alvo aos cotistas seniores equivalente a 117% da Taxa DI Over (atualmente em 12,25% x 117% = 14,33% a.a. de rendimento alvo inicial total). O Fundo também buscará oferecer um retorno total aos detentores das cotas subordinadas mezanino de 135% da Taxa DI over (16,54% a.a. de retorno inicial almejado).

As cotas subordinadas juniores não terão uma remuneração alvo específica, embora se beneficiem de qualquer *spread* excedente disponível.

Componente do Valor de Face:

As cotas seniores serão amortizadas mensalmente por meio de uma estrutura de amortização turbo que irá refletir o cronograma de amortização dos ativos-lastro (não mais que 48 meses – o prazo de vencimento legal do Fundo)

As cotas subordinadas mezanino somente serão amortizadas após as cotas seniores, enquanto as cotas subordinadas juniores só serão amortizadas após as cotas seniores e as cotas subordinadas mezanino.

Prioridade de Pagamentos do Petra FICFIDC

- 1) Despesas do Fundo
- 2) Aquisição de ativos elegíveis (apenas durante o período de investimento de 180 dias);
- 3) Amortização do principal das cotas seniores (durante o período de amortização);
- 4) Amortização do principal das cotas subordinadas mezanino após a amortização das cotas seniores;
- 5) Amortização do principal das cotas subordinadas juniores e das cotas subordinadas mezanino.

Reserva de Liquidez

O Petra FICFIDC manterá uma reserva de caixa de R\$ 1 milhão que será constituída na data de fechamento da operação para cobrir as despesas estimadas do Fundo por um período de três anos.

Eventos de Avaliação e Amortização Antecipada

Eventos de Avaliação

Na ocorrência de um evento de avaliação, o Fundo será obrigado a realizar uma assembléia geral de cotistas para deliberar sobre os procedimentos a serem tomados, inclusive sobre a eventual amortização antecipada do Fundo.

Os eventos de avaliação mais relevantes são:

- Inobservância dos níveis mínimos de subordinação para as cotas seniores ou subordinadas mezanino;
- O não pagamento das amortizações programadas de quaisquer transações de FIDC subjacentes;
- Caso o administrador do Fundo, o gestor ou o custodiante do Fundo não cumpram suas obrigações como estabelecido nos documentos da transação;
- Caso a Taxa Diária Over aumente em 30% em um único dia;
- Caso os ativos subjacentes sejam liquidados;
- Caso os ratings dos ativos subjacentes sejam rebaixados.

Eventos de Amortização Antecipada

Na ocorrência de um evento de amortização antecipada o Fundo será obrigado a convocar uma Assembléia Geral de Cotistas para que eles possam decidir se os procedimentos para liquidação antecipada deverão ou não ser adotados.

Os eventos de amortização antecipada mais relevantes são:

- Caso qualquer evento de avaliação seja considerado um evento de liquidação de acordo com os cotistas do Fundo;
- Qualquer violação da política de investimento do Fundo;
- Caso o valor do patrimônio líquido do Fundo torne-se igual ou inferior ao montante total das cotas seniores em aberto.

Características do Colateral

A Standard & Poor's desenvolveu uma série de parâmetros estatísticos para descrever as principais características da carteira de ativos subjacentes em uma transação de FICFIDC. Após a data de fechamento do Fundo, esses parâmetros descrevem as características reais da carteira, incluindo o caixa não investido e os títulos inadimplentes. Antes da data efetiva, os parâmetros estatísticos baseiam-se em uma carteira hipotética equivalente ao total esperado.

A transação é estática e seus ativos subjacentes estarão totalmente adquiridos até seu fechamento (180 dias a partir da data de início do Fundo). Espera-se que a carteira de ativos do Fundo consista de quatro transações (FIDCs) lastreados em recebíveis comerciais performados, denominados em reais, com as seguintes características:

Tabela 1 – Características Esperadas do Pool de Garantias

Transação	Montante (em R\$ Milhões)	Ratings dos Ativos Subjacentes		Concentração por Transação	
	Cotas Seniores	Cotas mezanino	Cotas Seniores	Cotas Mezanino	
FIDC 1	18	6	brAAf	brBBBf	17,3%
FIDC 2	40	N.A.	brAAf	N.A.	28,8%
FIDC 3	39	11	brAAf	brBBBf	36,0%
FIDC 4	25	N.A.	brAAf	N.A.	18,0%
Total	122	17			100,0%
% de garantia	87,8%	12,2%			
N.A. Não Aplicável					

Crítérios de Elegibilidade

Para tornar-se elegível à aquisição pelo Petra FICFIDC, o ativo alvo deve obedecer aos seguintes critérios (validados pelo custodiante do Fundo):

- Deve ser aprovado pelo Administrador do Fundo;
- Deve ser denominado em reais;
- Deve ter um rendimento alvo atrelado à Taxa DI over equivalente a, no mínimo, 121% da Taxa DI-over;
- Seu rating pela Standard & Poor's deve ter atingido o nível mínimo de brBBBf;
- Deve ter sido colocado no mercado por período inferior a 180 dias;
- Deve ter um período máximo de amortização de 42 meses a partir da data de sua emissão;
- Deve estar relacionado a uma transação cuja política de investimento afirme claramente que a maior parte de seu NAV será investido em direitos creditórios;
- Deve ser um fundo administrado pela Personal Trader CTVM S.A.
- Não poder estar inadimplente;
- Não poderá apresentar nenhuma pendência, tampouco estar sujeito a nenhum evento de avaliação ou liquidação.

Condições de Cessão

Para ser atribuído ao Fundo, o ativo alvo deverá obedecer às seguintes condições de cessão (validadas pelo gestor do Fundo):

- Deverá respeitar o limite de concentração do Fundo que é de 36% por transação (exposição total para qualquer FIDC);
- Pelo menos 87% dos ativos devem ser investidos em tranches com rating 'brAAf' ou superior da Standard & Poor's;
- A média ponderada de rendimento da carteira de ativos deve ser igual ou superior a 124% da Taxa DI-over;
- O rendimento dos ativos deverá ser sempre maior que o rendimento médio das obrigações

do FICFIDC (cotas seniores e subordinadas mezanino).

Análise de Crédito

A análise de crédito da Petra FICFIDC foi realizada de acordo com a seguinte metodologia:

- Análise e revisão da política de investimentos e critérios de elegibilidade do Fundo;
- Avaliação dos níveis de reforço de qualidade de crédito, utilizando-se o modelo de risco de crédito proprietário da Standard & Poor's CDO Evaluator^{TM*}, com base nas características da carteira de ativos teórica da transação, o qual forneceu as probabilidades de inadimplência e perdas para a carteira teórica;
- Utilização de um outro modelo financeiro para realização da análise de fluxo de caixa da transação, aplicando-se as estimativas de perdas derivadas do CDO Evaluator e as características estruturais da transação;
- Construção dos cenários de estresse de fluxo de caixa ^{*2} apropriados para o nível de rating atribuído com base em diferentes estimativas de probabilidade e frequência de inadimplência, entre outros fatores.
- Comparação entre o índice de perda esperada e ponto de equilíbrio de perda da carteira (*breakeven*).

* Modelo de análise proprietário da Standard & Poor's para a atribuição e o acompanhamento de ratings de operações CDO (*collateralized debt obligations*). O modelo utiliza a simulação estatística de Monte Carlo para avaliar a qualidade de crédito de uma carteira de ativos para diferentes classes de cotas avaliadas. O modelo leva em conta a avaliação de rating dos ativos, o tamanho e o prazo de cada ativo, em conjunto com a correlação entre cada par de ativos. A qualidade de crédito da carteira é apresentada em função da distribuição de probabilidades em relação a cenários distintos de inadimplência. Por meio desta distribuição de probabilidades, o CDO Evaluator deriva uma série de cenários de taxas de inadimplência, cada qual identificando o nível mínimo de inadimplência da carteira que cada classe de cotas deve ser capaz de suportar de acordo com o nível de rating almejado para tal classe de cotas. Os cenários de estresse são definidos de acordo com o rating alvo: ao avaliar quais cenários de estresse uma transação deve ser capaz de suportar, o volume de inadimplência se eleva e o volume de recuperação de crédito diminui progressivamente quanto mais elevado for o rating.

^{*2} O modelo de fluxo de caixa avalia o montante de perdas líquidas (inadimplência dos FIDCs subjacentes ajustados pelo índice de recuperação) que uma série de obrigações com rating podem suportar e ainda manter os pagamentos de juros e principal programados aos investidores;

Tabela 2 – Resultados de Perdas Esperadas do CDO Evaluator,

Rating	Cenário de Índice de Perda - CDO Evaluator
brAAAF	11,89%
brA1	0,53%
brBBBf	0,00%

Recuperações

A Standard & Poor's atribui taxas de recuperação pós-inadimplência (*post-default*) para ativos de operações estruturadas em FICFIDCs, primeiramente levando-se em consideração o ratings do ativo e se este constitui a tranche mais sênior da emissão. As taxas de recuperação pós-inadimplência das tranches são estimadas e niveladas com base no rating da classe de cotas do FICFIDC. Esta abordagem leva em consideração o fato de a fonte do fluxo de caixa das operações estruturadas ser limitada por uma carteira de ativos e por instrumentos de *hedge* definidos, bem como pelo fato de que cada classe de ativos é paga de acordo com uma seqüência determinada.

No pagamento seqüencial e nas estruturas de suporte de subordinação de crédito, que são típicas, em grande parte, nos produtos de operações estruturadas, as perdas oriundas da deterioração da carteira de ativos afetam as obrigações de maneira seqüencial, a partir das classes de ativos sem cotas, seguidas pelas classes com ratings mais baixos e, finalmente, atingindo as classes com ratings mais e. Dependendo do nível de deterioração cumulativa da carteira de ativos, haverá um impacto mais pronunciado nas obrigações que ocupam os lugares mais inferiores na estrutura de capital. Ao utilizar o rating de um ativo como *proxy* de seu posicionamento na estrutura de capital, os ativos com ratings mais elevados possuem estimativas de taxa de recuperação também mais

elevadas. O mesmo se aplica a operações estruturadas com pagamento pro-rata, nas quais as perdas são alocadas de baixo para cima na estrutura de capital, sendo que a tranche sênior recebe uma porcentagem maior da distribuição e as classes subordinadas são baixadas.

As taxas de recuperação atribuídas aos ativos são também niveladas com base no ratings das obrigações do FICFIDC, pois a Standard & Poor's acredita que o desempenho da carteira de ativos se deteriora a medida que o ambiente econômico geral é exposto a condições de estresse mais intensas. Os ratings atribuídos às obrigações refletem a capacidade de suportar condições de estresse cada vez mais intensas. Uma tranche que recebe o rating 'brBB' é menos propensa à recuperação frente a um cenário 'brAAA' do que em um cenário de estresse 'brBBB'. Por esta razão, atribui-se uma premissa de recuperação mais baixa a um ativo de obrigações com ratings mais elevados do que a ativos de obrigações com ratings inferiores.

Em razão do limitado histórico de recuperação de transações lastreadas por ativos no Brasil, a Standard & Poor's adaptou sua metodologia global para determinar as premissas para as taxas de recuperação para os ativos subjacentes da operação proposta. Essas premissas levam em consideração a relação entre o ativo classificado e a obrigação, a natureza de curto prazo dos ativos que dão lastro aos ativos subjacentes dos FIDCs (recebíveis comerciais de curto prazo), e o posicionamento de cada classe de cotas a serem adquiridas em relação à estrutura de capital das transações subjacentes:

Table 3 – Premissas de Recuperação do Petra FICFIDC

Tipo de Ativo / Rating	Rating da Obrigação		
	brAAAF	brAf	brBBBf
Cotas Seniores / brAAAF	70%	85%	90%
Cotas Juniores / brBBBf	30%	40%	50%

Análise do Cenário de Fluxo de Caixa

Tabela 4 – Cotas Seniores

	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Perdas Esperadas	11,89%	11,89%	11,89%
Distribuição das Perdas	Equilibrada durante os meses 42%/33%/25% durante os meses 50%/33%/17% durante os meses		
Caixa Excedente (R\$)	2.357.185	1.942.641	1.528.117
Ponto de Equilíbrio	12,97%	12,76%	12,57%

Tabela 5 – Cotas Subordinadas Mezanino

	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Perdas Esperadas	0,53%	0,53%	0,53%
Distribuição das Perdas	Equilibrada durante os meses 42%/33%/25% durante os meses 50%/33%/17% durante os meses		
Caixa Excedente (R\$)	1.472.804	1.454.326	1.435.849
Ponto de Equilíbrio	1,20%	1,18%	1,17%

Tabela 6 – Cotas Subordinadas Juniores

	Cenário 1
Perdas Esperadas	0.00%
Caixa Excedente (R\$)	2.066.476
Ponto de Equilíbrio	1.00%
Distribuição das Perdas	100% no mês #31

Análise de Sensibilidade

Taxa de Juros

As obrigações e os ativos do Petra FICFIDC serão atrelados ao CDI, o qual atenua significativamente o risco de descasamento da taxa de juros. A análise de fluxo de caixa realizada pela Standard & Poor's utiliza diferentes cenários de estresse de taxas de juros para testar o impacto de diferentes cenários de taxas de juros sobre a capacidade da estrutura de pagamento de juros e principal das obrigações.

Pré-pagamento/ Liquidação antecipada dos ativos subjacentes

Este risco será parcialmente mitigado pela estrutura turbo da transação, que exigirá que todas as fontes de caixa disponíveis sejam utilizadas para amortizar as cotas em aberto do Fundo, de acordo com as prioridades de pagamento. Portanto, uma possível liquidação antecipada do Fundo levaria à amortização antecipada das cotas em aberto do Petra FICFIDC, o que já foi incorporado nos documentos que regem a transação.

Servicing / Fungibilidade

A administração da transação será realizada por entidades independentes dos originadores do Petra FICFIDC. Embora existam riscos de fungibilidade no nível dos ativos subjacentes, todos os FIDCs subjacentes incorporarão as reservas de fungibilidade mensuradas apropriadamente de forma a atenuar este risco.

Publicado pela Standard & Poor's, uma Divisão da The McGraw-Hill Companies, Inc. Escritórios Executivos: 1221 Avenue of the Americas, Nova York, NY 10020. Escritório Editorial: 55 Water Street, Nova York, NY 10041. Atendimento ao Assinante: (1) 212-438-7280. Copyright 2008 pela The McGraw-Hill Companies, Inc.

A reprodução total ou parcial deste documento é expressamente proibida exceto mediante autorização prévia. Todos os direitos reservados. Todas as informações foram obtidas pela Standard & Poor's de fontes que ela considera confiáveis. Entretanto, em função da possibilidade de erro humano ou mecânico por parte da Standard & Poor's ou de suas fontes ou de outros, a Standard & Poor's não garante a precisão, a adequação ou a completude de quaisquer informações e não se responsabiliza por quaisquer erros ou omissões ou por quaisquer resultados obtidos ao se utilizar tais informações. Os ratings representam uma opinião, não a declaração de fatos ou uma recomendação para comprar, vender ou manter qualquer título ou valor mobiliário.

Os serviços analíticos oferecidos pela Standard & Poor's Ratings Services ("Divisão de Ratings") resultam de atividades separadas destinadas a preservar a independência e objetividade das opiniões nas quais se baseiam os ratings. Os ratings são opiniões, não sendo, portanto, declarações de fatos, nem recomendações de compra, manutenção ou venda de nenhum título. Os ratings baseiam-se em informações recebidas pela Divisão de Ratings Services. Outras divisões da Standard & Poor's podem possuir informações não disponíveis à Divisão de Ratings Services. A Standard & Poor's estabeleceu políticas e procedimentos cujo objetivo é manter a confidencialidade de informações não públicas recebidas ao longo do processo de atribuição de ratings. A Divisão de Ratings Services é remunerada pela atribuição de ratings. Tal compensação é normalmente paga ou pelo emissor dos títulos avaliados ou por terceiros que participam da negociação de tais títulos. Embora a Standard & Poor's se reserve o direito de disseminar os ratings por ela atribuídos, esta não recebe remuneração por fazê-lo, exceto pelas assinaturas de suas publicações. Quaisquer informações adicionais sobre as tarifas cobradas pela atribuição de ratings por parte da Divisão de Ratings Services estão disponíveis em www.standardandpoors.com/usratingsfees.

The McGraw-Hill Companies

ANEXO V

DECLARAÇÃO DA ADMINISTRADORA



DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ART. 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

PETRA - PERSONAL TRADER CTVM S.A., sociedade devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários a administrar fundos de investimento e gerir carteiras de valores mobiliários, com sede na Rua Pasteur, nº 463, 11º andar, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.317.692/0001-94, neste ato representado na pessoa de seu diretor, o Sr. Edilberto Pereira, na qualidade de administradora ("Administradora") do **PETRA MERCANTIL I - FUNDO DE INVESTIMENTOS EM QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS** ("Fundo") no âmbito da distribuição pública de quotas de emissão do Fundo ("Quotas" e "Oferta" respectivamente), exclusivamente para fins do processo de registro da Oferta na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), declara, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, e com base nas informações do Fundo: (a) que o prospecto (i) contém as informações relevantes, necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Quotas, do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira, e quaisquer outras informações relevantes; e (ii) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes; e (b) que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que as informações prestadas pelo Fundo no prospecto sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes.

Curitiba, 16 de junho de 2008.



PETRA - PERSONAL TRADER CTVM S.A.

ANEXO VI

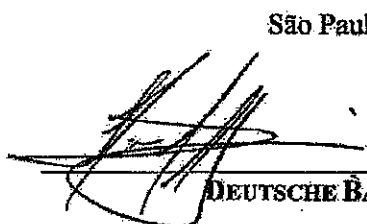
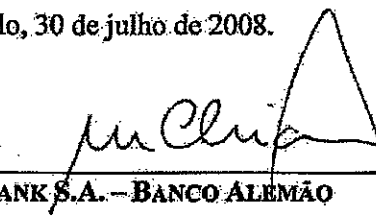
DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER,

PARA FINS DO ART. 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03

DEUTSCHE BANK S.A. – BANCO ALEMÃO, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 13º, 14º e 15º andares, CEP 04538-132, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.331.228/0001-11, neste ato representado por seus diretores estatutários, os Srs. Marcello Peccinini De Chiaro e Luís Flávio Muzzi Mendes, na qualidade de coordenador líder da distribuição pública (a “Oferta”) de quotas de série única de emissão do PETRA MERCANTIL I - FUNDO DE INVESTIMENTOS EM QUOTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS (“Fundo”), exclusivamente para fins do processo de registro da Oferta na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), nos termos do Artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que: (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que as informações relativas ao Fundo prestadas pela Administradora por ocasião do registro da Oferta, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, e (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e que venham a integrar o Prospecto da Oferta, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (iii) o Prospecto da Oferta foi elaborado de acordo com as normas pertinentes.

São Paulo, 30 de julho de 2008.

 
DEUTSCHE BANK S.A. – BANCO ALEMÃO



ADMINISTRADORA

PETRA – PERSONAL TRADER CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Rua Pasteur 463, 11 andar
Curitiba, PR

GESTORA

PETRA – PERSONAL TRADER ADMINISTRAÇÃO E CONSULTORIA LTDA.

Avenida Paulista, 2001, conjuntos 1403 a 1408
São Paulo, SP

CUSTODIANTE e COORDENADOR LÍDER

DEUTSCHE BANK S.A. – BANCO ALEMÃO

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 13, 14 e 15 andares
São Paulo, SP

COORDENADOR CONTRATADO

BANCO JP MORGAN S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729, 13 andar
São Paulo, SP

AGÊNCIA DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

STANDARD & POOR'S

Rua Brigadeiro Faria Lima 201, 18 andar
São Paulo, SP

CONSULTORES JURÍDICOS

SOUZA, CESCON AVEDESIAN, BARRIEU E FLESCH ADVOGADOS

Rua Funchal, 418, 11 andar
São Paulo, SP

AUDITORES

KPMG AUDITORES INDEPENDENTES

Dr. Renato Pares de Barros, 33
São Paulo, SP